

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC**  
**CURSO DE ADMINISTRAÇÃO – LINHA DE FORMAÇÃO ESPECIFICA EM**  
**COMÉRCIO EXTERIOR**

**RANGEL DA SOLER SARTOR**

**PROCESSO DE INTEGRAÇÃO HISTÓRICA E COMERCIAL: UM ESTUDO NO**  
**CONTEXTO DO BRICS**

**CRICIUMA**

**2017**

**RANGEL DA SOLER SARTOR**

**PROCESSO DE INTEGRAÇÃO HISTÓRICA E COMERCIAL: UM ESTUDO NO  
CONTEXTO DO BRICS**

Monografia apresentada para a obtenção do grau de Bacharel em Administração, no Curso de Administração Linha de Formação Específica em Comércio Exterior da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

Orientador: Prof. Me. Julio Cesar Zilli

**CRICIUMA**

**2017**

**RANGEL DA SOLER SARTOR**

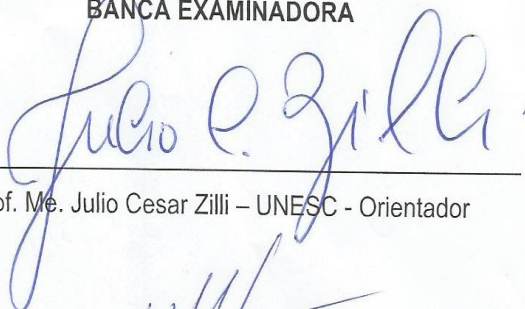
**PROCESSO DE INTEGRAÇÃO HISTÓRICA E COMERCIAL: UM ESTUDO  
NO CONTEXTO DO BRICS**

Monografia apresentada para a obtenção  
do grau de Bacharel em Administração,  
no Curso de Administração Linha de  
Formação Específica em Comércio  
Exterior da Universidade do Extremo Sul  
Catarinense – UNESC.

Orientador: Prof. Me. Julio Cesar Zilli

Criciúma, 04 de junho de 2017.

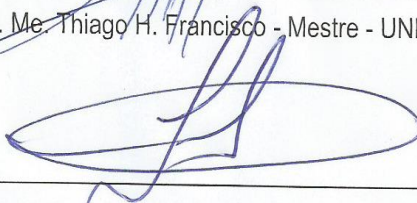
**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Me. Julio Cesar Zilli – UNESC - Orientador



Prof. Me. Thiago H. Francisco - Mestre - UNESC



Prof. Jean Peterson Rezende - Especialista - UNESC

**CRICIÚMA**

**2017**

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus pais, que nunca hesitaram em fazer o possível e o impossível para garantir um futuro melhor para mim.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, por todas as graças concedidas ao longo de minha trajetória pessoal, acadêmica e profissional, por diariamente estar guiando meus passos e oportunizando um novo amanhecer ao lado de minha família, amigos e entes queridos.

Aos meus pais, Hildo Antônio Sartor e Maria Terezinha da Soler Sartor por terem sido pilares fundamentais na formação do meu caráter pessoal. Agradeço pelas tantas vezes que abdicaram de seus desejos pessoais visando oportunizar o melhor para mim. Agradeço, enfim, por todo carinho, amor e paciência demonstrados para comigo na busca de meus objetivos acadêmicos, sempre dispostos a me motivar nos momentos de dificuldade.

Agradeço aos meus irmãos, Rodrigo da Soler Sartor e Rosângela da Soler Sartor Teixeira por toda confiança depositada em mim. Tenham a certeza de que seus valores também me inspiraram e serviram como espelhos para que eu me tornasse quem sou.

Minha gratidão ao orientador desta monografia, Prof. Me. Júlio Cesar Zilli, professor e amigo por quem tenho um enorme apreço. Agradeço por se fazer presente em todas as fases desta pesquisa e na maior parte da minha vida acadêmica, prestando incessante auxílio e apoio quando solicitado. A disciplina ministrada por ele em sala de aula direcionou minha vida profissional.

Agradeço aos amigos que fiz durante esta graduação e que, de alguma forma, contribuíram para meu desenvolvimento pessoal e acadêmico. Aos mais próximos, um agradecimento especial e o desejo de manter a amizade pelo resto de minha vida.

Por fim, mas não menos importante, agradeço a minha namorada, Flávia Mendes de Resendes pelas constantes demonstrações de amor e confiança durante o período final da realização desta monografia. O apoio prestado por ela impulsionou minha motivação nos momentos de dificuldade e se mostrou fundamental para o alcance dos meus objetivos.

***“Eu sei o preço do sucesso: dedicação,  
trabalho duro e uma incessante devoção às  
coisas que você quer ver acontecer.”***

***(Frank Lloyd Wright)***

## RESUMO

SARTOR, Rangel da Soler. **Processo de integração histórica e comercial:** um estudo no contexto do BRICS. 2017. 99 páginas. Monografia do Curso de Administração – Linha de Formação Específica em Comércio Exterior, da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

O BRICS é um grupo informal de economias emergentes - formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul - que ganhou relevância internacional no início do Século XXI em função da alta representatividade territorial e populacional de seus países membros e dos avanços apresentados em seus índices econômicos e comerciais frente às principais potências mundiais. Diante disso, o estudo objetivou analisar o processo de integração histórica e comercial dos países membros do BRICS considerando a variável temporal de 2001 a 2015 (15 anos). Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, com característica descritiva, quanto aos fins e, bibliográfica e documental, quanto aos meios de investigação. A área de estudo foi delimitada pelo BRICS e seus cinco países membros. O estudo caracterizou-se por coleta de dados secundários e a técnica de coleta como observação indireta por meio de índices, relatórios escritos e dados documentais. A análise dos dados foi essencialmente qualitativa. Durante os quinze anos analisados, verificou-se que o BRICS superou as já otimistas perspectivas projetadas para o grupo em 2001, aumentando consideravelmente sua representatividade econômica e financeira no cenário internacional. A integração do grupo se deu por meio de cúpulas anuais e da criação de um banco próprio, direcionado ao desenvolvimento sustentável. Ainda, verificou-se um baixo nível de relação comercial intra-grupo, evidenciando assim que as atividades de importação e exportação dos países membros se direcionaram majoritariamente para países de fora do grupo.

**Palavras-chave:** Globalização. Países Emergentes. Integração. BRICS.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – As fases dos ciclos econômicos.....	18
Figura 2 – Comércio de bens e serviços (1995-2015).....	19
Figura 3 – Nível de participação do comércio internacional sobre o PIB mundial. ....	20
Figura 4 – Fluxo de fundos do sistema financeiro. ....	23
Figura 5 – Variação dos IDE's nos grupos econômicos (2005–2018).....	30
Figura 6 – Distribuição territorial do BRIC. ....	48
Figura 7 – A evolução do PIB dos países do BRIC em relação ao G6.....	51
Figura 8 – Projeções Goldman Sachs x Banco Mundial – BRIC x G6 (2001-2008)..	53
Figura 9 – Evolução percentual do PIB durante a crise dos <i>Subprimes</i> .....	54
Figura 10 – A nova distribuição territorial do BRICS. ....	61
Figura 11 – Destinos dos empréstimos fornecidos pelo NBD. ....	66
Figura 12 – Os dez maiores investidores globais em sustentabilidade em 2015. ....	68
Figura 13 – Volume das importações entre 2001-2015 (BRICS x Mundo).....	71
Figura 14 – Participação do BRICS e do G7 nas importações mundiais. ....	72
Figura 15 – Volume das exportações entre 2001-2015 (BRICS x Mundo).....	73
Figura 16 – Participação do BRICS e do G7 nas exportações mundiais. ....	73
Figura 17 – Distribuição territorial dos vinte principais parceiros comerciais brasileiros. ....	76
Figura 18 – Distribuição dos vinte principais parceiros comerciais russos. ....	79
Figura 19 – Distribuição territorial dos vinte principais parceiros indianos. ....	82
Figura 20 – Distribuição territorial dos vinte principais parceiros chineses. ....	84
Figura 21 – Distribuição territorial dos vinte principais parceiros sul-africanos. ....	87



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Temas essenciais na análise econômica internacional. ....	17
Quadro 2 – As principais funções da moeda. ....	22
Quadro 3 – Teoria das vantagens absolutas x teoria das vantagens comparativas. ....	26
Quadro 4 – Períodos da globalização. ....	28
Quadro 5 – Dados econômicos das economias desenvolvidas (2005-2015). ....	32
Quadro 6 – Dados econômicos das economias emergentes (2005-2015). ....	35
Quadro 7 – Dados econômicos das economias em transição (2005-2015). ....	37
Quadro 8 – Síntese do delineamento da pesquisa. ....	46
Quadro 9 – Vinculação dos objetivos específicos versus estrutura da pesquisa. ....	47
Quadro 10 – Representatividade populacional e territorial do BRIC em 2001. ....	48
Quadro 11 – As principais economias mundiais no início do século XXI. ....	49
Quadro 12 – Fatores essenciais para o desenvolvimento dos BRICS. ....	51
Quadro 13 – As Cúpulas do BRICS (2009-2016). ....	56
Quadro 14 – Os índices da África do Sul e do BRICS frente ao BRIC. ....	59
Quadro 15 – Estrutura organizacional do Novo Banco de Desenvolvimento. ....	65
Quadro 16 – Aplicações e impactos dos investimentos do NBD. ....	67
Quadro 17 – A evolução do PIB nominal sob três visões – BRIC x BRICS x Mundo. .....	69
Quadro 18 – A evolução do PIB Per Capita na visão dos BRICS durante 2001-2015. .....	70
Quadro 19 – Principais parceiros comerciais do Brasil. ....	75
Quadro 20 – Os principais parceiros comerciais da Rússia. ....	78
Quadro 21 – Os principais parceiros comerciais da Índia. ....	81
Quadro 22 – Os principais parceiros comerciais da China. ....	83
Quadro 23 – Os principais parceiros comerciais da África do Sul. ....	86

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA .....	12
1.2 OBJETIVOS .....	13
<b>1.2.1 Objetivo geral .....</b>	<b>13</b>
<b>1.2.2 Objetivos específicos.....</b>	<b>13</b>
1.3 JUSTIFICATIVA .....	13
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>16</b>
2.1 ECONOMIA INTERNACIONAL.....	16
<b>2.1.1 Sistema Monetário Internacional .....</b>	<b>21</b>
<b>2.1.2 História e teorias do desenvolvimento econômico internacional.....</b>	<b>23</b>
2.2 GLOBALIZAÇÃO E MERCADO INTERNACIONAL .....	27
<b>2.2.1 Economias desenvolvidas.....</b>	<b>32</b>
<b>2.2.2 Economias emergentes .....</b>	<b>33</b>
<b>2.2.3 Economias em transição .....</b>	<b>36</b>
<b>2.2.4 Economias menos-desenvolvidas .....</b>	<b>37</b>
2.3 BLOCOS ECONÔMICOS E REGIONALIZAÇÃO .....	38
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>42</b>
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	42
3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA E/OU POPULAÇÃO-ALVO .....	44
3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS .....	44
3.4 PLANO DE ANÁLISE DOS DADOS.....	45
3.5 SÍNTESE DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	46
<b>4 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA .....</b>	<b>47</b>
4.1 CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA E EVOLUÇÃO DO BRICS .....	47
4.2 PARTICIPAÇÃO DOS BRICS NO COMÉRCIO INTERNACIONAL .....	70
<b>4.2.1 Brasil .....</b>	<b>74</b>
<b>4.2.2 Rússia.....</b>	<b>77</b>
<b>4.2.3 Índia .....</b>	<b>80</b>
<b>4.2.4 China .....</b>	<b>83</b>
<b>4.2.5 África do Sul .....</b>	<b>85</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>89</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>92</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história, a economia mundial vem passando por grandes transformações que são impulsionadas, principalmente, pelos efeitos da globalização, que encorajam na busca por novos desafios e por um desenvolvimento contínuo em organizações e nações. Temas como economias abertas, globalização da produção e de mercados, criação de blocos comerciais, acordos preferenciais e novos fatores de competitividade vem influenciando e modificando a administração de empresas, a gestão das economias nacionais e a inter-relação entre as nações globais (THORSTENSEN, 1994).

A geopolítica mostra-se como uma área do conhecimento apta ao estudo das realidades descritas, afinal, ela não é composta de um campo limitado de estudos, mas sim, de uma incontável quantidade de conhecimento formada por categorias como história, política, economia, direito, ciências sociais, entre outras. Esse campo de estudos surgiu no início do século XX, seus primeiros teóricos eram militares, juristas e geógrafos e sua essência era voltada a assuntos de guerra e força militar onde o Estado concentrava-se em um exército poderoso, bom número de homens e expansão territorial (CARVALHO, 2002).

Após um período de hiato, surgiram novas linhas de pensamento. Apesar de não omitirem a questão militar, elas buscaram enfatizar outros tipos de conflito: econômicos, sociais, culturais e simbólicos (mídia e indústria cultural). Os principais teóricos dessa nova fase eram historiadores, sociólogos, geógrafos, cientistas políticos e economistas. Essa nova geopolítica, que surgiu em uma era marcada pela globalização, deixou de ter seu enfoque em ideias exclusivamente voltadas para o fortalecimento do Estado (tendo em vista que o direcionamento era feito por ele e para ele) e passou a considerar novos atores que abrangem desde civilizações ou grandes culturas até ONG's, empresas multi e transnacionais, organizações internacionais (Organização das Nações Unidas, Organização Mundial do Comércio, Fundo Monetário Internacional, etc), mercados regionais e blocos econômicos (VESENTINI, 2003).

Os princípios do comércio mundial são cada vez mais influenciados por meio das negociações e da cooperação entre as nações. Observando a necessidade de uma intensificação do intercâmbio comercial, da competitividade econômica e de soluções mútuas, países vêm integrando-se em blocos comerciais,

econômicos e em grupos políticos de cooperação. Eles perceberam que essa é uma tendência irrefutável frente ao mercado mundial atual. Porém, é válido citar que processos de integração apresentam dificuldades, afinal, são variados interesses e ideais que estão em pauta (GOMES, 2001).

Exemplo disso é o BRICS, acrônimo que identifica Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, que divide a opinião entre estudiosos da área. Segundo Costas (2015), o grupo de países conseguiu em um curto espaço de tempo estabelecer uma dinâmica que assegure a sua existência, mesmo em um ciclo econômico desfavorável. O seu fortalecimento se deu por meio da criação do seu próprio banco, de uma reserva emergencial para ajudar países em dificuldades financeiras e pelo fortalecimento dos canais de diálogo entre os seus líderes para maior cooperação em área técnicas, científicas, acadêmicas e culturais.

Por outro lado, há uma forte preocupação em função do desigual crescimento econômico entre os seus países membros, afinal, há longo prazo, isso poderia minar a base de coesão sob a qual o grupo foi formado. Segundo Costas (2015), o fato de o Produto Interno Bruto (PIB) chinês ser maior do que a soma dos outros quatro juntos, acarretará em uma dominância maciça por parte desse país, transformando o BRICS em um “C+4”.

A partir desse contexto, o estudo tem por objetivo analisar o processo de integração histórica e comercial dos países membros do BRICS considerando a variável temporal de 2001 a 2015 (15 anos).

A estrutura desta monografia foi elaborada por meio de cinco capítulos. O primeiro destaca a situação problema, os objetivos geral e específicos e a justificativa para a realização desta pesquisa, apresentando, desta forma, um breve contexto sobre o ambiente no qual o objeto de estudo está inserido e quão necessário o desenvolvimento da monografia se mostra para este meio.

No segundo capítulo encontra-se a fundamentação teórica, que teve como objetivo aprofundar o estudo, focalizando os temas internacionais que possuem relação direta ou relevância para o BRICS. Para validar tal conteúdo, foram utilizados autores e as suas publicações mais significativas que estão associadas ao tema de estudo. Os procedimentos metodológicos que serviram para enquadrar e direcionar a aplicação da pesquisa estão expostos detalhadamente no terceiro capítulo.

O quarto capítulo apresenta os dados coletados por meio de uma

pesquisa bibliográfica e a sua análise com o objetivo de responder a pergunta de pesquisa e atender aos objetivos do estudo. Em seguida, encontram-se a conclusão, as referências e os anexos da monografia.

## 1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA

Mudanças na estrutura geopolítica e econômica mundial fizeram com que o século XX e o início do século XXI fossem marcados por períodos de crise, reestruturação e organização por parte de diversos países ao redor do mundo (com os impactos sendo recebidos de forma heterogênea por cada um). O fim da Guerra Fria, a unificação da Alemanha, as ruínas da União Soviética, as crises econômicas e as recessões são exemplos de acontecimentos que deram origem a essas transformações (ARRIGHI, 2012).

Os desgastes que estes fatos causaram nas principais potências mundiais acabaram gerando oportunidades para que novos atores emergissem no cenário de expansão e reestruturação da economia mundial. Normalmente, isso tem ocorrido sob a liderança de determinadas comunidades e blocos governamentais bem posicionados para tirar proveito dessas aberturas (ARRIGHI, 2012).

Exemplo disso é a União Europeia, fundada oficialmente em 1993. Segundo Baldwin e Seghezza (1996), a integração dos países que compõem o bloco acelerou o crescimento da Europa por meio da liberalização do comércio, que impulsionou investimentos em capital físico no continente e aumentou as transações comerciais entre os seus membros. De Grawe (2007) afirma que a adoção de uma moeda única (adotada pela maioria dos países membros) propiciou maior transparência na comparação de preços, eliminação do risco cambial e menores custos de transação, ou seja, mais eficiência e crescimento. No entanto, um bloco com países tão heterogêneos e com níveis de desenvolvimento diferentes entre si, tende a não conseguir promover a todos, benefícios de maneira igualitária. Ball (2010) complementa ao alertar que um único modelo não consegue ser satisfatório para todos os membros e as suas singularidades.

No ano de 2001, em um período em que a economia global enfrentava uma leve recessão, o acrônimo BRIC foi lançado para intitular um grupo de países com grande população e com alto potencial de crescimento econômico no longo prazo. Nos anos seguintes, o grupo ganhou enorme popularidade entre a mídia e os

investidores e foi responsável por boa parte da expansão do produto real global (CASTELLO BRANCO, 2015).

De acordo com o Ministério das Relações Exteriores do Brasil – (MRE 2016), desde 2001, os BRICS aumentaram significativamente a sua participação nas exportações mundiais. Naquele ano, os países do grupo representavam 8,1% do total mundial. Em 2015, passaram a responder por 19,1%. Entre o período de 2006-2015 o comércio intra-BRICS cresceu 163%, de US\$ 93 a 244 bilhões. Porém, conforme citado anteriormente, os BRICS enfrentam um período de temor em função do desigual crescimento econômico entre seus países-membros.

A partir deste contexto, este estudo se propõe a responder a seguinte questão de pesquisa: **Como ocorreu o processo de integração histórica e comercial dos países membros do BRICS considerando a variável temporal de 2001 a 2015 (15 anos)?**

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo geral

Analisar o processo de integração histórica e comercial dos países membros do BRICS considerando a variável temporal de 2001 a 2015 (15 anos).

### 1.2.2 Objetivos específicos

- a) Caracterizar historicamente a composição do BRICS;
- b) Identificar a evolução do BRICS no cenário internacional;
- c) Apresentar os principais parceiros comerciais de cada país membro a partir da corrente de comércio internacional;
- d) Destacar os principais produtos comercializados intra-BRICS

## 1.3 JUSTIFICATIVA

A amplitude que o BRICS e seus países membros alcançaram em um âmbito global desde o início do século XXI mostram a importância e a relevância que a realização deste trabalho possui. Segundo o Ministério das Relações Exteriores –

MRE (2016), os países do grupo foram responsáveis, em 2015, por um PIB nominal de US\$ 16,9 trilhões, o que equivale a 23,1% do PIB mundial. Desde a primeira cúpula, em 2009, as suas atividades já abrangem cerca de 30 áreas, como agricultura, ciência e tecnologia, cultura, educação, finanças, propriedade intelectual, saúde, segurança e turismo. Além disso, é importante destacar a grande representatividade populacional que estes países possuem em seus territórios, onde reúnem mais de 3 bilhões de habitantes (43,4% da população mundial).

A emergência de novos atores como o BRICS se tornou concreta em função de um ambiente global instável e de crises sucessivas das grandes potências mundiais. Isso colocou em evidência um grupo que possui previsões favoráveis ao seu favor (DA SILVA, 2013). Nesse contexto, este estudo objetivou analisar o processo de integração histórica e comercial dos países membros do BRICS considerando a variável temporal de 2001 a 2015 (15 anos).

Este estudo se mostrou oportuno, pois possibilitou compreender como o BRICS vem se posicionando frente a atual crise financeira que afeta a economia mundial. Segundo Azambuja (2014), a crise de 2008 alcançou tamanhas proporções que as principais hegemonias daquela época (como os países do G8) perceberam que não conseguiriam resolvê-las por si só e que, naquele momento, exigiam soluções que incluíam as economias emergentes.

Afirma-se ainda que o estudo é relevante para o pesquisador, para a continuidade dos estudos em geopolítica e para a universidade. Para o pesquisador porque o levantamento bibliográfico e o estudo de caso acerca dos cinco países possibilitam um melhor entendimento em relação ao tema proposto, bem como, contribuir para o seu crescimento pessoal e intelectual no restante do curso e, também, auxiliará profissionalmente, tendo em vista que o acadêmico pretende atuar na área do comércio exterior. Para a geopolítica, pois em um ambiente global de constantes transformações, este trabalho contribuirá no entendimento de como os atores se portam frente a estes momentos. Por fim, possui relevância para a universidade, afinal, as informações deste estudo agregam em conhecimento para a sua base de dados e ficam disponíveis para consultas e pesquisas posteriores.

A viabilidade se dá por conta dos estudos bibliográficos efetuados por meio de pesquisa em livros, revistas e artigos científicos que possuem relação e proximidade ao tema proposto. Com isso, foi possível explorar as áreas desejadas e finalizar a pesquisa dentro do período determinado pelo Curso de Administração

com Linha de Formação Específica em Comércio Exterior.



## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo fundamenta a importância dos temas internacionais relacionados aos ambientes nos quais o BRICS está inserido ou apresentam relevância para o seu melhor entendimento. Em um primeiro momento, há o foco sobre a economia internacional onde são apresentados conceitos, temas essenciais para o seu estudo, análises das últimas décadas e um relato histórico sobre o seu processo de desenvolvimento e as suas teorias.

Em seguida, o estudo é direcionado para o processo de globalização e a sua relação com o mercado internacional. Nesse contexto, se destacam as transformações históricas, os benefícios e os riscos da internacionalização e um estudo sobre economias desenvolvidas, emergentes, em transição e menos desenvolvidas.

Por fim, são apresentados os principais conceitos sobre blocos econômicos e regionalização, as características de cada nível de integração e os principais blocos existentes atualmente.

### 2.1 ECONOMIA INTERNACIONAL

A compreensão de que pessoas, empresas e países estão cada vez mais conectados entre si por meio dos processos de comércio, integração e globalização dão à área da economia material significativo para analisar as relações econômicas que ocorrem fora da fronteira dos países. A importância acerca dos assuntos relacionados à economia internacional se dá em função da sua complexidade, afinal, exerce influência tanto em atividades diárias de pessoas e empresas quanto em tomadas de decisão pelas autoridades na configuração das políticas econômicas do seu país (CANO, 1998).

Segundo Bauman (2015), o estudo da economia internacional parte da análise de um determinado espaço geográfico e as relações dos agentes econômicos existentes nele com os agentes existentes em outros espaços. Krugman e Obstfeld (1999) afirma que há dois vastos segmentos que estão correlacionados entre si e que são de fundamental importância para o estudo dessa área: o comércio internacional e a moeda internacional.

Por meio do comércio internacional de bens e serviços, via movimentação

monetária, as economias globais estão em um nível de inter-relacionamento jamais visto. Porém, essas mesmas economias passam por constantes momentos de inquietação. Observar as mudanças do ambiente internacional é vista como uma postura fundamental para as áreas estratégicas e políticas da economia internacional (KRUGMAN; OBSTFELD, 1999). Segundo Gereffi (2007), não existem soluções óbvias para as nações que querem impulsionar, ou pelo manter suas taxas de desenvolvimento em níveis estáveis, pois, tanto os modelos centralizados quanto os descentralizados têm estado sob forte reavaliação.

Conforme o Quadro 1, Krugman e Obstfeld (1999) baseia a análise da economia internacional em sete temas essenciais.

Quadro 1 – Temas essenciais na análise econômica internacional.

(continua)

TEMAS	CARACTERÍSTICAS
Os Ganhos do Comércio	Compra/venda de bens e serviços oportunizando benefícios mútuos para os agentes envolvidos. Exemplos: entrada adicional de renda através da exportação, importação de recursos escassos, geração de mão-de-obra através da migração, empréstimos internacionais. Em contrapartida, produtores nacionais podem ser afetados pela concorrência estrangeira e o preço da mão-de-obra menos qualificada tende a diminuir em função da importação de bens manufaturados.
Os Padrões do Comércio	Quem vende o quê para quem. O clima e os recursos naturais explicam porque o Brasil exporta café e a Arábia Saudita petróleo. Mas por que os EUA exportam aviões e o Japão automóveis? Análises envolvendo fatores de produção, mão-de-obra, capital e trabalho buscam explicar essas questões.
Protecionismo	Imposição de limites às importações e subsídios às exportações com os objetivos de proteção e desenvolvimento da indústria nacional. A incumbência dos economistas tem sido analisar essas políticas protecionistas e mostrar as vantagens de um comércio mais livre.
Balanço de Pagamentos	O registro das transações entre os países, ou seja, abrange seus pagamentos (débito) e seus recebimentos (crédito) a partir da exportação/importação de bens e serviços e da compra/venda de ativos.
Taxa de Câmbio	A comparação entre o preço de uma moeda com o preço de outra. Através dela, pode-se analisar o poder de compra dos países e comparar o preço de bens e serviços produzidos neles. Essas taxas são influenciadas pela interação de indivíduos, empresas e instituições financeiras que compram e vendem moedas estrangeiras em pagamentos internacionais.
Coordenação das políticas internacionais	Cada nação é livre para optar pela sua própria política econômica, porém, em um âmbito global, ou seja, em uma economia mundial integrada, as políticas de um país podem afetar os outros em função de conflitos de interesses. Para auxiliar nesses contrastes, o GATT ( <i>General Agreement on Tariffs and Trade</i> ou Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio) tem direcionado as políticas do comércio internacional através de constantes negociações envolvendo dezenas de países.

Quadro 1 – Temas essenciais na análise econômica internacional.

(conclusão)

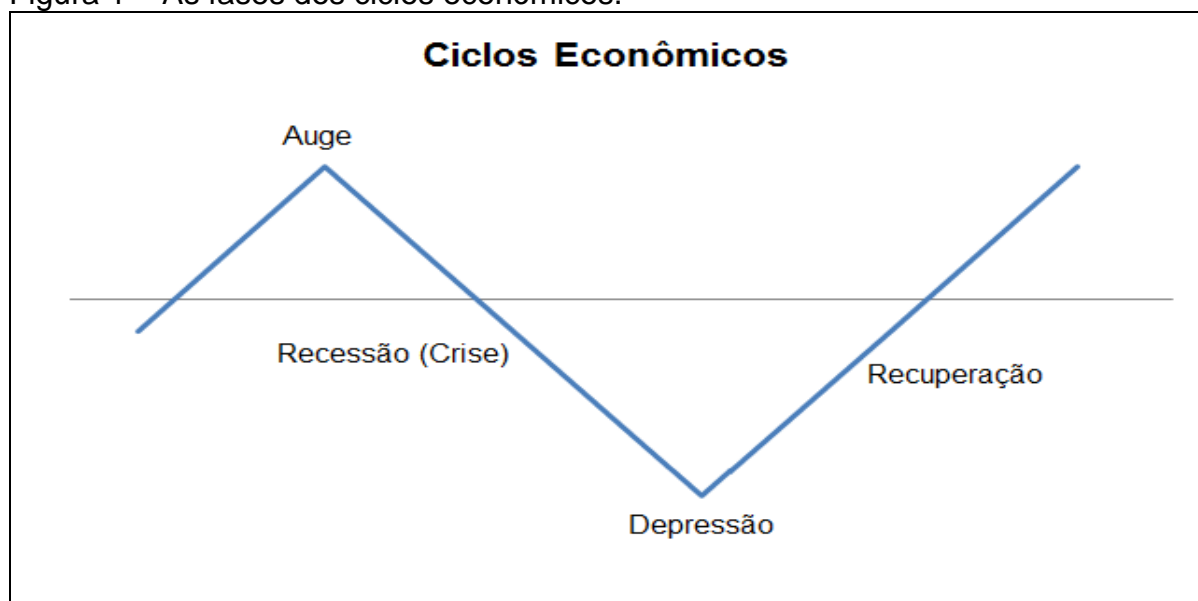
Mercado de Capitais Internacional	A comercialização de ativos entre os países com promessas de pagamentos futuros. O crescimento do comércio exterior vem sendo fortemente influenciado por este mercado. Nos anos 70, por exemplo, as nações petrolíferas do Oriente Médio colocavam suas receitas em bancos de Londres e Nova York que, por sua vez, emprestavam o dinheiro a governos e empresas da Ásia e da América Latina que buscavam meios de investimento. Os grandes riscos dessas práticas envolvem a flutuação das moedas e a inadimplência por parte do país devedor.
-----------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Elaboração própria a partir de Krugman e Obstfeld (1999).

Durante as últimas décadas, o comércio de bens e serviços entre países vem auxiliando o crescimento econômico internacional, mas há uma série de outros fatores que também causam influência nesse cenário, tanto de forma positiva quanto negativa, como por exemplo: o avanço tecnológico, a crescente adesão à Organização Mundial do Comércio - OMC, a liberação do comércio por meio de acordos multilaterais e de integração regional, as crises financeiras e as tensões políticas. Em função disso, a atividade econômica precisa estar constantemente se moldando para adaptar-se a estas transformações (OMC, 2016).

Segundo Maia (2001), há outro fator que auxilia a percepção das oscilações apresentadas nesse contexto, os ciclos econômicos. Suas fases são conhecidas como auge (boom), recessão (crise), depressão e recuperação. Conforme representado na Figura 1, esse processo desencadeia uma espécie de ciclo vicioso.

Figura 1 – As fases dos ciclos econômicos.



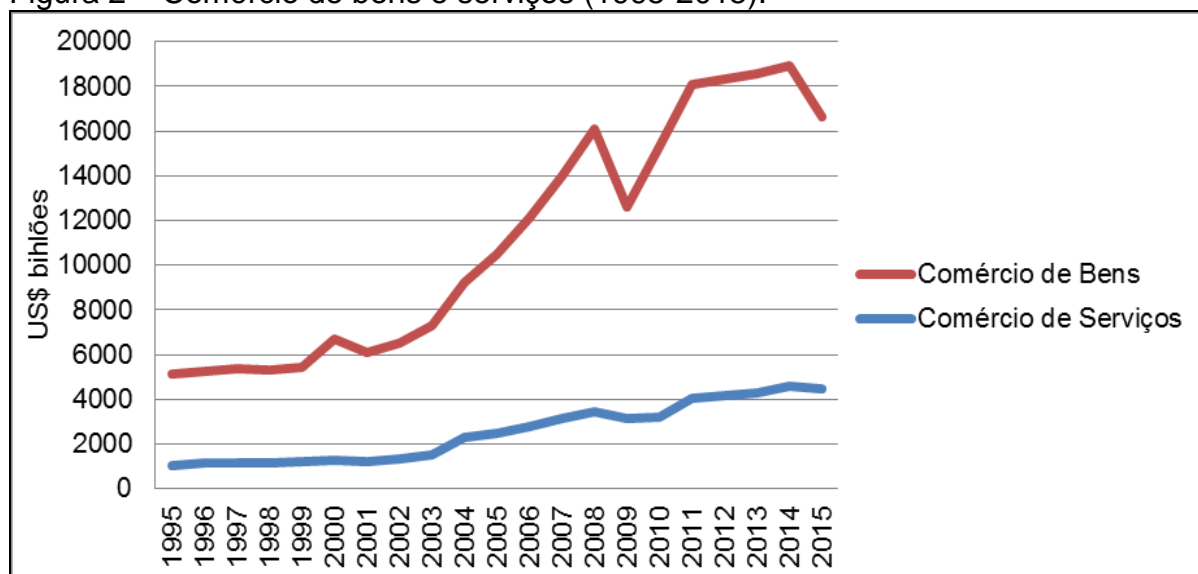
Fonte: Elaboração própria a partir de Maia (2001).

O grupo de elementos que é considerado responsável por essas instabilidades envolve os fenômenos da natureza (secas, inundações), as flutuações de renda e emprego e as fases de otimismo e pessimismo que provocam investimentos ou a inibição deles (MAIA, 2001).

Segundo dados fornecidos pela OMC (2016), o período entre os anos de 1995 e 2015 reflete a relação do comércio exterior com o crescimento econômico, assim como o efeito sentido em função dos ciclos econômicos. Conforme a Figura 2, os fluxos do comércio apresentaram estabilidade até o final da década de 90. Apesar das expectativas favoráveis, a crise monetária do México (1995-2001), a crise financeira asiática (1997) e o estouro da bolha (2001) travaram os índices. A partir de 2002, houve um forte impulso que foi influenciado pela entrada da China na OMC e pela introdução das notas e moedas do Euro. Em 2008, a crise financeira dos subprimes causou uma forte recessão global que foi sentida até 2011. Em 2009, por exemplo, o volume das exportações caiu em 12%, refletindo também no Produto Interno Bruto (PIB) que caiu 2%. A exportação de mercadorias ensaiou um novo período de crescimento em 2010 e 2011, porém, a crise da dívida europeia e as tensões geopolíticas frearam novamente o avanço. Em termos financeiros, o comércio de bens apresentou um forte declínio em 2015 após o modesto crescimento de apenas 1% entre 2012-2014 (OMC, 2016).

Em 2008, a crise financeira dos subprimes causou uma forte recessão global que foi sentida até 2011. Em 2009, por exemplo, o volume das exportações caiu em 12%, refletindo também no Produto Interno Bruto (PIB) que caiu 2%. A exportação de mercadorias ensaiou um novo período de crescimento em 2010 e 2011, porém, a crise da dívida europeia e as tensões geopolíticas frearam novamente o avanço. Em termos financeiros, o comércio de bens apresentou um forte declínio em 2015 após o modesto crescimento de apenas 1% entre 2012-2014 (OMC, 2016).

Figura 2 – Comércio de bens e serviços (1995-2015).

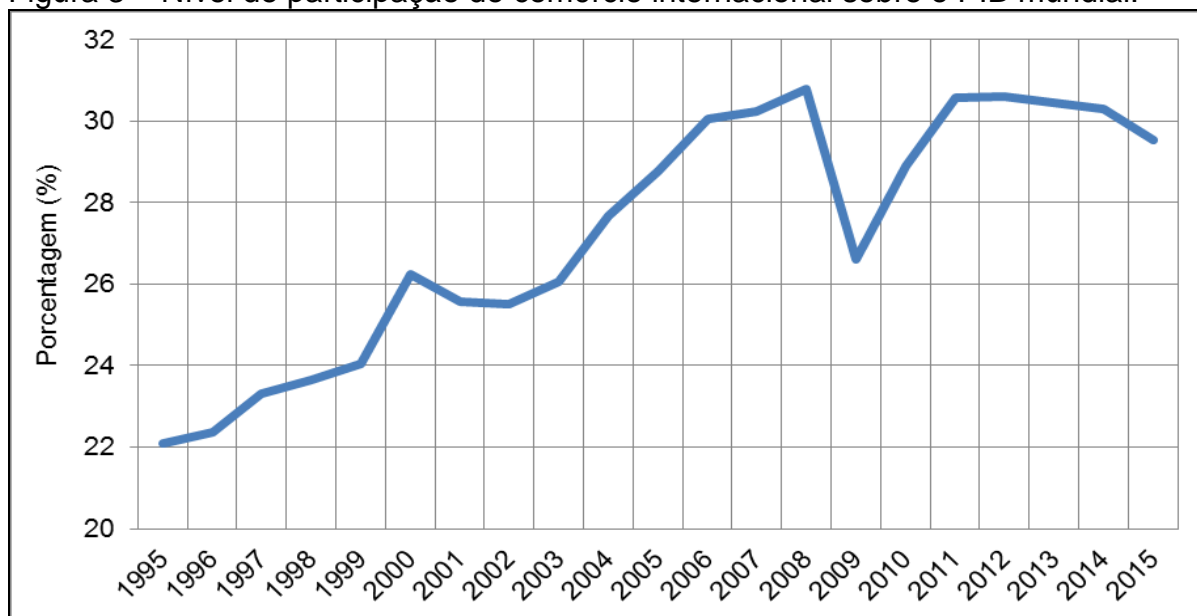


Fonte: Elaboração própria a partir de OMC (2015) e OMC (2016).

Vale ressaltar a estabilidade apresentada no comércio de serviços durante o intervalo analisado, tendo crescimento anual negativo apenas nos anos de 2009 e 2015 em função das crises financeiras internacionais enfrentadas nesses períodos (OMC, 2016).

Segundo Menendez (2011), há também uma forte ligação entre o crescimento do comércio internacional e o crescimento do PIB mundial. Segundo dados do Banco Mundial (2016), o grau de participação do comércio sobre o PIB é consideravelmente maior do que há 20 anos, apesar das turbulências enfrentadas no período. Essa conjuntura histórica está representada na Figura 3, apresentando um percentual de crescimento de 22% para 29%, ou seja, o valor do PIB em 2015 foi significativamente mais influenciado pelas transações internacionais do que em 1995.

Figura 3 – Nível de participação do comércio internacional sobre o PIB mundial.



Fonte: Elaboração própria a partir de Banco Mundial (2016).

A queda do preço das mercadorias em função das crises de 2001 e 2008 foram os principais responsáveis pelos impactos negativos apresentados no período analisado. A partir de 2009, os índices ensaiaram uma reação (como ocorreu a partir de 2002), porém, não conseguiram o mesmo impulso e se mantiveram sempre abaixo da maior média histórica evidenciada em 2008 (OMC, 2016).

### **2.1.1 Sistema Monetário Internacional**

O sistema monetário internacional é responsável por conectar a economia mundial e as suas principais atribuições são promover a fluidez das relações econômicas, a ordem e a estabilidade dos mercados cambiais, eliminar os problemas de balanço de pagamentos e possibilitar acesso aos créditos internacionais em épocas de dificuldade financeira (EICHENGREEN, 2012).

Essas atribuições estão diretamente relacionadas a dois aspectos: a conversão monetária e o padrão adotado. O ato de converter moedas se associa às taxas cambiais e ao valor de cada uma dessas moedas. Os métodos que orientam e ajustam esses processos podem se basear em uma diversidade de sistemas, que abrangem desde taxas fixas a taxas flexíveis ou mistas. O padrão monetário é o valor (ou o material) utilizado como base para o sistema monetário de um país e que define, por exemplo, a unidade monetária que será adotada por ele (BAUMANN, 2015).

O consenso por um padrão monetário aceito pelos agentes envolvidos nas negociações internacionais como forma de pagamento e como unidade de conta é de extrema importância para o desenvolvimento do comércio. Assim, com base na variação de valor das moedas nacionais, cada indivíduo sabe o quanto irá pagar para adquirir determinado produto de outro país. Caso contrário, seria utilizada uma espécie de sistema de trocas simples que limitaria o potencial de expansão, afinal, a percepção de valor em relação aos recursos iriam variar de um indivíduo para o outro (BAUMANN, 2015).

Segundo Hillbrecht (1999), o processo de aumento de valor de uma moeda em relação à outra é conhecido como valorização e, o contrário, quando ela tem o seu valor reduzido, como desvalorização.

Do ponto de vista do comércio internacional, a valorização de uma moeda nacional é tida como um empecilho à exportação de produtos domésticos, pois assim, eles acabam se tornando mais onerosos para agentes que utilizam moedas estrangeiras para a compra. Por outro lado, quanto mais valorizada ela estiver, mais acessível se torna a aquisição de produtos do mercado externo. Esse último cenário, porém, provoca o aumento da concorrência de produtos importados dentro do mercado nacional (HILLBRECHT, 1999).

Segundo Lopes e Rossetti (2005) as principais funções da moeda podem ser caracterizadas essencialmente em cinco tópicos, conforme o Quadro 2.

Quadro 2 – As principais funções da moeda.

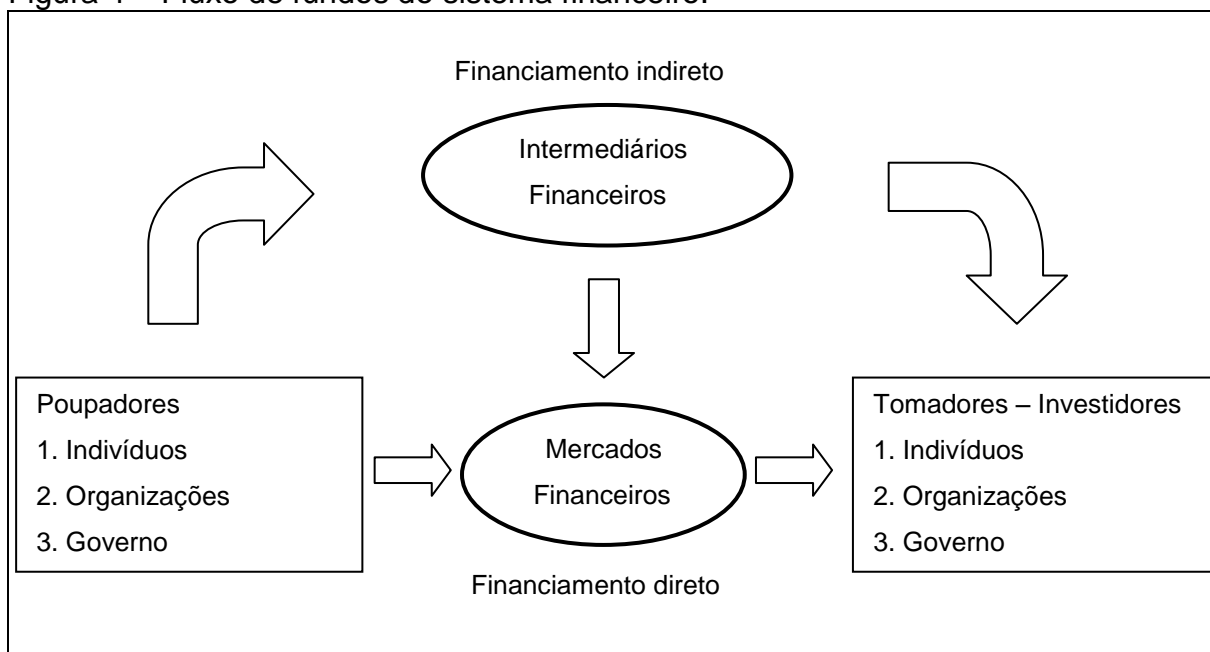
FUNÇÕES	CARACTERÍSTICAS
Intermediária de Trocas	Marca a transição da economia por escambo para a economia monetária e para os processos de troca baseados em instrumentos monetários. Com base nisso, houve o avanço da eficiência econômica, da divisão social do trabalho e da sua especialização, além da ampliação dos processos de produção, distribuição e da quantidade de bens e serviços ao alcance da sociedade para suprir as suas necessidades. Por esses motivos, geralmente é caracterizada como a função essencial da moeda e a principal causa para o seu surgimento.
Medida de Valor	A moeda se torna um denominador comum, ou seja, passa a ser uma unidade de medida na qual o valor de todos os bens e serviços podem ser expressos.
Reserva de Valor	A moeda não é o único meio de guardar riquezas e garantir poder de compra (ativos financeiros e não financeiros são capazes, em determinados casos, de suprir as mesmas finalidades), porém, é o que possui a maior liquidez imediata e o menor grau de incerteza quanto à possibilidade de conversão futura.
Padrão de Pagamentos Diferidos	Auxilia a viabilidade de pagamentos ao longo do tempo, seja para a disponibilidade de crédito ou de outras formas de adiantamento. Essas concessões são fundamentais para suprir necessidades econômicas de investimento, produção e consumo que organizações e indivíduos precisam.
Instrumento de Poder	Presente no poder econômico, político e social. Quanto maior for o montante que determinado agente possuir, maior será sua capacidade para lidar com os bens e serviços disponíveis no mercado. A partir desse contexto, se deve levar em consideração o fato de que tal dominância pode gerar conflitos, fazendo com que a moeda passe a ser vista como um instrumento de pressão política. Por fim, a utilização e a junção dos dois instrumentos acima são sentidas na sociedade.

Fonte: Elaboração própria a partir de Lopes e Rossetti (2005).

O sistema financeiro internacional é sustentado basicamente por dois agentes: os poupadores, que possuem fluxos de renda superiores aos seus gastos e os tomadores de empréstimo (ou investidores), que necessitam gastar mais do que sua renda permite e recorrem a mercados e instituições financeiras para a obtenção desses fundos, seja para suprir necessidades próprias ou visando oportunidades de investimento produtivo (HILLBRECHT, 1999).

Os indivíduos, as organizações e o governo representam os principais poupadores e tomadores de empréstimo (HILLBRECHT, 1999). A Figura 4 propõe explicar como é o funcionamento do fluxo de fundos do sistema financeiro:

Figura 4 – Fluxo de fundos do sistema financeiro.



Fonte: Adaptação própria a partir de Hillbrecht (1999, p.19).

Para fazer o elo entre poupadores e tomadores, são utilizadas duas vias. A primeira é caracterizada como financiamento direto e utiliza diversos mercados financeiros, como o de títulos e o de ações. A segunda se dá por meio de financiamento indireto, no qual a transferência de fundos é feita por meio de intermediários como bancos, fundos mútuos e companhias de seguro (HILLBRECHT, 1999).

### 2.1.2 História e teorias do desenvolvimento econômico internacional

Segundo Maia (2001), analisar o passado é uma rica experiência para a economia, afinal, isso permite que ela não repita os erros já cometidos. Batista (2012), afirma que o setor econômico teve de passar por diversas adequações para se adaptar aos períodos históricos, pois, inicialmente o foco dessa ciência estava voltado para as questões domésticas. Posteriormente, passou a se preocupar com os processos de produção e distribuição dos bens e, atualmente, com a utilização correta dos recursos, que são escassos. A partir desse contexto, faz-se necessário um estudo sobre o contexto histórico dessa área e sobre o seu desenvolvimento.

Na antiguidade, o Comércio Internacional era pouco difundido. A civilização mais antiga da qual se tem conhecimento que praticava as atividades de importação e exportação é a egípcia, em função da comercialização de artigos de



luxo. Com o surgimento dos mesopotâmicos e dos fenícios, a atividade comercial cresceu, fato que se deve à instalação de pontos de comércio fora das suas fronteiras e das grandes habilidades de navegação desenvolvidas pelos fenícios (MAIA, 2001).

A Grécia Antiga detinha uma capacidade de produção de alimentos aquém de sua necessidade, o que a obrigou a importar produtos de outros países através de um sistema de pagamento por trocas, onde ofertavam principalmente azeite e vinho. O Império Romano também teve grande destaque no comércio exterior como consequência do seu poder e do seu domínio mundial. Nessa época apresentaram êxito até mesmo com países considerados distantes, como a China e a Índia (MAIA, 2001).

Após a revolta dos bárbaros que culminou com a invasão de Roma e o fim do Império Romano, o continente europeu passou por uma série de transformações que acabaram dando origem ao sistema feudal. Houve uma descentralização do poder, onde o rei continuava existindo, mas sem poderes concretos. Quem assumiu os controles administrativos, judiciários e militares foram os senhores feudais que se tratavam de grandes proprietários de terra e comandavam seus feudos de forma soberana (PERNOUD, 1997).

Esses feudos ajudaram a enfraquecer o comércio exterior da época em função das suas políticas de autossuficiência que determinavam a produção de todos os produtos necessários para consumo próprio. Esse parâmetro só foi alterado no início do Século XI através das Cruzadas. Essas expedições acabaram reabrindo o Mediterrâneo e o intercâmbio comercial entre a Europa e o Oriente, fazendo também o comércio renascer. Os gastos causados pelas expedições empobreceram os senhores feudais e fortaleceram o poder real novamente. Posteriormente, a demanda pelo dinheiro deu origem ao Mercantilismo (PERNOUD, 1997).

Segundo Rojas (2007), o Mercantilismo é considerado o primeiro capítulo importante na história do pensamento econômico. Surgiu em meados do Século XVI a partir da expansão territorial resultantes das Grandes Navegações, do auge do absolutismo e do surgimento das potências coloniais europeias que resultou em um forte crescimento do comércio e da atividade econômica. Nessa época, o ouro e a prata eram considerados pelos governantes como as mais importantes fontes de riqueza, ou seja, os mercantilistas tinham como prioridade o acúmulo de metais

preciosos para fortalecimento do Estado e o bem-estar do povo ficava em segundo plano.

Havia um forte apelo nacionalista visando à prosperidade do próprio país onde se almejava o alcance dos objetivos pretendidos por meio do ajuste e do planejamento da atividade econômica. Além disso, o governo deveria impulsionar as vendas para todo o mundo e impor barreiras para as compras estrangeiras, ou seja, o comércio exterior só era visto como benéfico quando as exportações fossem maiores do que as importações. A queda do sistema mercantilista ocorreu por volta de 1750 em função da I Revolução Industrial inglesa e dos declínios das potências coloniais europeias e do absolutismo (BAUMANN, 2015).

O advento da I Revolução Industrial trouxe à Europa uma série de transformações que influenciaram a modernização dos meios de produção. Neste momento, houve a configuração de uma nova estrutura econômica que ficou conhecida como Liberalismo. Adam Smith, que é considerado o pai da economia moderna, foi o grande difusor das ideias desse sistema e fundamentou esses pensamentos liberais em seu livro **“A riqueza das nações”**, lançado em 1776 (MAIA, 2001).

Segundo Barral (2007), Smith se contrapôs ao pensamento mercantilista que via o Estado como um elemento indispensável para o comércio. Para Smith, o crescimento econômico só seria possível se o mercado não sofresse a interferência que o governo causava com a criação de barreiras alfandegárias e a formação dos preços, deixando assim que uma “mão invisível” trouxesse racionalidade e eficiência ao sistema. Além disso, o autor destacou a importância da liberdade e do interesse individual de cada um, que resultaria no alcance dos interesses coletivos.

Em 1817, o autor britânico David Ricardo publicou um livro intitulado **“Princípios de economia política e tributação”**, reforçando as ideias de Smith quanto à necessidade de redução do protecionismo, e também apresentou uma abordagem diferente em relação ao método para alcance das vantagens no comércio internacional (BARRAL, 2007). O Quadro 3 se propõe a explicar a diferença entre as teorias dos dois autores.

Quadro 3 – Teoria das vantagens absolutas x teoria das vantagens comparativas.

TEORIA	CONCEITO
Vantagens Absolutas (Smith)	Um país que apresente melhores condições para a fabricação de determinado item, deve especializar-se em sua fabricação. Assim, ele pode negociar esse item com outro país que possua vantagem na produção de outro item, garantindo qualidade e menor custo para ambos.
Vantagens Comparativas (Ricardo)	O comércio pode ser benéfico para ambos os países em uma negociação, mesmo quando um deles tenha vantagem produtiva em todos os itens. Nesse caso, visando o equilíbrio da balança comercial, cada país deve especializar-se no item que lhe ofereça maior vantagem absoluta e menor desvantagem comparativa.

Fonte: Elaboração própria a partir de Barral (2007).

Por fim, Smith defendia as ideias de que a divisão correta do trabalho aumentaria a especialização na fabricação do produto, agregando mais qualidade a ele; e defendia também a produção em grande escala, diminuindo os custos (MAIA, 2001).

O fim do século XIX e o início do século XX foram marcados pela institucionalização do Padrão-Ouro, que foi um sistema no qual o valor monetário era determinado pela quantidade de reservas do metal que cada nação possuía. A Inglaterra foi pioneira na adoção desse sistema e, levando-se em consideração seus status de maior potência comercial e industrial da época, outros países começaram a aderir também. Como consequência da Recessão do final da década de 1920, os países abandonaram este padrão monetário e desvalorizaram as suas moedas nacionais com o objetivo de garantir maior competitividade aos seus produtos. Logo em seguida houve a eclosão da Segunda Guerra Mundial (EICHENGREEN, 2012).

Após o conflito, em 1944, os países aliados reuniram-se para definir medidas econômicas que viabilizassem a segurança econômica mundial. Esse encontro deu origem ao Sistema Bretton Woods que foi fundamentado sobre a criação de dois órgãos: o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD ou Banco Mundial - e o Fundo Monetário Internacional (RUDZIT; NOGAMI, 2009).

O Banco Mundial teve como finalidade inicial, promover a reconstrução dos países arrasados pela Guerra. Uma dessas etapas foi o conhecido Plano Marshall que auxiliou a Europa em um período de confusão e miséria. Posteriormente, o banco passa a ser o mediador de empréstimos internacionais a

países que visam a melhoria de seus padrões de vida por meio do crescimento do comércio internacional (MAIA, 2001).

O Fundo Monetário Internacional - FMI - foi criado com o objetivo de executar os acordos econômicos firmados em Bretton Woods. Assim, o órgão ficou responsável por eliminar controles cambiais, auxiliar países com dificuldades em seus balanços de pagamentos, garantir recursos monetários aos países-membros e promover um sistema de paridades monetárias, tendo como base o dólar americano. Isso gerou cotações estáveis para as moedas nacionais em relação à moeda norte-americana. Porém, as crises de 1971 e 1973 desencadearam a perda de confiança sobre a moeda e o sistema foi abandonado (MAIA, 2001).

Desde então, os governos vêm ajustando suas políticas a fim de garantir o equilíbrio econômico em um âmbito global. Se por um lado as últimas décadas foram marcadas por uma série de crises financeiras e conflitos territoriais, por outro o processo de globalização vem auxiliando o crescimento econômico mundial e a integração entre os países através de grupos como o G7 e o G20 e de países emergentes como o BRICS (RUDZIT; NOGAMI, 2009).

## 2.2 GLOBALIZAÇÃO E MERCADO INTERNACIONAL

Fugir da zona de conforto e se inserir no mercado internacional é um fator decisivo para aqueles que buscam novos desafios e oportunidades. Esse processo é facilitado por meio da colaboração entre os governos com as suas políticas governamentais de abertura econômica e pelos avanços tecnológicos, principalmente nas áreas do transporte e da comunicação (LUDOVICO, 2012).

Essas forças são diretamente influenciadas pela globalização que, devido a sua complexidade, ganhou vida própria, não pode ser controlada ou ignorada e transformou o mundo em uma grande aldeia global (LANZANA et al., 2006).

Segundo Cavusgil, Knight e Riesenberger (2010), o termo globalização ganhou enorme notoriedade nos últimos anos, o que faz com que muitas pessoas pensem que se trate de um processo recente. Na verdade, ele vem se expandindo desde o século XIX e o destaque atual ocorre em virtude de sua grande abrangência e evolução.

O Quadro 4 destaca o avanço da globalização em quatro períodos.

Quadro 4 – Períodos da globalização.

PERÍODO	CARACTERÍSTICAS
1830 – 1900	A expansão das ferrovias e do transporte marítimo propiciou o crescimento das manufaturas e do comércio. Posteriormente, a criação do telégrafo e do telefone auxiliou os fluxos de informação.
1900 – 1930	A colonização europeia em diversos países ao redor do mundo influenciou a instalação das primeiras empresas multinacionais. Nesse período, houve um grande salto na produção de eletricidade e aço.
1948 – 1970	Após o fim da Segunda Guerra Mundial, diversos países industrializados visavam diminuir as barreiras ao comércio e ao investimento internacional. Em função disso, foram criados três órgãos regulamentadores: o GATT, o FMI e o BIRD. Nesse período houve a expansão das multinacionais europeias e, principalmente, das americanas que possuíam vantagens tecnológicas e competitivas em relação às demais. Com a diminuição do protecionismo e dos controles cambiais, o capital começou a transitar livremente entre as fronteiras, ocasionando a integração dos mercados financeiros globais.
1980 – Presente	Constante evolução tecnológica nos meios de produção, informação e comunicação. Esses avanços contribuíram para o fim da distância entre as nações e para o crescimento do comércio envolvendo bens, serviços e capitais.

Fonte: Adaptação própria a partir de Cavusgil, Knight e Riesenberger (2010, p. 24).

Com o avanço proporcionado pela globalização, o mercado internacional deixou de ser dominado exclusivamente por grandes empresas multinacionais e passou a dar oportunidades a empresas de todos os portes, tornando a disputa ainda mais acirrada e nivelada. Geralmente, a inserção de pequenos e médios negócios no comércio exterior advém de estratégias empreendedoras e criativas que, conseqüentemente, geram novas ideias, produtos e serviços (CAVUSGIL; KNIGHT; RIESENBERGER, 2010). Segundo Lanzana et al. (2006), a globalização especifica a diferença entre quem está apto a crescer em um ambiente dinâmico e aberto e quem só consegue enfrentar uma economia fechada e protegida.

As negociações internacionais geralmente são praticadas a partir de duas formas: pelo comércio e pelo investimento. O comércio internacional ocorre por meio da compra e venda de bens (mercadorias) e serviços (intangíveis) e são caracterizadas pelas atividades de importação e exportação. O investimento internacional é identificado pela compra ou transferência de ativos entre diferentes países (CAVUSGIL; KNIGHT; RIESENBERGER, 2010).

Segundo Baumann (2015), existem dois tipos de investimentos externos. O primeiro é o **investimento internacional em portfólio** que representa um controle passivo de títulos estrangeiros, como ações e obrigações. Ou seja, o dono desses títulos não possui influência direta nas decisões a serem tomadas pela

empresa. É considerado um investimento de curto prazo em função do breve retorno financeiro que o comprador deseja obter com a valorização e a venda.

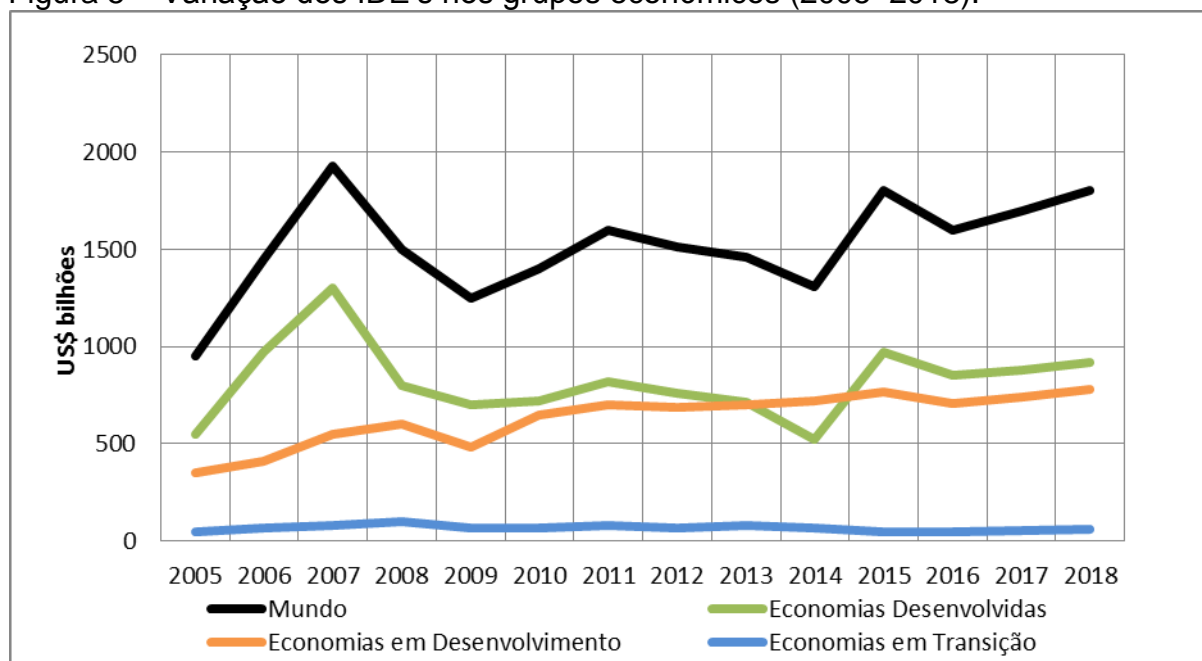
O segundo é o **investimento direto estrangeiro** (IDE) que indica a presença física da empresa no exterior. Para isso, é realizada a compra ou a construção de instalações fabris ou escritórios de vendas. É considerado o estágio mais avançado no envolvimento em negociações internacionais e, em função disso, é praticada quase que exclusivamente por empresas de grande porte e com recursos abundantes. Essa prática possibilita uma aproximação com clientes e fornecedores e a obtenção de mão de obra mais barata (BAUMANN, 2015).

Segundo a Organização das Nações Unidas – ONU (2016), em 2015 os fluxos de IDE apresentaram um crescimento de 38% em relação ao ano anterior, alcançando uma margem de US\$ 1,8 trilhão (o nível mais alto desde a crise financeira de 2008). Esse impulso se deve a fusão entre multinacionais e a reconfiguração de empresas através de mudanças legais e estruturais.

De acordo com a Figura 5, as economias desenvolvidas praticamente dobraram seus índices e atualmente correspondem a 55% do total mundial, um valor 14% maior do que em 2014. A América do Norte e a Europa foram os grandes responsáveis por essa elevação. As economias em desenvolvimento apresentaram uma evolução de 9% no mesmo período e possuem cinco países entre os dez mais participativos em investimentos diretos estrangeiros. O Brasil perdeu quatro posições e atualmente está situado na sétima posição. As economias em transição foram afetadas pela baixa dos preços das commodities, como petróleo bruto, metais e minerais e, assim, tiveram uma pequena queda.

As perspectivas indicam que o fluxo apresentará uma queda de 10 a 15 % ao fim de 2016 como resultado da fragilidade econômica global, dos riscos políticos elevados e das tensões regionais. Em 2017, há a expectativa de retomada no crescimento com um valor final que pode igualar e até mesmo superar o US\$ 1,8 trilhão obtido em 2015 (ONU, 2016)

Figura 5 – Variação dos IDE's nos grupos econômicos (2005–2018).



Fonte: Adaptação própria a partir de ONU (2016).

O ingresso no mercado internacional geralmente é associado aos benefícios proporcionados por ele, tais como oportunidades de crescimento e diversificação de mercados, obtenção de vantagem competitiva e de lucro, acesso a fatores de produção com menores custos, relacionamentos vantajosos com parceiros estrangeiros e novas perspectivas para criação e desenvolvimento de bens e serviços. Porém, há também uma série de fatores de risco que estão presentes nesses fluxos e embora não possam ser completamente eliminados, podem ser previamente identificados e administrados (CAVUSGIL; KNIGHT; RIESENBERGER, 2010).

O ambiente mundial é caracterizado por diversas culturas, idiomas, valores éticos, religiões e comportamentos. Em muitos países, a transmissão desses princípios ocorre de geração para geração e possui relação direta na maneira de pensar e agir de seus povos. Os agentes envolvidos nos processos de internacionalização precisam conhecer tais aspectos com o objetivo de evitar erros que causem constrangimento e desrespeito à contraparte e acabem definindo o fracasso da negociação. Esse primeiro fator é conhecido como **risco intercultural** (CAVUSGIL; KNIGHT; RIESENBERGER, 2010).

A forma de governo, a instabilidade política e as sanções impostas por meio de leis e regulamentações podem prejudicar a atuação estrangeira em

determinados países. Isso caracteriza o **risco-país**. Os efeitos causados pelas barreiras ao comércio e ao desenvolvimento são um desafio à estratégia e ao desempenho das organizações atingidas. Esse intervencionismo possui um alto grau de variação de uma nação para outra (CAVUSGIL; KNIGHT; RIESENBERGER, 2010).

O **risco cambial** é o terceiro fator a ser analisado e está ligado à flutuação das taxas de câmbio das moedas nacionais. Cada moeda possui seu valor e sua relevância quando comparada à outra e oscilações que ocorrerem entre as datas de cotação e fechamento do contrato podem tornar o negócio prejudicial para um dos lados. Além disso, essa flutuação também pode diminuir o valor dos ativos e da renda operacional de uma empresa (CAVUSGIL; KNIGHT; RIESENBERGER, 2010).

Por fim, há o **risco comercial** que se refere à adoção de estratégias equivocadas no momento de entrada no mercado internacional. O conjunto de fatores que é desencadeado por essa falha envolve parceiros comerciais desqualificados, problemas operacionais e competitivos, incapacidade produtiva e erro na formação do preço (CAVUSGIL; KNIGHT; RIESENBERGER 2010).

Segundo Santos (2001), a participação ativa das nações no mercado internacional proporciona estabilidade econômica e aumento da qualidade de vida em seu cenário econômico e social. Por outro lado, a exclusão desse meio resulta em acréscimo dos níveis de pobreza e desemprego, fatores que podem induzir revoluções, atos de terrorismo e guerras.

Seguindo além de uma linha de raciocínio superficial onde a globalização gera riquezas para os países, afirma-se que muitos deles, mesmo com satisfatórios níveis de lucro, enfrentam graves problemas internos em função da má distribuição de recursos. Prova disso é que a mudança na base para medir o grau de desenvolvimento de um país deixou de ser exclusivamente o crescimento econômico relacionado ao aumento do seu Produto Interno Bruto e passou a ser o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que é configurado em três pilares: a expectativa de vida da população, a taxa de analfabetismo e o PIB per capita (BUSS, 2007).



### 2.2.1 Economias desenvolvidas

São caracterizadas por países que aproveitaram a era industrial e pós-industrial para impulsionarem seus níveis de desenvolvimento, alcançando maturação econômica mais rápida do que outras nações ao redor do mundo. Seus sistemas governamentais são democráticos e se sustentam no capitalismo, causando pouca interferência nos negócios (CAVUSGIL; KNIGHT; RIESENBERGER, 2010).

A alta renda per capita, os setores competitivos e a infraestrutura comercial bem desenvolvida influenciam diretamente no cenário interno e na atuação no mercado internacional desses países. Isso é confirmado pelos elevados graus de investimento em educação e ciência, pelos baixos índices de mortalidade infantil e analfabetismo, pelo alto volume de comércio e pela abertura comercial existente (CAVUSGIL; KNIGHT; RIESENBERGER, 2010).

O grupo é formado em sua maioria por países do continente europeu: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Irlanda, Israel, Itália, Noruega, Portugal, Reino Unido, Suécia e Suíça. Além destes, também compõem a lista os norte-americanos Canadá e Estados Unidos e países da Ásia e da Oceania, como o Japão e a Austrália (MORGAN STANLEY CAPITAL INTERNATIONAL, 2016).

Conforme o Quadro 5, a média de crescimento do Produto Interno Bruto e das atividades de comércio internacional nas economias desenvolvidas apresentaram elevação nos últimos três anos, após o forte impacto da crise de 2008 e das baixas de 2011 e 2012. Acompanhando o momento positivo, as taxas de desemprego diminuíram significativamente, apresentando em 2015 o menor índice desde 2008 (FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL, 2016).

Quadro 5 – Dados econômicos das economias desenvolvidas (2005-2015).

(continua)

Período	PIB	Comércio Exterior	Investimento (% PIB)	Desemprego
2015	2,6%	4,3%	21,5%	7,2%
2014	1,9%	3,6%	21,8%	7,6%
2013	1,0%	2,8%	21,4%	8,0%
2012	0,5%	1,1%	21,9%	7,8%
2011	1,9%	4,9%	22,1%	7,4%

Quadro 5 – Dados econômicos das economias desenvolvidas (2005-2015).

(conclusão)

2010	3,3%	9,6%	21,6%	7,6%
2009	-3,1%	-10,8%	21,3%	7,4%
2008	0,5%	1,6%	24,0%	5,5%
2007	3,6%	6,7%	24,2%	5,4%
2006	3,7%	7,1%	23,7%	6,0%
2005	2,9%	5,9%	23,2%	6,4%

Fonte: Elaboração própria a partir de FMI (2016); MSCI (2016).

O índice de Investimento Interno apresentou queda no último ano analisado, porém, em função dos bons níveis relacionados a educação, infraestrutura e qualidade de vida que os países possuem, o dado não gera preocupação imediata. A estimativa populacional do grupo é de aproximadamente 940 milhões de habitantes (FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL, 2016).

## 2.2.2 Economias emergentes

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, uma nova ordem econômica internacional foi estabelecida, norteada pelos Estados Unidos e por países como Alemanha, França, Inglaterra e Japão que em virtude da ajuda financeira disponibilizada pelos norte-americanos para auxiliar em suas reconstruções no período pós-guerra, possuíam elevado grau de industrialização e de desenvolvimento econômico e social. Juntos, estes países representavam a maior parte do PIB mundial, enquanto os demais se sujeitavam às regras institucionalizadas pelas economias desenvolvidas e enfrentavam grandes dificuldades domésticas em diversas áreas (SALVO, 2011).

Porém, com o efeito da globalização e das transformações ocorridas no ambiente internacional no decorrer das décadas seguintes, países que outrora eram meros figurantes como Brasil, China e Rússia, começaram a apresentar significativos avanços em seus níveis de industrialização, modernização, qualidade de vida e crescimento econômico. Esses progressos contribuíram para o aumento das atividades de comércio exterior e de entrada de investimento direto estrangeiro que, por sua vez, influenciaram em séries de *superávits* e nas taxas de crescimento do PIB apresentadas pelos países (SALVO, 2011).

A emergência desses países é resultado da implementação de políticas fiscais, do uso de recursos naturais próprios, do baixo de custo de mão-de-obra, do investimento em infraestrutura e do fortalecimento de seus sistemas produtivos e políticos. Além disso, é importante destacar a população predominantemente formada por jovens, a classe média em expansão e o domínio global que algumas marcas originárias desses países alcançam nos mercados internacionais. A chinesa Hisense, por exemplo, é uma das marcas de TV tela plana mais vendida na França e a russa Rusal, que se aproveita das ricas reservas de bauxita encontradas em seu território para a fabricação de alumínio que é exportado para grandes mercados internacionais (CAVUSGIL, KNIGHT; RIESENBERGER, 2010).

Segundo Cavusgil (2010), os mercados emergentes atraem investimentos estrangeiros por três motivos. O primeiro leva em consideração o aumento da demanda de uma série de bens e serviços, como eletrônicos, automóveis e assistência médica. Crescimento esse influenciado pela expansão da classe média (conforme já citado no parágrafo anterior). O segundo faz referência à reserva de matéria-prima, de recursos naturais e da mão-de-obra barata e qualificada encontrada nos emergentes que atraem empresas de países desenvolvidos a se instalarem ali também. Por fim, há o *outsourcing* onde empresas de países emergentes terceirizam seus serviços para a produção de bens em processos intermediários ou finais para empresas de economias desenvolvidas que não veem essas operações como vitais para suas equipes internas. Porém, os emergentes se beneficiam disso em função da aquisição de novas tecnologias e conhecimentos, da geração de empregos, do aumento de sua capacidade produtiva e da aquisição de novos parceiros no mercado internacional.

Em virtude das constantes mudanças ocorridas nas economias globais, não existe um consentimento geral sobre quais países fazem parte dessa classe econômica. Oficialmente, apenas o BRICS apresenta-se como tal, baseando-se em sua grande projeção no cenário internacional decorrente de suas perspectivas de crescimento do PIB, da renda per capita e de seus fluxos financeiros. Além desses fatores, possuem significativa representatividade em suas extensões territoriais, populacionais e no nível de participação no PIB mundial (BAUMANN, 2015).

O BRICS é impulsionado pelas fortes relações que mantém com os países desenvolvidos e também pela colaboração comercial entre seus próprios membros que proporcionam o crescimento mútuo de suas economias. Em 2008, o

grupo enfrentou eficientemente a crise econômica e apresentou progressos invejáveis em comparação aos mercados avançados (SÁ, 2011).

O espaço que as economias emergentes vêm adquirindo frente às desenvolvidas pode ser comprovado em registros recentes como a redistribuição de cotas no Fundo Monetário Internacional e no Banco Mundial em favor dos emergentes e a criação do G20 com a participação desses países (SALVO, 2011).

Conforme o Quadro 6, o Produto Interno Bruto dos emergentes apresenta níveis mais elevados do que os desenvolvidos em toda a década analisada, com destaque para o período crise e pós-crise de 2008, feito que deu ainda mais notoriedade e credibilidade ao grupo (FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL, 2016).

Quadro 6 – Dados econômicos das economias emergentes (2005-2015).

Período	PIB	Comércio Exterior	Investimento (% PIB)	Desemprego
2015	3,0%	0,8%	23,2%	6,9%
2014	3,2%	3,8%	23,5%	7,0%
2013	3,4%	3,6%	23,5%	7,3%
2012	3,5%	4,5%	23,9%	7,1%
2011	4,6%	8,6%	24,3%	7,0%
2010	6,1%	13,0%	24,2%	7,1%
2009	0,2%	-9,6%	22,7%	7,2%
2008	4,4%	6,7%	25,5%	6,3%
2007	6,5%	11,9%	24,7%	6,5%
2006	7,2%	11,8%	23,5%	7,1%
2005	5,4%	11,8%	22,8%	7,7%

Fonte: Elaboração própria a partir de FMI (2016); MSCI (2016).

Por outro lado, houve uma enorme queda no índice envolvendo o comércio exterior. Essa baixa não afetou somente os mercados emergentes, mas também o comércio internacional como um todo, que teve como consequência o seu pior ano desde 2008 (DONNAN; LEAHY, 2016). Segundo o Fundo Monetário Internacional (2016), a população atual desse grupo possui mais de 4 bilhões de habitantes.

### 2.2.3 Economias em transição

As economias em transição são constituídas por mercados financeiros jovens e subdesenvolvidos. Em função da diversidade dos países que compõem o grupo, há certa dificuldade em definir metas gerais que guiam o seu desenvolvimento, mas geralmente elas são influenciadas por políticas visando garantir estabilidade financeira, desenvolver o setor bancário e aprimorar o ambiente de negócios internacionais, tornando-o mais amplo (ASSOCIATION OF CHARTERED CERTIFIED ACCOUNTANTS – ACCA, 2012).

O índice FTSE Russell – companhia independente de propriedade do *The Financial Times/London Stock Exchange* com a *Frank Russell Company* - é uma das principais referências no que diz respeito a dados que servem como referência para investidores em todo o mundo. Um relatório divulgado pela empresa em 2014 afirma que as ações referentes aos mercados em transição adquirem cada vez mais destaque no cenário internacional, atraindo a atenção de investidores que visam o ingresso em mercados jovens e com significativa perspectiva de crescimento no mercado.

A força de trabalho é um dos alicerces para o desenvolvimento dessas economias. Estima-se que elas representem em torno de 12% da população mundial, com considerável vantagem quanto ao índice de pessoas em idade para trabalhar em relação às demais. Porém, para garantir que a força de trabalho seja produtiva, os governos estão investindo em educação. As taxas de capacitação de algumas economias em transição superam as de determinadas economias emergentes, como por exemplo, Estônia e Botsuana, que em 2014 já possuíam índices de 99,8% e 85,1%, respectivamente, contra 62,8% da Índia (FTSE RUSSELL, 2014).

De acordo com o Quadro 7, o PIB do grupo analisado apresentou uma média de crescimento de 3,51% na última década, superando as economias desenvolvidas que alcançaram apenas 1,71%. Porém, ainda ficam atrás das economias em desenvolvimento que obtiveram uma taxa de 4,31%. O comércio exterior e os níveis de investimento interno sofreram queda em função da crise economia internacional. Por fim, as taxas de desemprego apresentaram queda pelo terceiro ano consecutivo (FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL, 2016).

Quadro 7 – Dados econômicos das economias em transição (2005-2015).

Período	PIB	Comércio Exterior	Investimento (% PIB)	Desemprego
2015	2,5%	2,8%	20,6%	6,2%
2014	2,7%	2,4%	20,6%	6,7%
2013	3,6%	6,4%	21,1%	7,0%
2012	3,6%	3,8%	21,7%	7,1%
2011	4,1%	10,4%	21,5%	7,0%
2010	4,1%	10,9%	22,1%	6,8%
2009	-0,6%	-7,3%	22,0%	6,1%
2008	3,9%	6,9%	25,4%	5,2%
2007	6,1%	11,6%	25,6%	5,7%
2006	6,2%	8,2%	23,5%	6,2%
2005	2,5%	9,3%	23,2%	6,7%

Fonte: Elaboração própria a partir de FMI (2016) e MSCI (2016).

O grande temor desses países é de que o crescimento econômico não seja sentido igualmente no lucro financeiro. Isso se deve pelo fator de que há uma abundância de empresas multinacionais se instalando em setores-chave e assim, o crescimento total desses setores pode ser captado apenas de forma parcial. Outro fator que deve ser destacado são os problemas governamentais de alguns países, como a Argentina, que vive constantes abalos sociais, civis e políticos, fazendo com que não haja confiança no seu governo (FTSE RUSSELL, 2014).

## 2.2.4 Economias menos-desenvolvidas

Em sua composição, possui países que apresentam enormes atrasos estruturais, sociais e governamentais. Uma participação efetiva desses mercados na economia global é dificultada por consequência da falta de estímulos ao empreendedorismo, ao comércio e aos investimentos. Como resultado, uma enorme parcela de pessoas vive em condições extremas de pobreza e sem condições mínimas de saúde, educação e moradia (CAVUSGIL; KNIGHT; RIESENBERGER, 2010).

Há também uma série de fatores críticos que envolvem e caracterizam essas economias: altas taxas de natalidade, altos índices de mortalidade infantil, desnutrição, baixa expectativa de vida, analfabetismo e sistemas educacionais debilitados. Além disso, 95% das vítimas de AIDS do mundo se localizam nessa área. Se não há saúde, educação e infraestrutura, os níveis de pobreza só tendem a

aumentar e tudo acaba se transformando em um ciclo vicioso sem fim (CAVUSGIL; KNIGHT; RIESENBERGER, 2010).

## 2.3 BLOCOS ECONÔMICOS E REGIONALIZAÇÃO

Até meados do século XX, o desenvolvimento dos países e as formas de comércio eram influenciados pelas hegemonias econômicas que direcionavam os rumos das negociações internacionais e, conseqüentemente, passavam a ter maiores vantagens competitivas. O grande problema é que esse contexto não era capaz de satisfazer e agradar as necessidades e os interesses das demais nações globais, em função do limite de crescimento comercial e financeiro ao qual eram impostos (DIAS, 2004).

Ao final da década de 1950, alguns desses governos iniciaram movimentos visando a remoção das barreiras de impostos, porém, apenas setores específicos da indústria eram abrangidos e a integração era feita somente com países em um mesmo nível de desenvolvimento (BHAGWATI; KRISHNA; PANAGARIYA, 1999). Apesar da especificidade, essas relações deram início às integrações econômicas regionais (também conhecido como processo de regionalização). Como o avanço obtido por meio da globalização, a relação entre os países avançou significativamente e essa prática se tornou ainda mais comum, com novos modelos sendo implementados e estudados a fim de aumentar a aproximação entre os países (KEEDI, 2015).

A regionalização ocorre por meio da formação de blocos econômicos, que se caracterizam por alianças formadas por dois ou mais países em determinada área geográfica com o intuito de desenvolver o comércio entre si e aumentar a sua competitividade no ambiente internacional. Para aumentar a integração regional e conseguir atingir os objetivos propostos, os membros negociam acordos para reduzir as barreiras ao comércio e aos investimentos. Com a diminuição dos controles referentes aos fluxos internacionais de bens, serviços e capitais, o padrão de vida econômico e social dos países tende a melhorar, afinal, os estímulos influenciam na especialização, na redução de preços, no aumento da produtividade e no uso eficiente dos seus recursos (CAVUSGIL; KNIGHT; RIESENBERGER, 2010).

Segundo Maia (2013), os blocos econômicos possuem cinco níveis de integração. O primeiro deles se constitui pelas **Zonas de Livre Comércio** onde as

importações de mercadorias realizadas entre os países existentes na área ficam isentas do pagamento de impostos. Segundo Keedi (2015), esse processo se assemelha ao comércio realizado internamente dentro de um país, porém, há um forte controle sobre a origem e a procedência das mercadorias a fim de garantir que países parceiros não sejam utilizados como intermediários por terceiros como forma de fuga dos impostos.

A **União Aduaneira** é o segundo nível e, além de possuir as mesmas características das Zonas de Livre Comércio, adere a um tratamento tarifário único em relação às importações oriundas de países de fora do bloco, ou seja, um produto importado da Itália, por exemplo, terá a mesma tarifação de entrada em todos os países do Mercosul. Isso faz com que não seja dada preferência isolada a terceiros e que não haja competição desigual entre os membros da União. Comumente, esse processo é conhecido como Tarifa Externa Comum (KEEDI, 2015).

Em seguida, há o **Mercado Comum**. Ele proporciona uma livre circulação de bens, serviços, mão de obra e capitais (Maia, 2013). Desta forma, há o incentivo pelo investimento estrangeiro entre os países por meio do fluxo e da transferência de capitais que podem ser feitas livremente de um país para outro e da livre circulação dos seus cidadãos, facilitando a expansão da mão de obra. A maior dificuldade na prática desse processo se dá em função da enorme integração nas políticas trabalhistas e econômicas que ele requer e que muitas vezes alguns países envolvidos não se sentem confortáveis para aderir (CAVUSGIL; KNIGHT; RIESENBERGER, 2010).

A **União Econômica** agrega todas as vantagens envolvidas nos níveis iniciais e se propõe a estabelecer políticas fiscais e monetárias que possam servir de base para todos os países membros. Nesse contexto, há um controle maior sobre metas de inflação, *déficit* público, endividamento e outros fatores, visando um desenvolvimento mais igualitário entre os países (KEEDI, 2015). Para facilitar o nível de integração regional, há uma busca constante pela eliminação (ou pelos menos pela diminuição) dos controles nas fronteiras, pela padronização de produtos, rótulos e afins e também políticas idênticas para energia, agricultura e serviços sociais (CAVUSGIL; KNIGHT; RIESENBERGER, 2010).

Por fim, o último nível é conhecido como **União de Integração Total** na qual há a criação de uma moeda única e de um Banco Central. Esses elementos



auxiliam na eliminação dos riscos cambiais e na estabilidade do cenário econômico, além de possibilitar a estabilidade dos preços internos (MAIA, 2013).

Atualmente, a União Europeia se caracteriza como o bloco econômico mais consistente do mundo. A sua integração é mais profunda e significativa porque não se objetiva apenas em criar uma área de livre comércio ou uma união aduaneira, mas sim em alcançar metas econômicas e políticas que reflitam positivamente em vários segmentos financeiros e sociais (MENEZES; FILHO, 2006). Segundo Keedi (2015), o bloco já passou por todos os níveis de integração e chegou ao último estágio em 2002, quando criou uma moeda única, o Euro (porém, uma minoria de países optou por continuar a usar suas próprias moedas nacionais).

O processo de integração da América do Sul está solidificado sob o Mercado Comum do Sul, ou simplesmente Mercosul. O grupo foi instituído oficialmente em 1991 e em seus seis primeiros anos de atuação, o comércio entre os países membros triplicou (CAVUSGIL; KNIGHT; RIESENBERGER, 2010). O maior objetivo do grupo é aumentar a competitividade de suas economias nacionais em relação ao resto do mundo. Para isso, uma série de medidas foi adotada, como a eliminação de tarifas aduaneiras e a adoção de uma Tarifa Externa Comum, caracterizando-a como uma União Aduaneira (MAIA, 2013).

Outro bloco econômico do qual o Brasil faz parte é a ALADI (Associação Latino-Americana de Integração). Ao contrário de uma área de livre comércio onde há a isenção do pagamento do Imposto de Importação, nesse grupo há apenas uma redução dessa tarifa e ela é dividida em três categorias que são definidas por meio do desenvolvimento econômico de cada país, sendo os menos desenvolvidos os mais beneficiados. Atualmente, o processo envolve 13 países (KEEDI, 2015).

Composto por Canadá, Estados Unidos e México, o *North American Free Trade Agreement*, conhecido como NAFTA, é um dos blocos econômicos mais importantes de mundo. A presença destes três países no comércio internacional representa aproximadamente um quarto de toda a economia mundial (KEEDI, 2015).

A integração regional se fortificou por meio da eliminação de tarifas e barreiras não tarifárias, por regulamentações aduaneiras uniformes, pelo auxiliando ao investimento estrangeiro e pelos direitos à propriedade intelectual. A economia mexicana obteve um forte impulso por meio do grupo, pois, ao ter seu acesso aos mercados norte-americano e canadense facilitado, pôde instalar nesses países diversas empresas em setores eletrônicos, automotivos e de serviços. O processo

contrário também ocorreu e o investimento estrangeiro no México cresceu 400% em 13 anos (CAVUSGIL; KNIGHT; RIESENBERGER, 2010).

Por fim, afirma-se que os blocos econômicos possuem, prioritariamente, interesses voltados ao crescimento econômico de seus países, porém, esse objetivo caminha lado a lado com a melhoria dos fatores sociais, de produção e de informação, além de auxiliar a integração política. Com essa proximidade, eles estão mais preparados para vencer as dificuldades impostas pela globalização e pelo mercado internacional (SILVA, 2013).

O próximo capítulo destaca os procedimentos metodológicos que ampararam o desenvolvimento da pesquisa.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia científica é um conjunto de mecanismos utilizados com a finalidade da obtenção do conhecimento. Quando aplicada, por meio de processos e técnicas, proporciona a confiabilidade do estudo (BARROS; LEHFELD, 2000).

Segundo Appolinário (2006), o método científico garante maior precisão e legitimidade do que o senso comum. Cervo, Bervian e Silva (2007) justificam essa ideia afirmando que a postura científica toma a objetividade como sua base, procurando soluções sérias e utilizando métodos apropriados para o problema que se pretende resolver. De uma forma geral, ela não se preocupa com o achismo, mas sim, com aquilo que realmente é.

A palavra grega *methodos* origina-se da conjunção entre *meta* e *hodos*, que combinadas significam “através ou no decorrer do caminho”. Seguindo essa linha de raciocínio, a metodologia tem por objetivo direcionar o pesquisador que a utiliza por um caminho racional, onde há a elaboração e o teste de hipóteses a fim de encontrar o conhecimento necessário para a resolução de determinado problema (MAGALHÃES, 2005).

Assim, destacam-se o delineamento da pesquisa, a definição da área e/ou da população-alvo, o plano de coleta e análise dos dados e a síntese dos procedimentos metodológicos.

#### 3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

O delineamento da pesquisa representa a organização do estudo, ou seja, nesse momento o pesquisador deverá detalhar os métodos e técnicas que irá utilizar a fim de obter os dados necessários para o desenvolvimento do trabalho (MARTINS JÚNIOR, 2008).

Inicialmente, há a definição do tipo de abordagem que será utilizada, podendo ela ser qualitativa ou quantitativa (GIL, 2007). Os estudos qualitativos são responsáveis por tentar compreender e descrever detalhadamente determinado problema, identificar os indivíduos que se relacionam com ele e esclarecer a influência que uma variável exerce sobre a outra (MICHEL, 2015). Os estudos quantitativos, por sua vez, são encarregados de explicar numericamente o comportamento de determinado grupo, utilizando recursos e técnicas estatísticas

como porcentagem, média, desvio-padrão, análise de regressão, e outras (PINHEIRO, 2010).

Nessa pesquisa foi adotada a técnica qualitativa, uma vez que o estudo objetivou analisar o processo de integração histórica e comercial dos países membros do BRICS considerando a variável temporal de 2001 a 2015 (15 anos).

Em seguida, são selecionados os tipos de pesquisa. Segundo Vergara (2009), existem vários métodos que podem ser utilizados no planejamento de um estudo, porém, eles são classificados basicamente quanto aos fins e quanto aos meios de investigação.

Quanto aos fins de investigação, a presente pesquisa se caracteriza como descritiva, pois, visou identificar os processos de surgimento e inserção do BRICS no cenário internacional, além de diagnosticar a relação dos países membros entre si e com os seus principais parceiros comerciais.

A pesquisa descritiva aborda problemas, fatos e fenômenos reais com a finalidade de identificar e explicar com a maior precisão possível as relações, as conexões e a influência que determinado indivíduo ou grupo exerce sobre o ambiente com o qual se relaciona ou o contrário, a maneira como sofre interferência desse ambiente (MICHEL, 2015).

Quanto aos meios de investigação, esta pesquisa se caracterizou como bibliográfica e documental.

A pesquisa bibliográfica possui como pilar de investigação materiais já publicados sob a forma impressa ou eletrônica, por meio de livros, revistas, jornais e redes eletrônicas (VERGARA, 2009). Segundo Fonseca (2002), todo trabalho científico necessita em sua origem de uma pesquisa bibliográfica, afinal, somente a partir disso o pesquisador terá conhecimento a respeito de tudo o que já se estudou sobre o assunto.

A pesquisa documental, como o próprio nome sugere, é realizada por meio de documentos, fornecida por órgãos públicos e privados ou por pessoas. Estes documentos podem ser compartilhados sob a forma de registros, anais, circulares, balancetes, dispositivos eletrônicos, entre outros (VERGARA, 2009).

Assim, as bases para coleta de dados foram os livros disponíveis na biblioteca da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, em artigos disponibilizados em sites acadêmicos e também por meio de *sítes* de instituições e órgãos nacionais e internacionais, como por exemplo, o Ministério das Relações

Exteriores (MRE), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), que publicam relatórios e documentos anuais que possuem relação direta com o tema abordado.

### 3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA E/OU POPULAÇÃO-ALVO

A definição da área e/ou da população direciona o foco do pesquisador e identifica os indivíduos que serão contextualizados na realização do estudo. Esse apontamento facilita o planejamento e a utilização das técnicas de coleta de dados, proporcionando maior coerência e confiabilidade aos resultados obtidos (MACHADO; DA SILVA, 2007).

O presente trabalho possui como área de estudo o BRICS e os cinco países que o compõem (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) desde o período de sua concepção, em 2001, até 2015. O grupo é reconhecido pela ascensão de suas economias no início do Século XXI, adquirindo forte representatividade no ambiente internacional, respondendo no ano de 2015 por 23,1% do PIB mundial e 43,4% de toda a população mundial (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2016). Porém, os recentes índices desiguais de crescimento entre os países preocupam e colocam em risco a base de coesão do grupo, formado essencialmente por países que antes apresentavam níveis similares de desenvolvimento.

### 3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS

O planejamento referente a coleta de dados diz respeito às fontes e técnicas que serão utilizadas na pesquisa e que proporcionarão material de análise suficiente para a resolução do problema proposto (GIL, 2007). A escolha dos métodos a serem utilizados dependerá dos objetivos almejados e do universo investigado (PINHEIRO, 2010). Assim, segundo Lakatos e Marconi (2010), as fontes de pesquisa se dividem em dois tipos: primárias e secundárias.

As fontes primárias são compostas por publicações e obras originais, ou seja, informações de primeira mão que ainda não foram trabalhadas analiticamente, como por exemplo, materiais coletados em pesquisas de campo, fotografias, mapas, pinturas, documentos públicos e privados (ANDRADE, 2007). As fontes secundárias, por sua vez, englobam todo o arquivo bibliográfico que já foi tornado público e seu

objetivo é oportunizar que o pesquisador aborde o tema de uma maneira diferente e alcance conclusões inovadoras (LAKATOS; MARCONI, 2010).

Quanto às técnicas de coleta de dados, existem duas formas de observação. A primeira é a indireta, na qual os dados não são extraídos diretamente pelo indivíduo que realiza a pesquisa, mas sim por meio de índices, relatórios escritos e análises documentais capazes de auxiliar a percepção e a análise do problema. A segunda forma se dá pela observação direta que envolve o contato pessoal do pesquisador com a fonte de dados por meio da pesquisa de campo (MICHEL, 2015).

A execução da pesquisa deu-se por meio da utilização de fontes secundárias e da utilização da técnica de observação indireta, visto que o pesquisador tomou como base de dados livros e artigos que estão relacionados com o tema abordado, além de índices, relatórios e documentos publicados anualmente por órgãos nacionais e internacionais que fornecerão dados estatísticos históricos e atuais.

### 3.4 PLANO DE ANÁLISE DOS DADOS

Após a realização da pesquisa e, por meio desta, a obtenção dos dados necessários, o pesquisador segue para a análise e a interpretação dos dados, afinal, a informação, por si só em sua forma bruta, não representa tamanha relevância até que propicie respostas às investigações (LAKATOS; MARCONI, 2010). Duas técnicas se destacam entre os métodos utilizados para a análise dos dados: a de análise por conteúdo e a de análise por discurso (ROESCH; BECKER; MELLO, 2009).

Segundo Caregnato e Mutti (2006), a análise por conteúdo, como o próprio nome sugere, tem como foco o conteúdo do texto e busca compreender as ideias do autor da forma mais clara, transparente e fiel possível. Esse método pode fazer uso tanto da abordagem qualitativa quando da quantitativa.

A análise por discurso objetiva compreender o sentido transmitido pelo autor em seu texto, possibilitando assim, interpretações, críticas e questionamentos sobre tudo o que foi exposto e também sobre o que deixou de ser (MICHEL, 2015). Possui uma abordagem exclusivamente qualitativa (CAREGNATO; MUTTI, 2006).

Neste contexto, como o estudo apresenta uma análise histórico descritiva,

uma vez que procurou analisar o processo de integração histórica e comercial dos países membros do BRICS, considerou-se então, como uma análise essencialmente qualitativa.

### 3.5 SÍNTESE DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O Quadro 8 apresenta uma síntese do trabalho e dos respectivos procedimentos metodológicos.

Quadro 8 – Síntese do delineamento da pesquisa.

ESTRUTURA	CARACTERÍSTICAS
Pergunta de pesquisa	Como ocorreu o processo de integração histórica e comercial dos países membros do BRICS considerando a variável temporal de 2001 a 2015 (15 anos)?
Objetivo geral	Analisar o processo de integração histórica e comercial dos países membros do BRICS considerando a variável temporal de 2001 a 2015 (15 anos).
Objetivos específicos	a)Caracterizar historicamente a composição do BRICS; b)Identificar a evolução do BRICS no cenário internacional; c)Apresentar os principais parceiros comerciais de cada país membro a partir da corrente de comércio internacional; d)Destacar os principais produtos comercializados intra-BRICS.
Abordagem	Qualitativa
Quanto aos fins de investigação	Descritiva
Quanto aos meios de investigação	Bibliográfica e Documental
Área de estudo	BRICS
Origem dos dados da pesquisa	Secundários
Técnica de coleta	Observação indireta por meio de índices e relatórios escritos e dados documentais.
Análise de dados	Qualitativa

Fonte: Elaboração própria.

O próximo capítulo objetiva apresentar e analisar os dados obtidos, relacionando-os e direcionando-os com a questão de pesquisa, bem como com os objetivos geral e específicos.

## 4 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Com o intuito de atender ao objetivo geral e aos objetivos específicos desta monografia, o atual capítulo apresenta e analisa os dados obtidos na pesquisa realizada com base em sites governamentais e de órgãos atuantes na área da economia e do comércio internacional. Assim, o Quadro 9 apresenta a vinculação dos objetivos específicos com a estrutura da pesquisa.

Quadro 9 – Vinculação dos objetivos específicos versus estrutura da pesquisa.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	ESTRUTURA DA PESQUISA
a) Caracterizar historicamente a composição do BRICS b) Identificar a evolução do BRICS no cenário internacional.	4.1 Caracterização histórica e evolução do BRICS.
c) Apresentar os principais parceiros comerciais de cada país membro a partir da corrente de comércio internacional. d) Destacar os principais produtos comercializados intra-BRICS	4.2 Participação dos BRICS no comércio internacional. 4.2.1 Brasil 4.2.2 Rússia 4.2.3 Índia 4.2.4 China 4.2.5 África do Sul

Fonte: Elaboração própria.

### 4.1 CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA E EVOLUÇÃO DO BRICS

O acrônimo BRIC passou a fazer parte da literatura científica ao ser citado pela primeira vez em Novembro de 2001 por Jim O'Neill, economista-chefe do Goldman Sachs<sup>1</sup>, em um relatório de sua própria autoria intitulado *Building Better Global Economic BRICs* (OLIVEIRA, 2015).

Na publicação, O'Neill destacou a ascensão e o fortalecimento de quatro novas forças econômicas mundiais (referindo-se ao Brasil, Rússia, Índia e China - dando origem, assim, ao acrônimo BRIC). Esse conjunto de países se destacava pela expressiva representatividade populacional e territorial. De acordo com o Quadro 10, o grupo abrangia mais de 43% de toda a população mundial e seus territórios preenchiam quase 29% da superfície terrestre.

---

<sup>1</sup> Grupo financeiro multinacional, sediado no Distrito Financeiro de Nova Iorque.



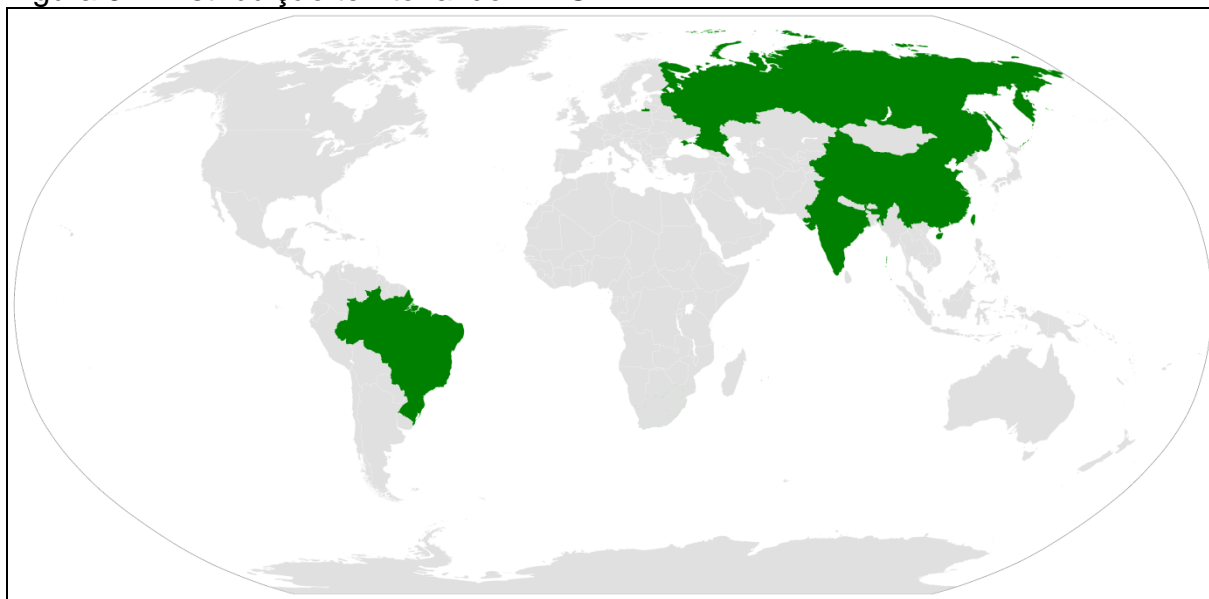
Quadro 10 – Representatividade populacional e territorial do BRIC em 2001.

Local	População (milhões)	Participação Mundial	Extensão Territorial (km)	Participação Mundial	PIB Per Capita (US\$ corrente)
Brasil	178.419.396	2,88%	8.515.770	6,35%	3.135,16
Rússia	145.976.083	2,36%	17.098.240	12,75%	2.100,36
Índia	1.071.888.190	17,30%	3.287.260	2,45%	460,826
China	1.271.850.000	20,53%	9.562.930	7,13%	1.053,11
BRIC	2.668.133.669	43,06%	38.464.200	28,68%	1.678,36
Mundo	6.196.224.413	100,00%	134.112.700	100,00%	5.381,71

Fonte: Elaboração própria a partir de Banco Mundial (2017).

A Figura 6 apresenta a distribuição territorial destes países, um no continente americano e três no continente asiático (sendo a Rússia um país transcontinental por possuir um quarto do seu território situado na Europa).

Figura 6 – Distribuição territorial do BRIC.



Fonte: Adaptação própria a partir de Novo Banco de Desenvolvimento (2017a).

Além dos fatores supracitados, O'Neill também evidenciou o aumento da representatividade que estes países passaram a ter na economia mundial, as perspectivas otimistas de crescimento para o grupo e, ainda, pôs em debate a necessidade de uma reestruturação do Grupo dos Sete - G7, com a inclusão de um ou mais países emergentes. Para tal conclusão, o autor se baseou no tamanho do PIB das 20 maiores economias globais da época, apresentando e analisando os índices por meio de diferentes pontos de vista. Conforme o Quadro 11, houve uma categorização dos dados com base na Paridade do Poder de Compra (PPC) e do

PIB nominal (este sustentando-se nos preços correntes do final do ano 2000). Segundo Krugman (2001), a Paridade do Poder de Compra diferencia a taxa de câmbio entre dois países com base no nível dos preços de bens e serviços encontrados em cada um deles, ou seja, leva em consideração o poder aquisitivo da população em relação ao seu custo de vida.

Segundo O'Neill (2001), o FMI prefere este tipo de conversão por evidenciar a real situação econômica e social de cada país. O PIB nominal, por sua vez, tem o seu valor calculado com base nos preços correntes de bens e serviços que foram produzidos e comercializados no mesmo ano, sem considerar a inflação e, além disso, utiliza o dólar americano como princípio de comparação (CALLEN, 2012). Basicamente, o sistema PPC é menos tendencioso porque aborda o poder de compra nas taxas de diversas economias mundiais, ao contrário do PIB nominal, que possui como base uma moeda-chave.

Quadro 11 – As principais economias mundiais no início do século XXI.

País	PIB (base PPC) US\$ <sup>2</sup> bilhões	Participação mundial (%)	PIB (nominal) US\$ bilhões	Participação mundial (%)	Diferença (%)
Estados Unidos	9.963	23,98%	9.963	33,13%	-9,15%
China	5.230	12,59%	1.080	3,59%	9,00%
Japão	3.319	7,99%	4.760	15,83%	-7,84%
Índia	2.104	5,06%	474	1,58%	3,49%
Alemanha	2.082	5,01%	1.878	6,25%	-1,23%
França	1.458	3,51%	1.289	4,29%	-0,78%
Reino Unido	1.425	3,43%	1.417	4,71%	-1,28%
Itália	1.404	3,38%	1.077	3,58%	-0,20%
Brasil	1.214	2,92%	588	1,96%	0,97%
Rússia	1.120	2,70%	247	0,82%	1,88%
Canadá	903	2,17%	699	2,33%	-0,15%
México	890	2,14%	574	1,91%	0,23%
Espanha	797	1,92%	560	1,86%	0,05%
Coréia do Sul	770	1,85%	457	1,52%	0,33%
Indonésia	696	1,68%	154	0,51%	1,16%
Austrália	523	1,26%	382	1,27%	-0,01%
Taiwan	477	1,15%	310	1,03%	0,12%
Turquia	437	1,05%	203	0,67%	0,38%
Tailândia	430	1,04%	122	0,41%	0,63%
Holanda	416	1,00%	370	1,23%	-0,23%

Fonte: Adaptação própria a partir de O'Neill (2001, p. 04).

<sup>2</sup> O dólar foi utilizado como referência para o cálculo do PIB em termos PPC.

Ao referir-se ao BRIC como um grupo de mercados em constante ascensão, O'Neill se baseou majoritariamente no sistema PPC e, a partir desse princípio, faz-se necessária uma análise dos dados apresentados no Quadro 10 sob a perspectiva desse método.

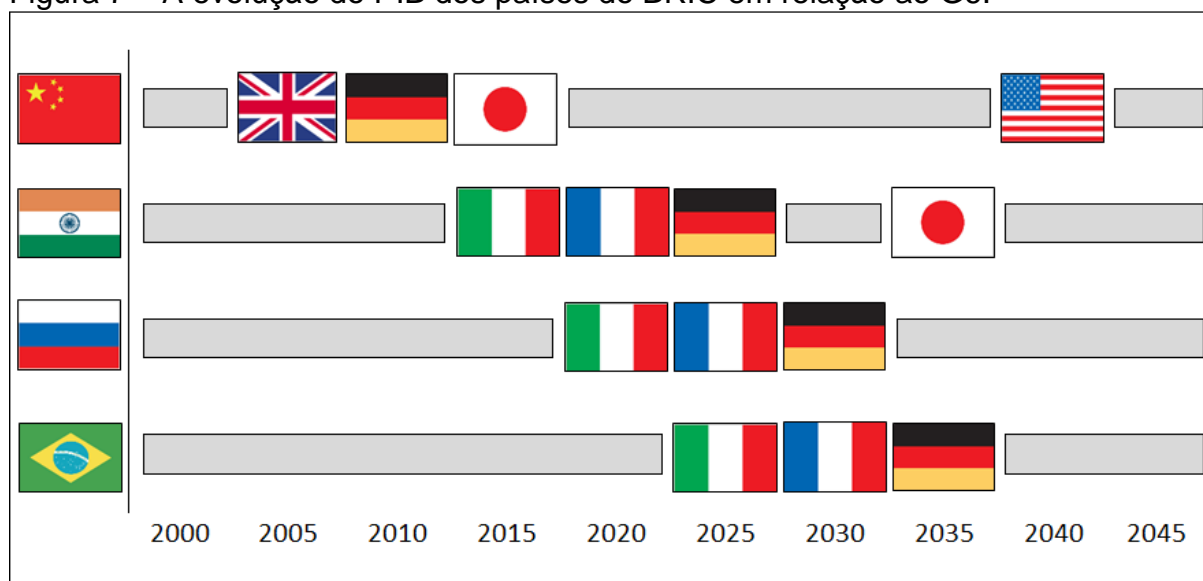
Inicialmente, há uma percepção do quão maior e mais expressiva seria a participação do BRIC no ambiente econômico internacional, posicionando todos os países do grupo entre as dez maiores economias mundiais e passando a representar uma fatia de 23,27% do total ao invés de apenas 7,95% sob uma abordagem nominal. Analisando a situação de cada um deles, é evidenciado que três (China, Índia e Rússia) teriam sua força econômica triplicada e o quarto (Brasil), duplicaria a sua.

Em uma comparação dos emergentes perante os países que compõem o G7 (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido), China e Índia estariam com as suas economias a frente de cinco deles e os quatro países do acrônimo se mostram superiores ao Canadá. Vale ressaltar que, mesmo sob uma visão nominal, a economia chinesa já se mostrava superior à italiana e a canadense. Sob essa realidade, O'Neill (2001) alertou para a necessidade de uma nova reestruturação na transmissão das políticas monetárias e fiscais da economia global, questionando a ausência das economias emergentes no G7.

Por fim, o autor apresentou quatro possíveis cenários para um período de 10 anos do setor econômico dos países do BRIC e do G7 por meio de projeções envolvendo a inflação, a taxa de câmbio e o crescimento real do PIB. O resultado de todos estes cenários apresentou acréscimo no peso relativo dos emergentes, passando de 23,27% para 27% em termos PPC e, de 8% para 14,2% sob a base nominal.

Em Outubro de 2003 o grupo voltou a ser foco de uma publicação da *Global Economics Paper* (esta intitulada *Dreaming with BRICs: The Path to 2050* e sob a autoria de Dominic Wilson e Roopa Purushothaman). Por meio de projeções demográficas, de acúmulo de capital e de crescimento produtivo, o relatório aponta que, com a confirmação dos dados, o PIB do BRIC ultrapassaria o do G6 em menos de 40 anos. Conforme a Figura 7, o autor também destacou em que ponto das próximas décadas o PIB de cada um dos países emergentes superaria o valor dos seis mais desenvolvidos.

Figura 7 – A evolução do PIB dos países do BRIC em relação ao G6.



Fonte: Adaptação própria a partir de Wilson e Purushothaman (2003, p. 3).

Comparando as projeções apresentadas na Figura 7 com os dados oficiais divulgados anualmente pelo Banco Mundial, há a percepção de que até o momento elas não só se confirmaram, mas também foram antecipadas. Ao final de 2010, o PIB chinês já era maior do que o do Reino Unido e da Alemanha (conforme a previsão), porém, já havia ultrapassado também o japonês, cujas perspectivas indicavam que tal fato só aconteceria em 2015. A Índia também mostrou um crescimento maior do que o esperado, superando o PIB italiano ainda em 2014.

Conforme o Quadro 12, a base para o desenvolvimento dos países do BRIC ao longo dessas décadas estaria pautada essencialmente em quatro fatores (WILSON; PURUSHOTHAMAN, 2003).

Quadro 12 – Fatores essenciais para o desenvolvimento dos BRICs.

(continua)

FATOR	OBJETIVO
Macro ambiente econômico sólido	Auxiliar o crescimento da economia por meio do controle da inflação, de políticas de apoio do governo, de finanças públicas consistentes e de um realinhamento cambial. Como consequência, essa nova estrutura estabilizaria os preços e assim, incentivaria a poupança e o investimento.
Instituições fortes e estáveis	Relacionadas ao sistema jurídico, aos mercados em funcionamento, aos sistemas de saúde e educação e às instituições financeiras. Por estarem presentes cotidianamente na vida de indivíduos e organizações, influenciam diretamente os índices e os resultados obtidos por um país e, em função disso, se percebe a necessidade de que estejam bem estruturadas e alinhadas.

Quadro 12 – Fatores essenciais para o desenvolvimento dos BRICs.

(conclusão)

Abertura ao comércio e ao investimento estrangeiro	São grandes influenciadores no desenvolvimento econômico e tecnológico, pois proporcionam, por exemplo, acesso a novos insumos, novas tecnologias, mercados maiores e ganhos de produtividade.
Educação	Com o acréscimo financeiro, industrial e tecnológico, há então uma necessidade cada vez maior de trabalhadores especializados, fazendo com que o investimento em educação também faça parte das principais prioridades.

Fonte: Elaboração própria a partir de Wilson e Purushothaman (2003).

Dada a notoriedade internacional que o grupo vinha adquirindo com o passar dos anos, os ministros das Relações Exteriores de Brasil (MRE), Rússia, Índia e China se reuniram, de maneira informal, pela primeira vez em 2006, durante a 61ª Assembleia Geral da ONU para abordar assuntos de interesse mútuo, dando início aos diálogos políticos e ao trabalho coletivo do grupo (VISENTINI, 2013).

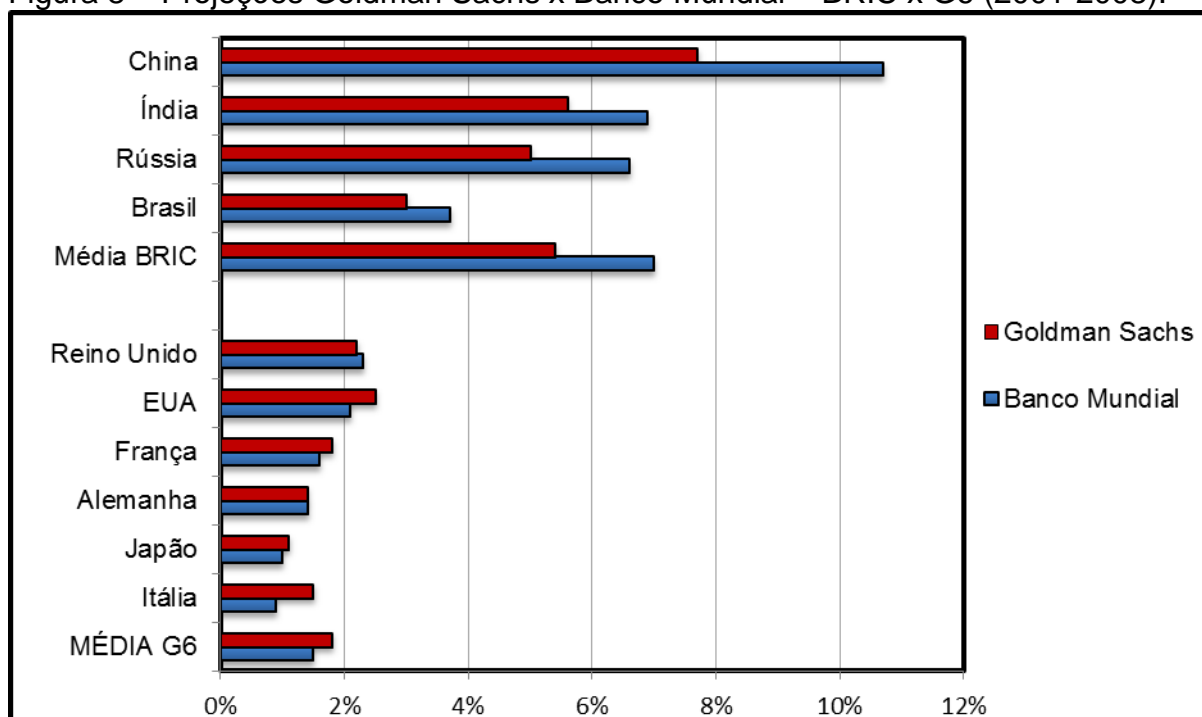
Dois anos depois ocorreu a primeira reunião formal, realizada na cidade de Ecaterimburgo, na Rússia (MRE, 2017). A pauta abordada no encontro pelos ministros defendia o multilateralismo<sup>3</sup>, o uso das normas do Direito Internacional<sup>4</sup> para a promoção da paz e também a inclusão do Brasil e da Índia no Conselho de Segurança da ONU. Ao final da reunião, um comunicado oficial foi divulgado por todos os países relatando os tópicos discutidos e formalizando um novo encontro para o ano seguinte, também na cidade de Ecaterimburgo (este, porém, contando com a presença dos chefes de Estado das quatro nações). Tal encontro ficaria conhecido como a I Cúpula dos BRICs (VISENTINI, 2013).

No período de tempo entre a criação do acrônimo em 2001 e a primeira reunião formal de seus representantes em 2008, as economias do BRIC reforçaram convictamente as suas posições de emergentes e de novos agentes de destaque no cenário internacional, principalmente se comparados com os países do G6. A Figura 8 corrobora com essa afirmação dando foco a estes dois grupos e demonstrando as projeções de crescimento do PIB divulgadas pelo Goldman Sachs em 2001 (linhas vermelhas) com os resultados reais de crescimento obtidos por meio de dados do Banco Mundial (linhas azuis).

<sup>3</sup> Termo utilizado para fazer referência ao livre comércio envolvendo três ou mais países a partir da eliminação ou da redução de barreiras protecionistas.

<sup>4</sup> Conjunto de normas que regulamenta as responsabilidades legais dos Estados em suas relações externas.

Figura 8 – Projeções Goldman Sachs x Banco Mundial – BRIC x G6 (2001-2008).



Fonte: Elaboração própria a partir de O'Neill (2001); Banco Mundial (2017).

Todos os países do BRIC apresentaram uma média de crescimento superior às expectativas iniciais (que já eram consideradas otimistas por O'Neill e pelo Goldman Sachs). A China foi a grande força hegemônica do grupo, liderando os índices durante todo o período e obtendo uma média de 10,7%. O Brasil, por sua vez, apresentou os resultados mais modestos, ficando abaixo dos 4%. Na visão geral, o PIB do BRIC alcançou uma média real de crescimento de 7% durante os 8 anos analisados, o que representa um acréscimo de 1,6% em relação aos 5,4% esperados.

O G6, no entanto, ficou aquém até mesmo da baixa projeção inicial, ao obter a média final de 1,5% contra os 1,8% estipulados anteriormente. Conforme a Figura 8, quatro dos seis países tiveram resultados abaixo do previsto, com destaque para a Itália com uma taxa média de crescimento de apenas 0,9% e para o Japão, com 1%. As exceções foram a Alemanha, igualando os 4% projetados, e o Reino Unido, único membro do grupo a superar as taxas iniciais. Ainda assim, o índice britânico ficou abaixo do brasileiro (o menor do BRIC).

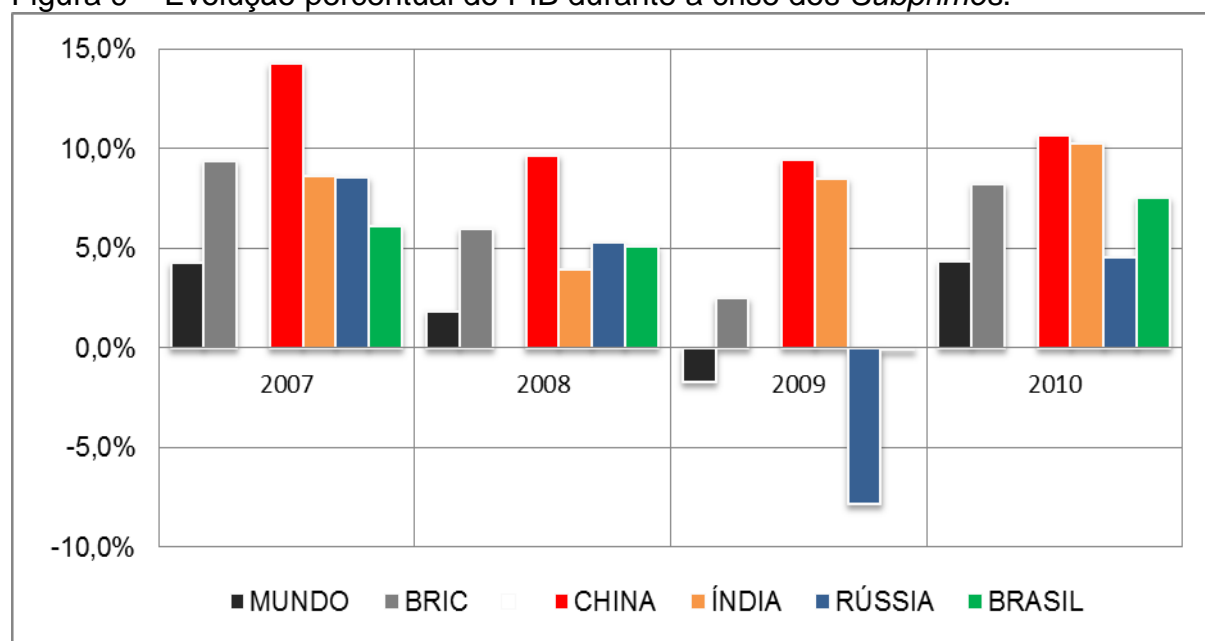
Em meados de 2008, uma crise financeira gerada ainda em 2007 pelo setor imobiliário norte-americano e pelos seus bancos de investimento e seguradoras, começou a impactar de forma abrangente a economia e o comércio

internacional. A **crise do Subprime**, como ficou conhecida, teve início após a valorização de preços dos imóveis nos Estados Unidos nos primeiros anos do Século XXI. Isso atraiu uma série de novos agentes para o setor imobiliário, gerando uma saturação na oferta e, conseqüentemente, uma queda acentuada nos preços. O que se viu a partir desse fato foi um efeito cascata, partindo de uma alta na taxa de juros, para uma massiva inadimplência daqueles que haviam financiado a compra de seus imóveis e, por fim, a quebra dos bancos que haviam disponibilizado esses créditos (BUSNARDO, 2012).

O impacto causado pela crise na economia internacional viu seu reflexo nos índices anuais de crescimento do PIB. Em um período de três anos, a média percentual a nível mundial caiu de 4,3% em 2007 para 1,8% em 2008 e chegou a negativos 1,7% no ano seguinte. O BRIC também foi afetado, porém, em escalas menores, apresentando índices de 9,4% em 2007, 6% em 2008 e 2,5% em 2009.

Apesar do decréscimo apresentado em dois anos consecutivos, a China manteve seus índices acima dos 9% em todo o período. A Índia sofreu um grande impacto econômico em 2008, resultando no menor nível de crescimento entre os BRICs naquele ano, porém, apresentou uma rápida recuperação nos anos seguintes a ponto de ameaçar a hegemonia chinesa. A Figura 9 enfatiza essa progressão.

Figura 9 – Evolução percentual do PIB durante a crise dos *Subprimes*.



Fonte: Elaboração própria a partir de Banco Mundial (2017).

Os maiores impactos entre os emergentes foram sentidos em 2009 pelo Brasil e pela Rússia. A economia brasileira foi prejudicada por deficiências nos setores produtivos, problemas de infraestrutura nos meios sociais e econômicos e pela alta carga de impostos (AZAMBUJA, 2014), resultando em um índice negativo de 0,1% no ano citado. Os russos, por sua vez, foram afetados pela queda no preço dos combustíveis (responsáveis por 60% do faturamento do país no mercado exportador), pela desvalorização da sua moeda (o rublo) e por uma baixa de 10,8% na produção da indústria nacional (VISENTINI, 2013), o que resultou em crescimento negativo do seu PIB em 7,8%.

Apesar da instabilidade econômica, os países do BRIC continuaram a ser vistos com bons olhos pelos agentes econômicos mundiais. A afirmação é justificada pelos mais de 168 bilhões de reais recebidos pelo grupo em investimentos estrangeiros diretos em 2010, demonstrando confiança por parte dos investidores no futuro desses mercados.




Com o passar dos anos, a relação política entre Brasil, Rússia, Índia e China foi se estreitando e o grupo passou a atuar em duas direções. A primeira diz respeito a uma participação mais efetiva dos países em reuniões e organismos internacionais, intervindo nas áreas econômico-financeira e política e defendendo mudanças em órgãos como o FMI, as Nações Unidas e o seu Conselho de Segurança. Porém, o grupo manifesta que possíveis decisões políticas que viessem a ser tomadas de forma coordenada não objetivariam confronto ou retaliação a outros países, pelo contrário, ele seria receptivo à ações de cooperação e de engajamento com estes. A segunda visa o diálogo e a elaboração de uma agenda de cooperação em áreas de interesse mútuo de seus membros (MRE, 2017).

Conforme citado anteriormente, a partir de 2009 os BRICS começaram a se reunir anualmente nas chamadas Cúpulas, ou seja, nos últimos oito anos ocorreram oito reuniões envolvendo os principais líderes desses países. Desde então, as atividades Intra BRICS já se fazem presentes em mais de trinta esferas setoriais, como agricultura, ciência e tecnologia, cultura, governança e segurança da internet, previdência social, propriedade intelectual, saúde, turismo, entre outras. O Quadro 13 caracteriza as Cúpulas realizadas até o momento, com foco nos principais assuntos abordados em cada uma delas.






Quadro 13 – As Cúpulas do BRICS (2009-2016).

(continua)

CÚPULA	LOGOTIPO	ANO	LOCAL	RESUMO
I		2009	Ecaterimburgo - Rússia	Sob a repercussão que a crise dos Subprime ainda causava no cenário internacional, a primeira Cúpula teve um caráter predominantemente voltado para a área econômico-financeira. Dada a importância que os quatro países vinham apresentando desde o início da década, os chefes de Estado cobraram mais prestígio para a participação dos emergentes nas instituições financeiras internacionais e questionaram a eficiência dos instrumentos utilizados à época pelo sistema monetário internacional. Além disso, defenderam a manutenção de um sistema de comércio multilateral estável e a diminuição das barreiras protecionistas, debatendo também a respeito do desenvolvimento sustentável, de recursos energéticos e do combate ao terrorismo.
II		2010	Brasília - Brasil	Na segunda Cúpula, além de aprofundar os temas já discutidos no encontro de 2009, o grupo voltou a defender reformas no FMI, no Banco Mundial e no sistema monetário internacional, sugerindo inclusive, a opção por uma moeda de reserva alternativa ao dólar. Após a assinatura de um acordo de cooperação entre os bancos de desenvolvimento dos países, foi sugerida pela primeira vez a criação de instituições próprias do BRIC. Expandindo o debate para além dos assuntos financeiros, incluíram pautas a respeito do combate à pobreza, à exclusão social e à desigualdade.
III		2011	Sanya - China	A terceira Cúpula teve seu caráter voltado à área política e de desenvolvimento, direcionando a uma aproximação nas relações econômico-comercial, científicas, tecnológicas e de inovação. Porém, o grande destaque do encontro se deu pela inclusão da África do Sul ao grupo, passando este a ser conhecido a partir de então, como BRICS. Questionados a respeito deste acréscimo, os líderes nacionais destacaram a potência do novo membro dentro do continente africano e a necessidade de ampliação do alcance territorial do grupo.



Quadro 13 – As Cúpulas do BRICS (2009-2016).

(continuação)

CÚPULA	LOGOTIPO	ANO	LOCAL	RESUMO
V		2012	Nova Délhi - Índia	Na Cúpula de número quatro, os chefes de Estado de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul voltaram as suas atenções para dois desejos antigos do grupo. O primeiro seria a criação do Banco de Desenvolvimento do BRICS. Para a tomada de decisão, os ministros das Finanças ficaram responsáveis pela elaboração de uma análise de viabilidade a ser apresentada na Cúpula seguinte. O segundo desejo, por sua vez, foi formalizado por meio da assinatura de um acordo que teve como objetivo facilitar as negociações entre os cinco bancos nacionais com a utilização de suas próprias moedas, visando aumentar o intercâmbio financeiro e comercial entre eles e, também, reduzir o monopólio exercido pelo dólar.
V		2013	Durban - África do Sul	Sob um veredito final positivo dado pelos ministros das Finanças dos BRICS a respeito de um novo Banco de Desenvolvimento, os governos nacionais decidiram levar a ideia adiante e, assim, deram continuidade aos estudos acompanhando o cenário econômico para a posterior efetivação do banco. Além disso, os resultados também apresentaram a possibilidade de criação do Arranjo Contingente de Reservas - ACR, que por meio de uma fatia investida por cada membro do grupo, possuiria em seu caixa um total de US\$ 100 bilhões e serviria como um seguro financeiro contra eventuais instabilidades econômicas.
VI		2014	Fortaleza - Brasil	A VI Cúpula foi aberta com um fórum de discussões e negociações empresariais, reunindo 700 empresários das maiores empresas dos cinco países. Após dois anos de estudos, foram enfim oficializados e assinados os termos para a criação do Banco de Desenvolvimento do BRICS e do Arranjo Contingente de Reservas (onde a China injetaria US\$ 41 bilhões, Brasil, Rússia e Índia US\$ 18 bilhões cada e a África do Sul repassaria US\$ 5 bilhões, totalizando os US\$ 100 bilhões previstos). Paralelamente, também foram assinados atos de cooperação envolvendo novos acordos comerciais, intercâmbio de informações e apoio nas áreas de tecnologia, defesa e energia. Com o objetivo de ampliar a abrangência comercial do grupo, onze países da América do Sul foram convidados para discutir maiores níveis de cooperação para com o BRICS.

Quadro 13 – As Cúpulas do BRICS (2009-2016).

(conclusão)

CÚPULA	LOGOTIPO	ANO	LOCAL	RESUMO
VII		2015	Ufá – Rússia	Em função de conflitos armados envolvendo a Rússia nas suas fronteiras com a Ucrânia e dos atos terroristas ligados às crises migratórias ao redor do Mundo, a promoção da segurança e da paz internacional foram temas de grande destaque na VII Cúpula, com os cinco países reiterando a necessidade de cumprimento dos princípios de paz presentes na Carta das Nações Unidas. O grupo também se mostrou confiante e solícito para um maior nível de integração na economia mundial visando a recuperação rápida e sustentável do setor, visto as dificuldades financeiras e de crescimento enfrentadas globalmente. Complementando o encontro, medidas acerca de saúde humanitária envolvendo o combate às doenças transmissíveis e ao surto de ebola foram citadas como fundamentais para o desenvolvimento social e econômico (principalmente dos países em desenvolvimento).
VIII		2016	Goá - Índia	A Cúpula mais recente do BRICS salientou a importância que a inovação, o investimento em infraestrutura (incluindo a conectividade) e o aumento das relações comerciais possuem sobre o desenvolvimento social e econômico. Segundo os membros, esses são fatores primordiais para o alcance a médio e longo prazo de um crescimento forte, equilibrado e sustentável da economia internacional. Deu-se também um grande destaque ao setor agrícola, onde foi salientada a necessidade de um desenvolvimento de capacidades para pequenos produtores e do compartilhamento de experiências e conhecimentos do setor.

Fonte: Elaboração própria a partir de MRE (2017); Visentini (2013).

Como observado, em oito anos as Cúpulas do BRICS abrangeram uma diversa gama de assuntos voltados aos interesses diretos de seus membros e que, indiretamente, também poderiam impactar o restante do cenário internacional. Porém, dois temas se sobressaem no histórico dos encontros e merecerão destaque no presente capítulo: a incorporação da África do Sul no grupo e a criação do Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS.

Em Abril de 2011, durante a III Cúpula, a África do Sul foi oficializada formalmente como o quinto membro do conjunto de países que, a partir de então, passou a ser chamado de BRICS (com a inclusão da letra S de *South Africa*). Porém, a escolha do país africano causou espanto na comunidade internacional, pois, suas dimensões econômicas, territoriais e populacionais se mostravam muito inferiores em relação aos outros quatro países. Vale destacar que essas dimensões essas que foram cruciais para a formação do acrônimo (RIBEIRO; MORAES, 2015). O Quadro 14 evidencia os desníveis citados e ainda demonstra o acréscimo que a inclusão da África do Sul representou comparando ao até então BRIC.

Quadro 14 – Os índices da África do Sul e do BRICS frente ao BRIC.

Local	População (milhões)	Participação Mundial	Extensão Territorial (km)	Participação Mundial	PIB Nominal (US\$ corrente)
Brasil	198.614.208	2,87%	8.515.770	6,34%	2.208.871.646.202
Rússia	142.849.449	2,06%	17.098.250	12,73%	1.524.915.341.870
Índia	1.230.984.504	17,78%	3.287.260	2,45%	1.656.562.168.648
China	1.337.705.000	19,32%	9.562.911	7,12%	6.100.620.356.557
África do Sul	50.979.432	0,74%	1.219.090	0,91%	375.349.396.273
BRIC	2.910.153.161	42,03%	38.464.191	28,64%	11.490.969.513.277
BRICS	2.961.132.593	42,77%	39.683.281	29,55%	11.866.318.909.550
Mundo	6.924.026.510	100,00%	134.311.372	100,00%	65.853.027.003.878

Fonte: Elaboração própria a partir de Banco Mundial (2017).

Individualmente, cada país do BRIC representava uma parcela significativa referente aos níveis de tamanho populacional e de extensão territorial, afinal, dada a veracidade dos dados apresentados acima, todos se situavam entre os dez maiores em ambos os aspectos. A África do Sul, entretanto, se posicionava apenas como a 25ª maior população mundial e o 24º maior território. À época, o PIB sul-africano também se mostrava consideravelmente inferior aos outros membros.

De modo geral, sob a visão dos três aspectos analisados, a inclusão da África do Sul pouco agregou ao grupo (menos de um por cento para cada aspecto), o que torna compreensível a surpresa noticiada.

Ribeiro e Moraes (2015) afirmam que outros países emergentes como Indonésia, México, Nigéria e Turquia possuíam indicadores que os tornavam mais qualificáveis do que a África do Sul para uma inserção no BRIC. A Tabela 1 apresenta uma comparação entre os fatores econômicos e populacionais destes emergentes, dos BRICs e da África do Sul.

Tabela 1 – Dados econômicos e populacionais dos BRICs, da África do Sul e dos novos emergentes.

País	Crescimento do PIB (2001-2010)	PIB Nominal (US\$ corrente)	População
Brasil	3,71%	2.208.871.646.202	198.614.208
Rússia	4,93%	1.524.915.341.870	142.849.449
Índia	7,42%	1.656.562.168.648	1.230.984.504
China	10,57%	6.100.620.356.557	1.337.705.000
África do Sul	3,48%	375.349.396.273	50.979.432
Indonésia	5,24%	755.094.160.363	241.613.126
México	1,82%	1.051.128.603.513	118.617.542
Nigéria	9,18%	367.127.872.791	159.424.742
Turquia	4,00%	731.144.536.446	72.310.416

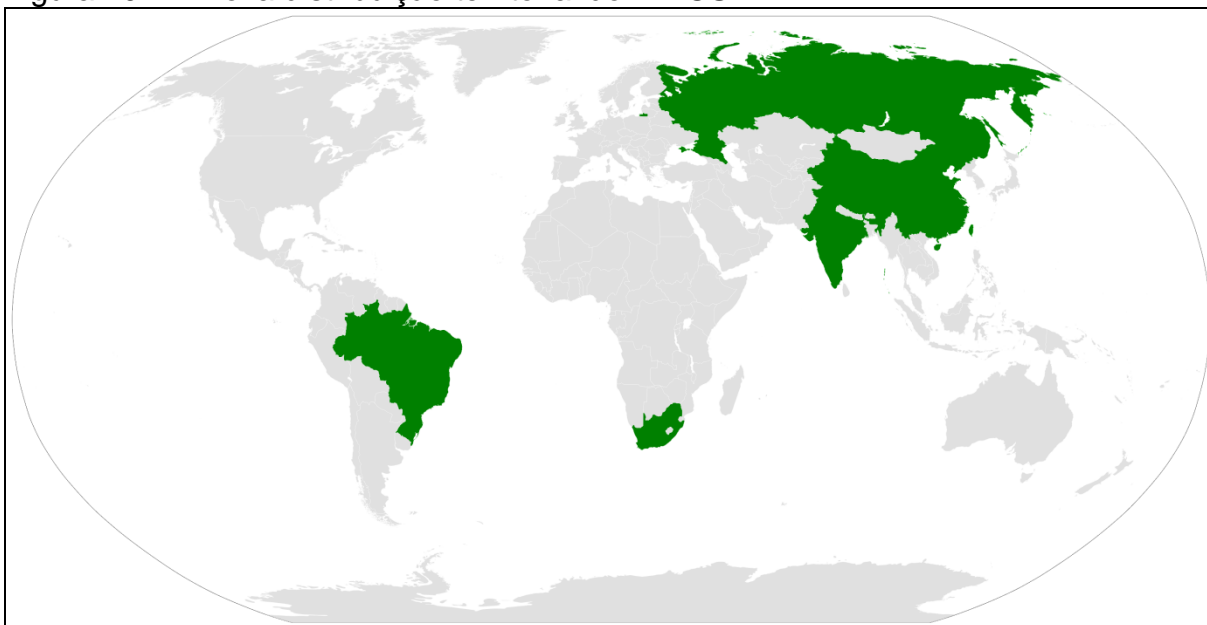
Fonte: Adaptação própria a partir de Ribeiro e Moraes (2015, p.258); Banco Mundial (2017).

Os números levantam, mais uma vez, dúvidas a respeito da inclusão sul-africana no grupo. Entre os parâmetros abordados, a economia do país mostra-se abaixo dos demais em quase todos os índices. As raras exceções se deram pela média percentual de crescimento do PIB maior do que a mexicana durante a primeira década do Século XXI e por um PIB nominal maior que o da Nigéria. Porém, uma comparação menos superficial com estes mesmos países corrobora com as incertezas levantadas. O México, apesar de ter apresentado uma média de crescimento de apenas 1,82% durante o período, possuía um PIB quase três vezes maiores do que a África do Sul e um índice populacional também superior. A Nigéria, mantendo pelos próximos anos sua elevada média de crescimento, próxima aos 9,5%, superaria o PIB da África do Sul em poucos anos e se tornaria a nova força econômica do continente.

A partir destas análises, evidencia-se que os indicadores econômicos não foram critérios majoritários para a definição do quinto membro. Ribeiro e Moraes (2015) corroboram com essa afirmação reiterando que o principal fator para essa tomada de decisão foi o próprio simbolismo do grupo. Com a inclusão de um país africano que pudesse ser o porta-voz de todo o continente, o BRIC passaria a representar uma parcela maior de regiões em fase de desenvolvimento pelo mundo. Isso fortaleceria a sua imagem no cenário internacional, garantiria maior expressividade para si em instituições financeiras e de relações multilaterais, além de expandir as suas atividades de comércio, investimento e cooperação para um novo continente.

A Figura 10 apresenta a nova distribuição territorial do BRICS, passando também a ser representado no continente africano.

Figura 10 – A nova distribuição territorial do BRICS.



Fonte: Novo Banco de Desenvolvimento (2017a).

O ingresso da África do Sul como o representante africano se deve principalmente pela modernidade de sua economia, apresentando uma estrutura interna qualificada referente às esferas industriais e financeiras. Esse fator influencia, por exemplo, a instalação de grandes empresas multinacionais no país, aumentando o nível de investimento direto estrangeiro. Além disso, a porcentagem de 23% que o PIB sul-africano representa para todo o continente também foi levada em consideração (RIBEIRO; MORAES, 2015).

Para a África do Sul, a entrada no BRICS representou o reconhecimento de seu status como país emergente e elevou a importância das suas atuações no cenário internacional. Somado a isso, o país passou a ser visto, de certo modo, pelas outras nações do continente como um líder imediato por quem podem se sentir representados (RIBEIRO; MORAES, 2015).

O Novo Banco de Desenvolvimento – NBD, por sua vez, foi citado inicialmente em uma das pautas abordadas pelos BRICS durante a IV Cúpula, realizada em Março de 2012 na cidade de Nova Délhi, na Índia. A ideia, sugerida pelo país sede do evento, teve como justificativa a criação de um elemento institucional onde os países-membros pudessem obter recursos financeiros para garantir investimentos na área da infraestrutura e do desenvolvimento sustentável (COOPER; FAROOQ, 2015).

Sob a incerteza da viabilidade e do retorno que o banco traria ao grupo, houve a definição de que os Ministros das Finanças dos cinco países do BRICS realizariam um estudo acerca do assunto com o intuito de apresentar os resultados na Cúpula seguinte (BATISTA JR, 2016). Esse grau de insegurança também se mostrou perceptível no cenário internacional. Os céticos demonstravam desconfiança em relação à capacidade de criação e coordenação de uma instituição com tamanha complexidade e relevância por parte de um grupo informal como o BRICS. Os entusiastas, entretanto, afirmavam que esta seria a grande prova da aptidão cooperacional entre os cinco países e, ainda, avaliavam que a nova organização traria ainda mais visibilidade a eles, adquirindo maior autonomia e menor dependência das instituições financeiras mundiais (COOPER; FAROOQ, 2015).

O resultado dos relatórios apresentados pelos ministros durante a V Cúpula se mostraram satisfatórios aos líderes nacionais e estes, então, optaram pela criação do banco. Porém, entre a assinatura do Acordo que oficializou a fundação da instituição (VI Cúpula, Fortaleza - Brasil) e o ajuste dos trâmites legais referentes a instalação da sede em Xangai, na China, se passaram dois anos e o banco só passou a operar oficialmente em Fevereiro de 2016 (NBD, 2017b).

O atraso foi causado por divergências de ideias entre os próprios países do grupo. O primeiro obstáculo foi a distribuição quantitativa de recursos financeiros que os membros disponibilizariam ao banco. A Índia sugeriu que houvesse uma aplicação inicial de US\$ 50 bilhões, sendo US\$ 10 bilhões por parte de cada um. A

China, tendo noção de seu poder econômico, propôs um modelo alternativo com um capital inicial de US\$ 100 bilhões e uma distribuição percentual de aplicação com base nas reservas financeiras de cada país. Isso gerou uma onda especulativa alegando que a China, ao investir majoritariamente, assumiria um papel de liderança dentro do grupo, direcionando-o aos seus próprios interesses políticos e diminuindo o direito de voto e de tomada de decisão destinados a Brasil, Rússia, Índia e África do Sul (COOPER; FAROOQ, 2015).

A solução para o conflito se deu com a definição de um capital subscrito (inicial) de 50 bilhões de dólares, divididos igualitariamente entre os fundadores, e de um capital autorizado (limite) de 100 bilhões de dólares (NBD, 2017c). O capital ainda não alocado que completaria o montante seria obtido por meio de investidores externos, como países desenvolvidos e em desenvolvimento (mas só estes poderiam captar empréstimos do banco) (BIF, 2015). Vale ressaltar que com a disponibilidade para novos sócios, se fez necessária a imposição de limites percentuais para a participação dos grupos econômicos dentro do banco. Os países emergentes e em fase de desenvolvimento terão obrigatoriamente um mínimo de 80% do capital e do poder de voto, enquanto economias avançadas e desenvolvidas poderão vir a ter os outros 20% (BATISTA JR, 2016).

Na sequência, China, Índia e África Sul iniciaram disputas internas entre si para a instalação da sede do banco dentro do seu território nacional. Os argumentos utilizados pelos países se baseavam nos seguintes fatores: a China, por concentrar um elevado número de *think tanks*<sup>5</sup> e por ser a grande força econômica do grupo; a Índia, por ser a idealizadora do projeto e; a África do Sul pela força das instituições financeiras sul-africanas e pelo simbolismo que a instalação do banco no continente africano teria (COOPER; FAROOQ, 2015). Por fim, a cidade chinesa de Xangai foi escolhida em função da elevada infraestrutura que possui e pela alta representatividade internacional que a China vem adquirindo nas últimas décadas (BATISTA JR, 2016).

Com a resolução das divergências, o banco formalizou as suas políticas de funcionamento. A **finalidade** da organização será disponibilizar recursos para projetos envolvendo infraestrutura e desenvolvimento sustentável, alocados nos países do BRICS e em outras economias emergentes e em desenvolvimento. Esses

---

<sup>5</sup> Centros de pensamento estratégico voltados às áreas sociais, políticas, econômicas e científicas (DUPAS, 2005).



recursos serão viabilizados por meio de empréstimos, garantias, participações societárias e outras formas de financiamento (NBD, 2017d).

A **estrutura** organizacional do banco possui em seu quadro um Conselho de Governadores, um Conselho de Administração, um Presidente e quatro Vice-Presidentes, além de outros funcionários considerados necessários, como diretores e consultores estratégicos e financeiros (NBD, 2017d).

O Conselho de Governadores possui competência administrativa para a tomada de decisão relacionada aos seguintes aspectos: *i)* Eleger o presidente do banco; *ii)* Definir os termos e condições para a admissão de novos membros; *iii)* Definir os termos e condições para a suspensão de membros; *iv)* Promover ajustes referentes ao capital social do banco; *v)* Reavaliar a estratégia geral do banco a cada cinco anos; e *vi)* Entre outros.

O Conselho de Administração tem sob sua jurisdição a condução das operações gerais do banco, que lhe são delegadas pelo Conselho dos Governadores. Essas atividades envolvem a prestação de contas sobre os exercícios financeiros executados pelo grupo anualmente, o direcionamento das tomadas de decisão do banco sob um foco administrativo e empresarial, o fornecimento de assistência técnica e, ainda, estudos de viabilidade acerca dos possíveis empréstimos, garantias e investimentos a serem realizados. Os Conselheiros possuem um mandato de dois anos e podem ser reeleitos (NBD, 2017d).

O Presidente e cada Vice-Presidente são eleitos a cada cinco anos pelo Conselho de Governadores. Obrigatoriamente, a alocação dos cargos possuirá um membro de cada um dos cinco países fundadores do banco e a nacionalidade do Presidente é rotativa, ou seja, levando em consideração que o atual presidente é o indiano KV Kamath, o próximo deverá ser brasileiro, russo, chinês ou sul-africano (NBD, 2017d).

O Presidente é um dos membros do Conselho de Administração, porém, seu poder de voto se faz necessário somente em casos de igualdade de votos por parte dos outros conselheiros. Sob seu encargo, ele possui o dever de nomear, se necessário, destituir e comandar diretores e funcionários. Exerce também alto poder de influência sobre a admissão de Vice-Presidentes e Conselheiros (NBD, 2017d).

O Quadro 15 apresenta a atual estrutura organizacional referente aos cargos e seus respectivos membros.

Quadro 15 – Estrutura organizacional do Novo Banco de Desenvolvimento.

GERÊNCIA SÊNIOR	
Membro – País	Cargo
KV Kamath – Índia	Presidente
Paulo Nogueira Batista Júnior – Brasil	Vice-Presidente
Vladimir Kazbekov	Vice-Presidente
Xian Zhu – China	Vice-Presidente
Leslie Maasdorp – África do Sul	Vice-Presidente
CONSELHO DOS GOVERNADORES	
Membro – País	Cargo
Henrique de Campos Meirelles – Brasil	Ministro das Finanças
Anton Siluanov – Rússia	Ministro das Finanças
Arun Jaitley – Índia	Ministro das Finanças e Presidente do Conselho
Xiao Jie – China	Ministro das Finanças e VP <sup>6</sup> do Conselho
Pravin Jamnadas Gordhan – África do Sul	Ministro das Finanças
CONSELHO ADMINISTRATIVO	
Membro – País	Cargo
Marcello de Moura Estevão Filho – Brasil	Secretário de assuntos internacionais
Carlos Marcio Cozendey – Brasil	Diretor do departamento de assuntos financeiros
Sergei Storchak – Rússia	Vice-Ministro das Finanças
Andrey Bokarev – Rússia	Diretor do departamento de assuntos financeiros
KV Kamath – Índia	Presidente do Novo Banco de Desenvolvimento
Raj Kumar – Índia	Secretário de assuntos econômicos
Dinesh Sharma – Índia	Secretário adicional de assuntos econômicos
Shixin Chen – China	Diretor-Geral
Guoqi Wu – China	Diretor-Suplente
Tito Mboweni – África do Sul	Diretor Não-Executivo
COMISSÃO DE AUDITORIA, RISCO E CUMPRIMENTO ORÇAMENTÁRIO	
Composição: - Conselho dos Governadores; - Conselho Administrativo; - Presidente do NBD;	
Nessa esfera, o diretor sul-africano Tito Mboweni atua como Presidente.	
COMISSÃO DE CRÉDITO E INVESTIMENTOS	
Composição: - Presidente; - Vice-Presidentes.	
COMISSÃO DE FINANÇAS	
Composição: - Presidente; - Vice-Presidentes; - Diretores-Gerais do Tesouro, Conselho Geral, Risco, Conformidade e Operações.	

Fonte: Elaboração própria a partir de Novo Banco de Desenvolvimento (2017c).

Todos os assuntos relacionados ao banco serão decididos por maioria simples de votos. Se acordado anteriormente por regras ou cláusulas contratuais, eventuais empates serão decididos por maioria qualificada, expressa por votos afirmativos de dois terços do total de membros; por maioria especial, expressa por votos afirmativos dos países fundadores do banco ou, ainda, pelo voto do Presidente

<sup>6</sup> Vice-Presidente

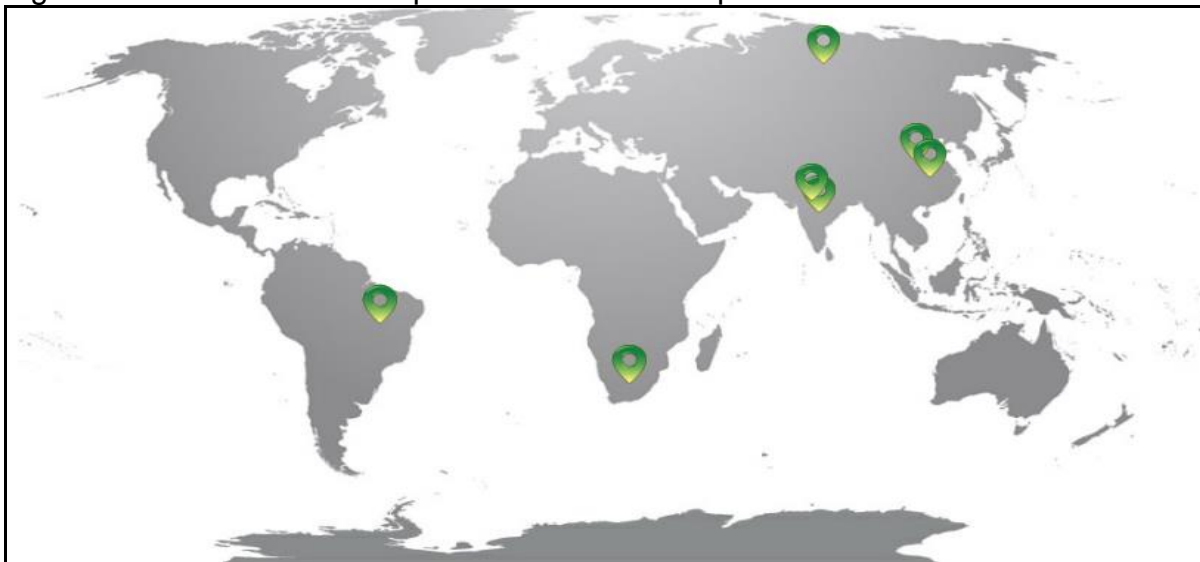
da instituição (BATISTA JR, 2016). O **poder de voto** de cada membro é relativo ao grau de capital subscrito por ele no capital social do Banco (NBD, 2017d).

Os **termos e condições** para a concessão dos empréstimos são estabelecidos por meio das políticas do Conselho Administrativo, onde, cada contrato definirá encargos, comissões, vencimentos, moedas e o prazo de quitação final sob a responsabilidade do tomador do empréstimo, além é claro, das medidas legais a serem tomadas pelo descumprimento das normas ou pela incapacidade de quitação (NBD, 2017d).

Segundo Batista Jr. (2016), a unidade monetária de medida do Banco é o dólar e, a princípio, visto a base de comparação global que a moeda representa, não se pretende minimizá-la. Porém, o NBD também capta e empresta divisas nas moedas dos países membros. Instituições chinesas, por exemplo, já tomaram empréstimos sob a unidade monetária do país.

Até o momento, sete projetos já foram aprovados e obtiveram recursos para investimentos em infraestrutura e desenvolvimento sustentável. A Figura 11 apresenta as regiões globais beneficiadas.

Figura 11 – Destinos dos empréstimos fornecidos pelo NBD.



Fonte: Novo Banco de Desenvolvimento (2017e).

Os principais destinos desses investimentos se concentraram na instalação de ferramentas para a transformação e a captação de energia renovável, como aerogeradores para a energia eólica e tecnologia fotovoltaica para a energia solar, além de melhorias nas redes de transmissão. A infraestrutura territorial

também foi beneficiada com melhorias em estradas locais (NBD, 2017e). O Quadro 16 detalha as aplicações e os impactos observados.

Quadro 16 – Aplicações e impactos dos investimentos do NBD.

DESTINO	VALOR	SETOR-ALVO	IMPACTO
Índia	US\$ 250 milhões	Energia renovável (eólica e solar)	- 500 MW <sup>7</sup> produzidos a partir de energia renovável; - Evitou que 815.000 moléculas de CO <sub>2</sub> <sup>8</sup> fossem lançadas na atmosfera.
China	RMB <sup>9</sup> 525 milhões (US\$ 81 milhões)	Energia renovável (solar)	- 100 MW produzidos a partir de energia solar; - Evitou que 73.000 moléculas de CO <sub>2</sub> fossem lançadas na atmosfera.
Brasil	US\$ 300 milhões	Energia renovável (eólica e solar)	- 600 MW produzidos a partir de energia solar; - Evitou que 1.000.000 moléculas de CO <sub>2</sub> fossem lançadas na atmosfera.
África do Sul	US\$ 180 milhões	Energia renovável (transmissão)	- Melhoria na transmissão de 670 MW de energia renovável; - Evitou que 1.300.000 moléculas de CO <sub>2</sub> fossem lançadas na atmosfera.
Rússia	US\$ 100 milhões	Energia renovável (hidráulica)	- 49.8 MW produzidos a partir de energia renovável; - Evitou que 48.000 moléculas de CO <sub>2</sub> fossem lançadas na atmosfera.
Índia	US\$ 350 milhões	Melhorias na infraestrutura territorial	- Renovação de 1.500 km das principais estradas do país.
China	RMB 2 bilhões (US\$ 298 milhões)	Energia renovável (eólica)	- 600 MW produzidos a partir de energia eólica; - Evitou que 869.900 moléculas de CO <sub>2</sub> fossem lançadas na atmosfera.

Fonte: Adaptação própria a partir de Novo Banco de Desenvolvimento (2017e).

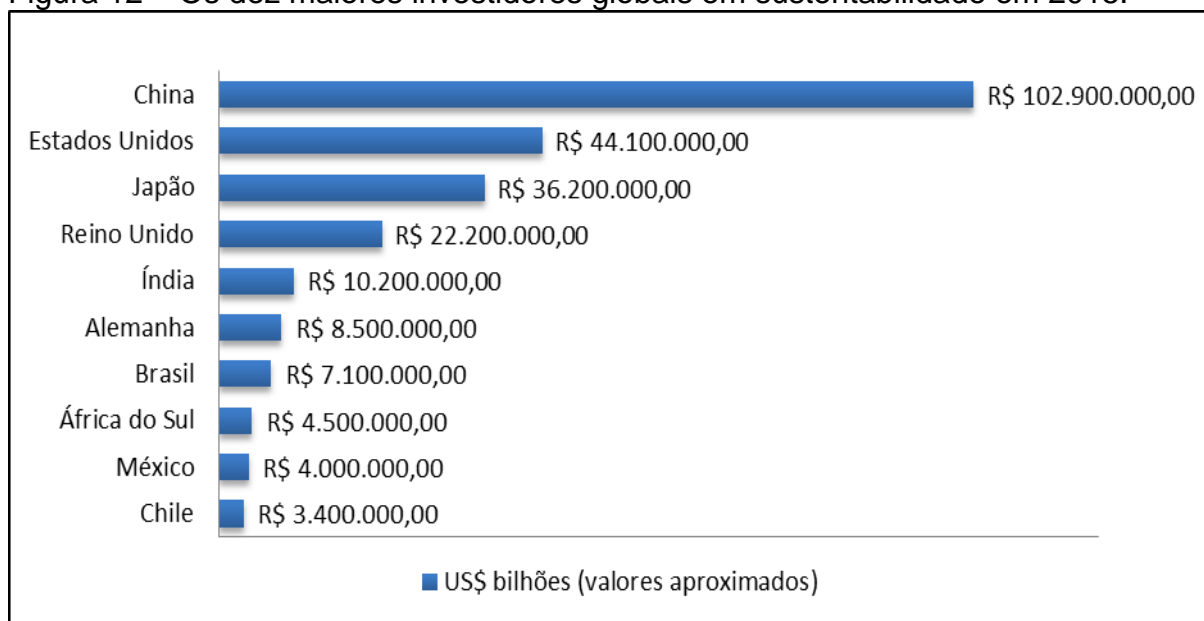
Segundo relatório divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA (2016), os países emergentes investiram aproximadamente US\$ 156 bilhões em 2015 nas áreas de infraestrutura e desenvolvimento sustentável, representando 55% do total mundial. A China, de longe, foi o maior investidor global com mais de US\$ 100 bilhões destinados a preservação e proteção dos recursos naturais. A Figura 12 demonstra os dez países com os maiores índices de investimento sustentável no ano de 2015.

<sup>7</sup> Megawatts: unidade de medida elétrica;

<sup>8</sup> CO<sub>2</sub>: Abreviação de Dióxido de Carbono (composto químico);

<sup>9</sup> RMB: Abreviação de Renminbi, a moeda nacional chinesa.

Figura 12 – Os dez maiores investidores globais em sustentabilidade em 2015.



Fonte: Adaptação própria a partir de PNUMA (2016, p. 23).

Quatro dos dez maiores investidores mundiais são membros do BRICS. A China, como citado anteriormente, lidera o grupo. Índia, Brasil e África do Sul ocupam, respectivamente, a 5ª, a 7ª e a 8ª posição, totalizando um investimento aproximado de US\$ 128,7 bilhões. O conjunto dos quatro países, por si só, representou mais de 43% de todo o investimento global.

Com a infraestrutura e o desenvolvimento sustentável sendo pautas de importantes relatórios anuais, a presença de destaque dos BRICS eleva ainda mais o status e a força do grupo no cenário internacional. Além disso, reforça a relevância do Novo Banco de Desenvolvimento por sua atuação específica na área da sustentabilidade, influenciando a criação de novos projetos.

Apresentada toda a caracterização história do BRICS, o capítulo se encerra com uma análise comparativa referente ao grau de representatividade que o grupo exercia em 2001 e o que passou a exercer em 2015<sup>10</sup>. Complementando o diagnóstico, os dados também observam as mudanças observadas em cada um dos países membros. Antes, porém, é importante ressaltar que todos os valores envolvendo unidades monetárias foram calculados com base no valor atual do dólar, pois, o Banco Mundial não disponibiliza os valores baseados na Paridade do Poder de Compra (sistemática utilizada por O'Neill em 2001). Outra ressalva é necessária

<sup>10</sup> A base de dados do Banco Mundial só fornece dados até este ano.

pela não apresentação dos dados sul-africanos no ano de surgimento do acrônimo, afinal, o país só ingressou no grupo em 2011. Isso também fez com que os dados de 2015 fossem apresentados sob dois contextos: o do BRIC e o do BRICS. O Quadro 17 aborda o progresso do PIB Nominal entre início e no final do período.

Quadro 17 – A evolução do PIB nominal sob três visões – BRIC x BRICS x Mundo.

PIB NOMINAL (US\$ BILHÕES)				
PAÍS	2001	PARTICIPAÇÃO MUNDIAL	PARTICIPAÇÃO MUNDIAL	2015
BRASIL	559.372.502.338	1,68%	2,43%	1.803.652.649.613
RÚSSIA	306.602.673.980	0,92%	1,84%	1.365.865.245.980
ÍNDIA	493.954.161.367	1,48%	2,81%	2.088.841.351.367
CHINA	1.339.395.440.432	4,02%	14,89%	11.064.664.793.255
ÁFRICA DO SUL	-	-	0,42%	314.571.945.857
BRIC	2.699.324.778.117	8,09%	21,97%	16.323.024.040.215
BRICS	-	-	22,39%	16.637.595.986.072
MUNDO	33.346.254.836.505	100,00%	100,00%	74.293.303.725.335

Fonte: Elaboração própria a partir de Banco Mundial (2017).

Os resultados dão sustentação à afirmação feita por O'Neill em 2001. Todos os países do grupo apresentaram um forte crescimento econômico, aumentando sua relevância no cenário internacional e, conseqüentemente, agregando valor a imagem do grupo. No período, o grau de participação dos emergentes passou de 8% em 2001 para mais de 22% em 2015. Ainda que não fosse considerada a inclusão da África do Sul e o grupo permanecesse com quatro membros em seu quadro, o índice também chegaria próximo aos 22%.

No entanto, apesar da euforia causada pelos números positivos, há uma forte preocupação em função do desnível apresentado. Após o acréscimo de quase US\$ 10 trilhões, a China passou a ter uma representatividade de 14,89% do total mundial, índice que não é alcançado com a soma da porcentagem de todos os outros emergentes do grupo. Costas (2015) enfatiza isso ao afirmar que essa lacuna pode acabar com a base de coesão do grupo ou transformá-lo em um "C+4".

Outro fator relevante para a presente análise é a evolução do PIB Per Capita de cada um dos BRICS. De acordo com o Quadro 18, todos os membros apresentaram um alto índice de crescimento durante 2001 e 2011. Nos anos seguintes, a fragilidade econômica, os riscos políticos e as tensões regionais foram responsáveis por crises e recessões financeiras que acabaram afetando os

investimentos, gerando desemprego (ONU, 2016) e, assim, prejudicando a produção nacional. Em virtude de todos esses fatores e do crescimento populacional, o PIB Per Capita também recuou.

Quadro 18 – A evolução do PIB Per Capita na visão dos BRICS durante 2001-2015.

PIB PER CAPITA (US\$)			
PAÍS	2001	2011	2015
BRASIL	3.135,16	13.047,24	8.677,77
RÚSSIA	2.100,36	14.212,06	9.329,30
ÍNDIA	460,82	1.461,37	1.593,26
CHINA	1.053,11	5.633,79	8.069,21
ÁFRICA DO SUL	-	8.049,95	5.718,24
MUNDO	5.381,71	10.444,34	10.718,33

Fonte: Elaboração própria a partir de Banco Mundial (2017).

Contextualizando os períodos iniciais e finais (que são o foco desta análise), os indicadores apresentaram o aumento da potencialidade econômica para todos os países (com exceção da África do Sul que não teve o valor referente ao ano de 2001 divulgado). É importante observar que o nível de satisfação em relação aos resultados acima varia de país para país, pois, cada um possui diferentes margens de custo de vida e níveis de desenvolvimento, fatores que influenciam diretamente a qualidade de vida dos seus cidadãos.

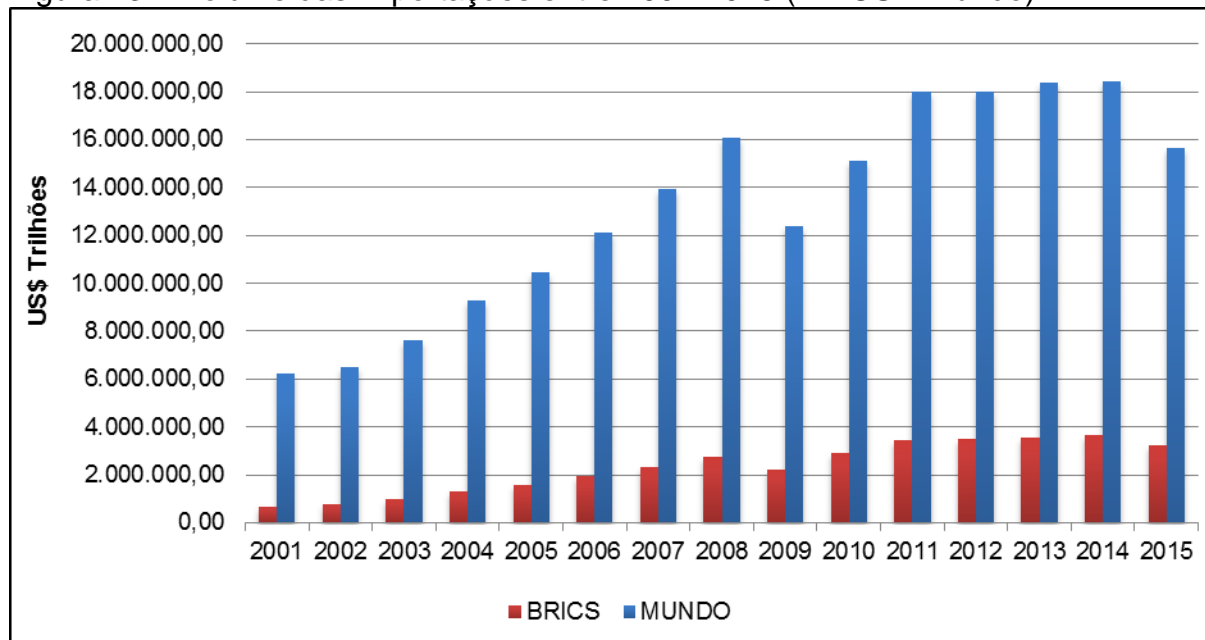
#### 4.2 PARTICIPAÇÃO DOS BRICS NO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Conforme alegado anteriormente, a representatividade econômica do BRICS em relação ao cenário mundial apresentou um forte crescimento durante a década e meia analisada. Fato este que é evidenciado pela atual relevância que o PIB do grupo apresenta. Menendez (2011) justifica essas perspectivas afirmando que o crescimento econômico internacional está diretamente relacionado ao aumento do nível de comércio entre os países.

A partir dessas afirmações, uma análise direcionada ao grau de participação do BRICS no comércio internacional se mostra oportuna, assim como uma abordagem referente às principais relações comerciais de cada um dos países membros no âmbito da importação e exportação.

Sob o foco inicial no volume das importações, a Figura 13 apresenta um breve histórico da evolução mundial e do BRICS durante o período de 2001 a 2015.

Figura 13 – Volume das importações entre 2001-2015 (BRICS x Mundo).



Fonte: Elaboração própria a partir de World Integrated Trade Solution - WITS (2017).

Os dois atores apresentam similaridades nos momentos de ascensão e queda dos índices, com um forte impulso durante os oito anos iniciais, a queda em 2009 com o impacto causado pela crise dos Subprimes, a volta do crescimento e o período de estagnação nos anos seguintes e, por fim, uma nova queda representada pela recessão e crise financeira mundial. Sendo assim, uma estratificação dos dados é necessária para a verificação do quanto essas progressões impactaram na representatividade do BRICS em relação ao cenário internacional.

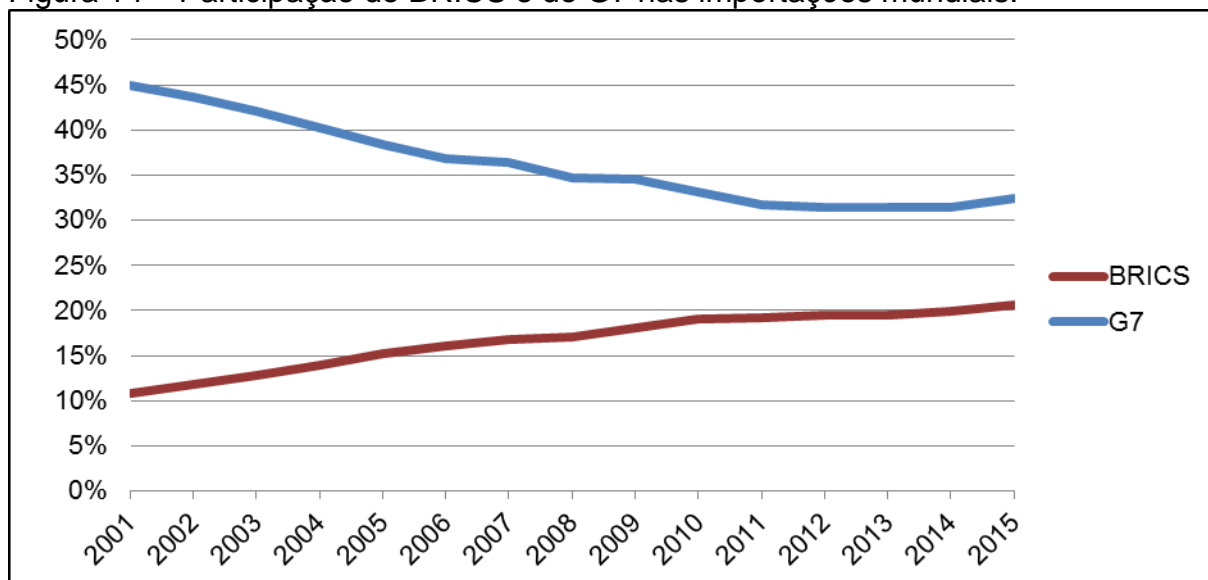
No início do período analisado, o volume das importações efetuadas pelo BRICS era de aproximadamente US\$ 680 bilhões, valor que representava uma participação de 10,9% frente aos US\$ 6,2 trilhões importados por todo o mundo. Quinze anos mais tarde, a atuação dos emergentes no setor cresceu consideravelmente apresentando ao final de 2015 um montante de US\$ 3,2 trilhões. Se comparado aos US\$ 15,6 trilhões mundiais, a fatia do BRICS passou a ser de 20,6%.

A relevância que o grupo passou a representar nas importações mundiais fica ainda mais evidente em uma comparação com os índices do G7. Conforme a Figura 14, em 2001 o grupo dos setes países possuía uma participação de 45% do



volume total, significativamente superior aos 10,9% do BRICS. No decorrer dos anos, porém, essa diferença caiu abruptamente e ao final de 2015 a atuação do G7 passou a ser de 32,5% e a do BRICS, conforme citado anteriormente, de 20,6%.

Figura 14 – Participação do BRICS e do G7 nas importações mundiais.



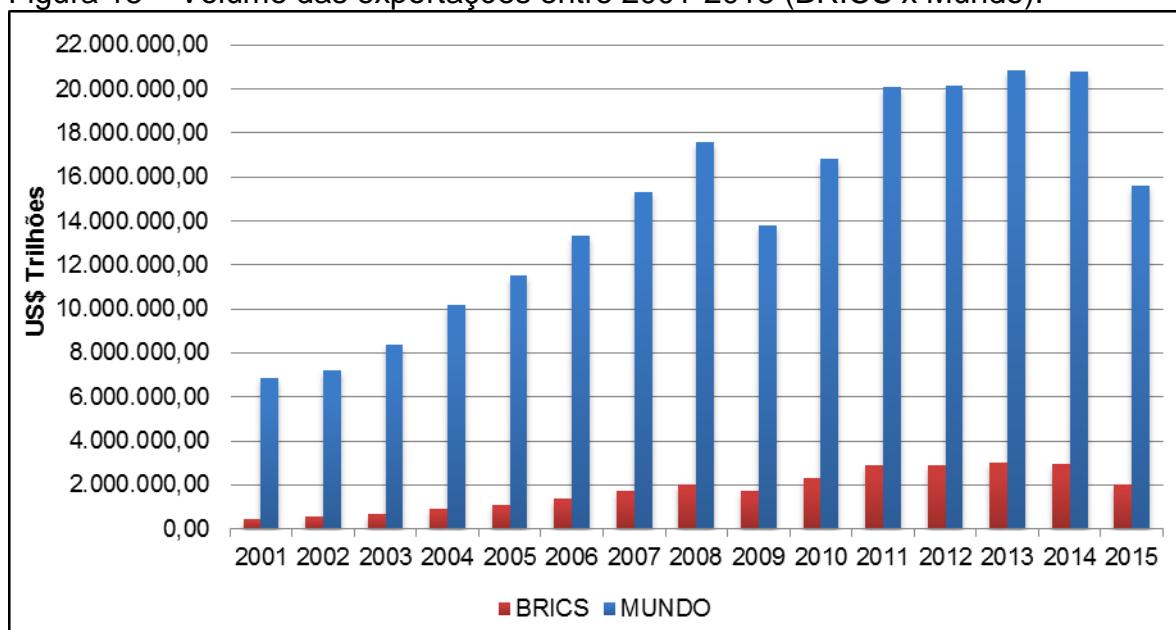
Fonte: Elaboração própria a partir de WITS (2017).

Durante o período, o grupo de países importou um volume total de US\$ 34,8 trilhões, onde a China foi responsável por US\$ 23,3 trilhões, ou seja, 66,9% do valor total, sendo seguida por Rússia, Brasil, Índia e África do Sul com 14,4%, 7,4%, 7,4% e 4,0%, respectivamente.

Nas exportações, por sua vez, o volume movimentado pelo BRICS e pelo mundo apresentou as mesmas fases de ascensão e queda das importações, além de um crescimento considerável. Em 2001, o montante total exportado pelos emergentes foi de US\$ 479 bilhões, representando uma participação de 7% nos US\$ 6,8 trilhões globais. Ao final do período, essa porcentagem foi elevada para 12,9%, tendo o BRICS exportado US\$ 2 trilhões e o mundo US\$ 15,5 trilhões. A Figura 15 retrata esse contexto.

O valor total das exportações efetuadas pelo BRICS nos quinze anos analisados foi de US\$ 26,7 trilhões, tendo a China sido responsável por US\$ 15,1 trilhões, ou seja, uma participação efetiva de 56,5%. Em seguida, aparecem Rússia, Índia, Brasil e África do Sul com 16,0%, 12,9%, 9,3% e 5,2% respectivamente.

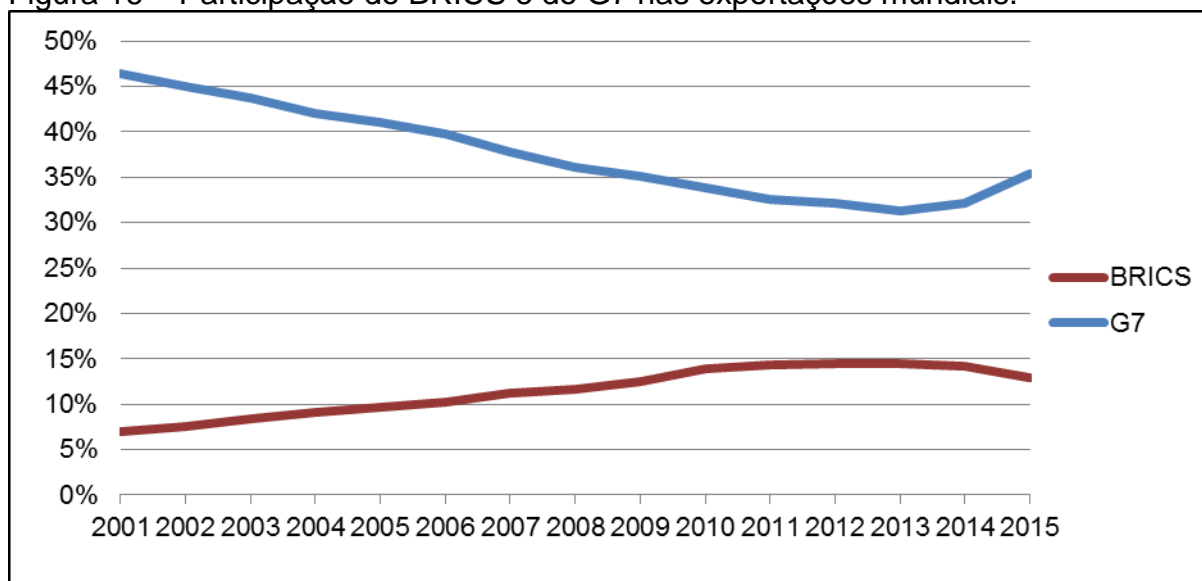
Figura 15 – Volume das exportações entre 2001-2015 (BRICS x Mundo).



Fonte: Elaboração própria a partir de WITS (2017).

Apesar de ser menos representativa se comparada ao nível das importações, a relevância do BRICS frente ao G7 nas exportações mundiais também apresentou evolução. Conforme a Figura 16, em 2001 o grau de participação dos emergentes era de apenas 7% em contrapartida aos 46% dos desenvolvidos. Ao final do período, o BRICS elevou seu índice para 13% e o G7 apresentou queda, representando 35%.

Figura 16 – Participação do BRICS e do G7 nas exportações mundiais.



Fonte: Elaboração própria a partir de WITS (2017).

Na síntese, os índices justificam a posição de destaque que o BRICS vem adquirindo desde o início do Século XXI, visto que durante o período, o grupo apresentou um crescimento contínuo no volume das importações e exportações mundiais – salvas exceções nos anos de 2009 e 2015 nas importações e de 2009, 2014 e 2015 nas exportações. Como consequência disso, o G7 – constantemente utilizado como base de comparação para o BRICS – que antes desempenhava um papel soberano no comércio internacional, teve seu volume de participação significativamente diminuído, gerando oportunidades para que novos atores globais, como o BRICS, se destaquem.

Os próximos tópicos irão abordar a participação individual dos BRICS na corrente comercial internacional e também elencar os principais parceiros comerciais de cada um dos cinco países. Para tal exercício, foram elencadas inicialmente as 50 maiores economias mundiais de 2015 com base nos dados divulgados pelo Banco Mundial (2017). Em seguida, foi realizado um levantamento acerca do volume das importações e das exportações realizadas por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul durante 2001 e 2015 para cada um desses 50 países. Por fim, o parâmetro utilizado para a definição dos 20 principais parceiros teve como foco a corrente do comércio, ou seja, a soma do que foi importado e exportado por cada um dos BRICS para com as outras nações.

#### **4.2.1 Brasil**

O Brasil foi responsável por uma participação tímida na corrente do comércio internacional entre 2001 e 2015. O nível de atuação das importações brasileiras durante o período apresentou um índice de 1,3%, ficando acima do 1,1% apresentado pelas exportações. O montante total movimentado pelo país foi de US\$ 5 trilhões, configurando 1,2% da corrente mundial, totalizada em mais de US\$ 416 trilhões.

Na série, o ano de maior destaque para as importações brasileiras foi 2011, quando o país movimentou ao exterior US\$ 274 bilhões. Segundo Almeida (2012), o fato é justificado pelo acréscimo apresentado na demanda interna do país que fez com que o setor industrial fosse suprir no exterior a falta de oferta qualitativa e quantitativa do cenário nacional.

No que tange as exportações, os índices de 2013 se mostraram os mais satisfatórios, com o recebimento de US\$ 284 trilhões oriundos do mercado externo. Godinho (2014) afirma que o impulso registrado no ano foi derivado do crescimento nas vendas de grãos, minério de cobre, couro, carne bovina e produtos manufaturados – com destaque para os automóveis que apresentaram uma elevação percentual de 47,2% em relação ao ano anterior.

Voltando a retratar o período integral, a análise acerca dos vinte principais parceiros comerciais presentes na corrente brasileira aponta que o nível de relação do país com o exterior se deu majoritariamente com os países extra-BRICS – que tiveram uma participação de 77,7% do total –, ou seja, o Brasil importou e exportou mais para países de fora do grupo do que para dentro dele. O Quadro 19 mostra quais foram esses parceiros, o volume comercial associado a cada um deles e ainda destaca a posição dos BRICS.

Quadro 19 – Principais parceiros comerciais do Brasil.

Ranking	País	Exportação (US\$ bilhões)	Importação (US\$ bilhões)	Saldo Comercial	Corrente Comercial
1	Estados Unidos	331.957.434.254	329.809.710.193	2.147.724.061	661.767.144.447
2	China	315.522.535.521	268.588.211.215	46.934.324.306	584.110.746.736
3	Argentina	191.635.803.231	159.102.181.832	32.533.621.399	350.737.985.063
4	Alemanha	87.940.020.889	142.301.318.777	-54.361.297.888	230.241.339.666
5	Holanda	134.029.593.559	22.251.435.940	111.778.157.619	156.281.029.499
6	Japão	75.344.713.161	75.266.629.800	78.083.361	150.611.342.961
7	Coréia do Sul	40.512.270.779	75.555.137.625	-35.042.866.846	116.067.408.404
8	Itália	53.681.909.832	59.167.631.656	-5.485.721.824	112.849.541.488
9	França	43.927.206.882	58.176.651.464	-14.249.444.582	102.103.858.346
10	Chile	54.199.579.559	43.199.147.240	11.000.432.319	97.398.726.799
11	México	53.784.856.520	43.110.883.873	10.673.972.647	96.895.740.393
12	Nigéria	13.975.460.530	76.854.311.677	-62.878.851.147	90.829.772.207
13	Reino Unido	48.956.997.898	34.561.110.605	14.395.887.293	83.518.108.503
14	Índia	33.492.454.050	45.394.225.468	-11.901.771.418	78.886.679.518
15	Espanha	42.535.033.664	34.878.293.685	7.656.739.979	77.413.327.349
16	Rússia	43.907.470.583	25.856.123.248	18.051.347.335	69.763.593.831
17	Bélgica	44.980.417.990	18.733.914.719	26.246.503.271	63.714.332.709
18	Canadá	29.589.275.711	29.490.147.887	99.127.824	59.079.423.598
19	Arábia Saudita	29.016.702.194	29.517.074.379	-500.372.185	58.533.776.573
20	Suíça	18.909.152.889	29.589.836.423	-10.680.683.534	48.498.989.312
27	África do Sul	19.445.087.011	8.047.839.613	11.397.247.398	27.492.926.624

Fonte: Elaboração própria a partir de WITS (2017).



A parcela de representatividade dos BRICS ficou na margem dos 22,3%, com 17,7% pertencentes à China. Por meio da subtração entre os volumes integrais exportados e importados, percebe-se um *superávit* de US\$ 53 bilhões favorável aos brasileiros. Vale ressaltar que os índices da África do Sul posicionam o país como o vigésimo sétimo parceiro comercial brasileiro e, por estar fora dos vinte principais, não se fez presente no cálculo.

No que diz respeito aos produtos comercializados pelo Brasil com os BRICS, o *International Trade Center* – ITC (2017) aponta que ao longo do período a base exportadora brasileira se deu basicamente por metais e minerais, combustíveis, carne, grãos e açúcar. As importações realizadas foram compostas por fertilizantes, equipamentos eletrônicos, produtos químicos e maquinário para indústrias.

#### 4.2.2 Rússia

Apesar de manter rígidas legislações tarifárias, a Rússia apresenta um considerável grau de abertura ao comércio exterior tendo este segmento uma atuação próxima aos 50% no PIB nacional do país. Por possuir abundância em recursos naturais, é um dos maiores produtores e exportadores mundiais de petróleo, gás natural, diamantes, níquel e platina. Porém, o intenso conflito com a Ucrânia em 2014 fez com que países e blocos ocidentais, como os Estados e a União Europeia, impusessem sanções comerciais e financeiras contra o país, impactando diversas esferas nacionais, entre elas as exportações e as importações (SANTANDER TRADE, 2017a).

A análise da corrente comercial russa aponta que, durante os quinze anos abrangidos pela pesquisa, o índice de participação do país no fluxo internacional foi de 2,2%. Com base nos US\$ 4,2 trilhões exportados e nos US\$ 5,0 trilhões importados, o valor total movimentado foi de US\$ 9,2 trilhões e o saldo comercial apresentou um *déficit* de US\$ 800 bilhões. No período, as exportações russas tiveram uma representatividade de 2% em relação ao volume mundial e as importações caracterizaram 2,5%.

Delimitando o diagnóstico apenas aos vinte principais parceiros comerciais russos, tem-se uma nova perspectiva. A relação da Rússia com tais

países resultou em um *superávit* de US\$ 1,2 trilhão. Este saldo é decorrente dos US\$ 3,2 trilhões exportados e do US\$ 1,9 trilhão importados.

A respeito dos contextos apresentados se faz necessário evidenciar que o *déficit* apontado no fluxo internacional é oriundo de saldos negativos apresentados nas atividades do comércio russo com países que não figuram na lista dos vinte maiores parceiros, como Áustria, Austrália, Canadá, Malásia, Argentina e Chile. Por sua vez, o *superávit* evidenciado se dá, fundamentalmente, pelos US\$ 500 bilhões de saldo positivo derivados das negociações com a Holanda.

O Quadro 20 apresenta quais foram os principais parceiros comerciais da Rússia entre 2001 e 2015, o valor movimentado com cada um deles e a posição dos BRICS.

Quadro 20 – Os principais parceiros comerciais da Rússia.

Ranking	País	Exportação (US\$ bilhões)	Importação (US\$ bilhões)	Saldo Comercial	Corrente Comercial
1	China	304.200.614.927	392.306.427.384	-88.105.812.457	696.507.042.311
2	Holanda	598.413.268.939	51.781.169.018	546.632.099.921	650.194.437.957
3	Alemanha	282.198.015.004	336.821.001.493	-54.622.986.489	619.019.016.497
4	Itália	323.879.599.571	118.998.440.687	204.881.158.884	442.878.040.258
5	Estados Unidos	134.392.927.672	140.868.358.715	-6.475.431.043	275.261.286.387
6	Japão	139.843.801.799	132.103.402.522	7.740.399.277	271.947.204.321
7	Polônia	182.664.191.405	67.465.965.792	115.198.225.613	250.130.157.197
8	Turquia	188.184.627.796	57.453.352.796	130.731.275.000	245.637.980.592
9	Cazaquistão	143.778.042.361	69.469.511.578	74.308.530.783	213.247.553.939
10	Coréia do Sul	113.946.302.727	93.670.815.771	20.275.486.956	207.617.118.498
11	França	95.259.105.399	105.570.630.511	-10.311.525.112	200.829.735.910
12	Reino Unido	128.185.595.470	71.908.855.980	56.276.739.490	200.094.451.450
13	Finlândia	129.850.592.279	57.340.579.815	72.510.012.464	187.191.172.094
14	Bélgica	118.068.104.979	38.268.518.973	79.799.586.006	156.336.623.952
15	Suíça	117.567.725.976	26.993.268.584	90.574.457.392	144.560.994.560
16	Espanha	52.650.602.709	39.851.511.290	12.799.091.419	92.502.113.999
17	República Tcheca	51.919.421.999	39.106.983.045	12.812.438.954	91.026.405.044
18	Índia	60.976.520.674	25.067.991.102	35.908.529.572	86.044.511.776
19	Suécia	45.627.254.696	38.079.501.875	7.547.752.821	83.706.756.571
20	Brasil	18.958.990.138	44.890.564.503	-25.931.574.365	63.849.554.641
42	África do Sul	1.642.646.807	5.429.508.439	-3.786.861.632	7.072.155.246

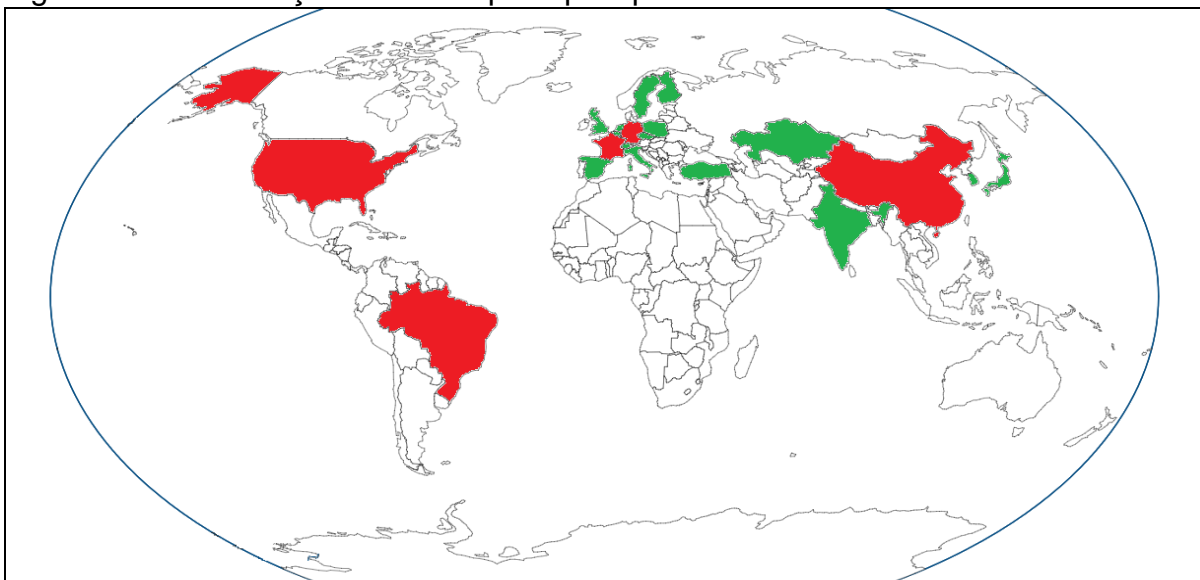
Fonte: Elaboração própria a partir de WITS (2017).

O volume comercial apresenta uma predominância massiva do continente europeu com a participação de treze países e um peso de 65% na corrente russa. Um fato a ser destacado é a presença da Holanda na segunda posição. Sob o foco

das importações, os holandeses foram apenas o 12º principal parceiro, porém, ocuparam a 1ª posição nas exportações, devido ao grande volume de combustíveis, níquel, cobre, alumínio e ferro oriundos da Rússia (UN COMTRADE, 2017).

A Ásia é representada por cinco países que caracterizam um percentual de 28,5%. Em seguida, Estados Unidos e Brasil completam a lista, com respectivas participações de 5,3% e 1,2%. A África do Sul, companheira da Rússia no BRICS e possível representante do continente africano, ficou apenas na 42ª posição. A distribuição territorial apresentada na Figura 18 demonstra uma intensa concentração comercial com países próximos. O saldo comercial referente aos principais parceiros também está presente.

Figura 18 – Distribuição dos vinte principais parceiros comerciais russos.



Fonte: Adaptação própria a partir de UN Comtrade (2017).

O saldo superavitário se deu nas relações russas com Holanda, Itália, Japão, Polônia, Turquia, Cazaquistão, Coreia do Sul, Reino Unido, Finlândia, Bélgica, Suíça, Espanha, República Tcheca, Índia e Suécia. Em contrapartida, cinco países apresentaram *déficit*, sendo China, Alemanha, Estados Unidos, França e Brasil.

Contextualizando a relação da Rússia com os BRICS, a China adquire o status de maior parceira comercial do país, com uma corrente superior a US\$ 696 bilhões – representando um índice percentual de 13,4% do volume total. A Índia surge apenas em 18º com US\$ 86 bilhões – equivalentes a 1,7% – e o Brasil em 20º



com US\$ 63,8 bilhões e uma margem participativa de 1,2%. A África do Sul sequer aparece entre os quarenta principais parceiros.

Os três países do BRICS presentes entre os vinte maiores parceiros, foram responsáveis por US\$ 846 bilhões do montante total movimentado, representando assim um percentual de 16,3% da corrente – e caracterizando então, uma presença de 83,7% de países extra-BRICS. O saldo comercial relativo ao elo Rússia-BRICS foi prejudicial aos russos, apresentando um *déficit* de US\$ 78 bilhões.

Por fim, uma análise referente aos principais produtos comercializados entre a Rússia e os demais BRICS no período aponta que no segmento das exportações se destacam os combustíveis, óleos minerais, fertilizantes, madeira, carvão vegetal, ferro e aço. No que tange às importações, os itens mais relevantes foram os aparelhos eletrônicos, carnes, calçados, veículos automotores e peças de vestuário (ITC, 2017).

#### **4.2.3 Índia**

Entre os BRICS, a Índia apresentou os segundos maiores níveis de crescimento na área da importação e da exportação. De 2001 a 2015, houve um aumento de 368% na atividade importadora indiana, passando de US\$ 46,7 bilhões para US\$ 219,2 bilhões. No segmento exportador, o país obteve um acréscimo de 432,8%, ao progredir de um montante de US\$ 50,7 bilhões para US\$ 270,2 bilhões. O líder dos dois segmentos é a China, que durante o período apresentou crescimentos de 454,7% e 449,0%, respectivamente.

Segundo Almeida (2009), o desenvolvimento comercial indiano é resultante de medidas que já vem sendo adotadas desde meados de 1980, quando o país começou a romper com o cenário protecionista visando aumentar a produtividade e a competitividade do mercado nacional no exterior por meio dos incentivos a exportação e da diminuição gradativa dos licenciamentos de importação. De acordo com o Santander Trade (2017b), recentemente o país vem avançando nas negociações comerciais com diversos parceiros econômicos, entre eles, a União Europeia, o Mercosul, países da Oceania e da África.

Entre 2001 e 2015, a Índia foi responsável por uma parcela de 1,6% das atividades exportadoras mundiais e 1,3% das importações. Apesar de sua baixa representatividade no volume total da corrente comercial internacional – 1,4% –, o

país apresentou um *superávit* de US\$ 888 bilhões. O Quadro 21 objetiva apresentar os principais responsáveis por esses índices.

Quadro 21 – Os principais parceiros comerciais da Índia.

Ranking	País	Exportação (US\$ bilhões)	Importação (US\$ bilhões)	Saldo Comercial	Corrente Comercial
1	China	142.403.488.473	449.038.085.501	-306.634.597.028	591.441.573.974
2	Estados Unidos	357.632.808.707	221.661.113.942	135.971.694.765	579.293.922.649
3	Emirados Árabes	292.838.796.163	255.241.270.052	37.597.526.111	548.080.066.215
4	Arábia Saudita	71.195.142.185	241.450.959.828	-170.255.817.643	312.646.102.013
5	Suíça	11.296.669.006	211.276.537.165	-199.979.868.159	222.573.206.171
6	Alemanha	76.914.014.649	133.204.369.264	-56.290.354.615	210.118.383.913
7	Singapura	110.968.215.533	81.447.402.355	29.520.813.178	192.415.617.888
8	Reino Unido	93.072.110.816	70.923.329.386	22.148.781.430	163.995.440.202
9	Bélgica	61.163.899.151	96.955.362.471	-35.791.463.320	158.119.261.622
10	Indonésia	44.142.798.276	113.837.555.627	-69.694.757.351	157.980.353.903
11	Japão	56.683.743.237	99.886.389.267	-43.202.646.030	156.570.132.504
12	Coréia do Sul	41.724.192.666	114.399.903.177	-72.675.710.511	156.124.095.843
13	Austrália	22.282.098.511	117.470.155.465	-95.188.056.954	139.752.253.976
14	Nigéria	23.144.473.141	106.305.253.225	-83.160.780.084	129.449.726.366
15	Malásia	40.425.162.416	87.276.133.560	-46.850.971.144	127.701.295.976
16	Iraque	7.600.478.082	117.085.231.074	-109.484.752.992	124.685.709.156
17	África do Sul	40.446.992.113	69.949.882.583	-29.502.890.470	110.396.874.696
18	Itália	51.973.002.179	47.022.442.143	4.950.560.036	98.995.444.322
19	Holanda	73.272.515.899	24.247.068.244	49.025.447.655	97.519.584.143
20	França	48.283.711.362	46.184.927.259	2.098.784.103	94.468.638.621
21	Brasil	42.495.717.122	34.192.203.227	8.303.513.895	76.687.920.349
23	Rússia	19.116.297.925	42.361.857.962	-23.245.560.037	61.478.155.887

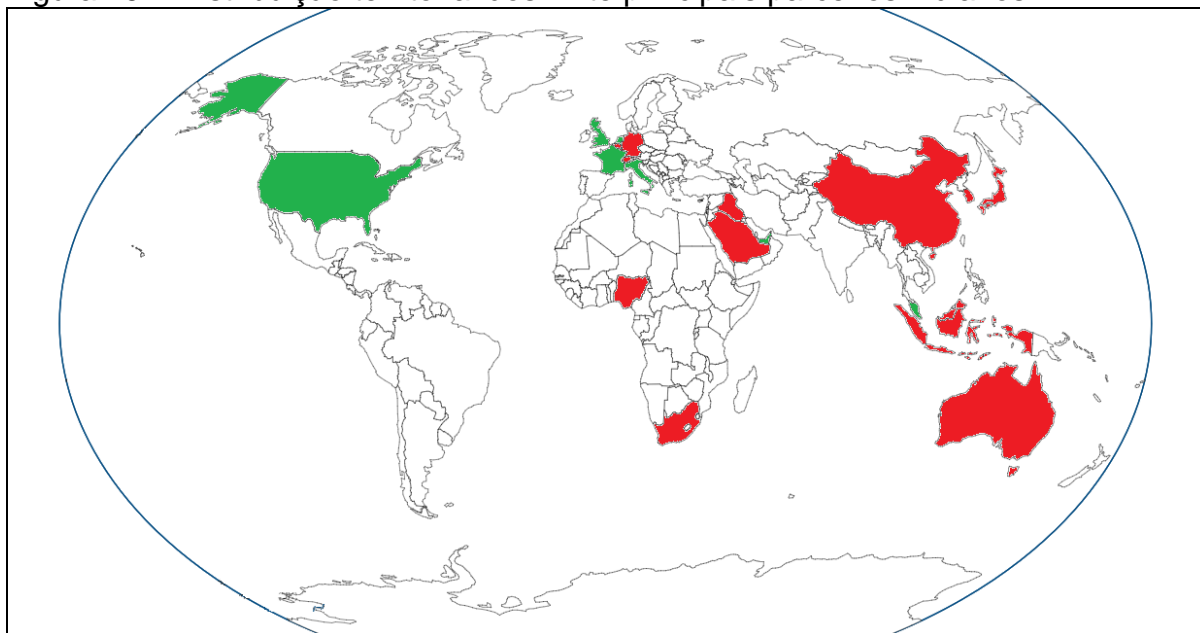
Fonte: Elaboração própria a partir de WITS (2017).

A divisão continental da corrente indiana se dá em 54,2% para países asiáticos – abrangendo nove países sob um montante de US\$ 2,3 trilhões –, 23,9% para europeus, 13,2% para a América do Norte – com os Estados Unidos como único representante –, 5,5% para a África e, por fim, 3,2% para a Oceania. A Figura 19 apresenta a distribuição territorial destes países e o saldo comercial envolvendo as atividades de exportação e importação.

A presença dos BRICS é consideravelmente fraca na atividade comercial indiana, estando representada por apenas dois países entre os vinte principais parceiros e com um índice percentual de participação de 16,1%. A China foi o principal parceiro do país em questão, configurando um montante de US\$ 591 bilhões – equivalentes a um percentual de 13,5% – e a África do Sul foi listada como

o 17º país com quem a Índia mais manteve negociações no período, sob um montante de US\$ 110 bilhões e um grau de participação de 2,5%. Brasil e Rússia aparecem na 21ª e 23ª posição, com os índices de US\$ 76,6 bilhões e US\$ 61,4 bilhões, respectivamente. Mesmo se combinados, os valores dos dois últimos países citados não alcançariam sequer o volume dos 13 maiores parceiros.

Figura 19 – Distribuição territorial dos vinte principais parceiros indianos.



Fonte: Adaptação própria a partir de UN Comtrade (2017).

Durante os quinze anos analisados, a Índia apresentou saldo superavitário em suas relações com Estados Unidos, Emirados Árabes, Singapura, Reino Unido, Itália, Holanda e França. Entretanto, o saldo se mostrou deficitário nas suas relações de comércio com Arábia Saudita, Suíça, Alemanha, Bélgica, Indonésia, Japão, Coreia do Sul, Austrália, Nigéria, Malásia, Iraque e África do Sul. O saldo do exercício resultou em um *déficit* de US\$ 1.037 bilhões para os indianos.

A classificação das mercadorias envolvidas nas atividades comerciais entre a Índia e os BRICS se dá fundamentalmente pela exportação de minérios, combustíveis, algodão, produtos químicos e farmacêuticos. Já as importações destinadas ao país são caracterizadas em sua maioria por aparelhos eletrônicos, maquinário para indústrias e pedras preciosas (ITC, 2017).

#### 4.2.4 China

A ascensão comercial e econômica da China começou a ser planejada e estruturada no final de 1970 por meio de medidas governamentais que tinham como principais objetivos o crescimento do setor privado, a regulação dos preços internos, a implementação de um sistema bancário moderno e, principalmente, a abertura ao investimento e ao comércio exterior (*Central Intelligence Agency – CIA*, 2017a). Com o seu modelo de desenvolvimento focado nas relações comerciais internacionais, o governo chinês reduziu as barreiras técnicas e as isenções tributárias, promoveu um controle monetário, incentivou os investimentos externos e negociou novos acordos comerciais (AQUINO, 2004).

Menos de quatro décadas depois, o país passou a exercer o papel de maior exportadora mundial e de segunda maior importadora – atrás apenas dos Estados Unidos (SANTANDER TRADE, 2017b).

No período entre 2001 e 2015 a China foi responsável por um percentual de 9,2% no valor total da corrente comercial internacional. As exportações do país apresentaram um volume de US\$ 15,1 trilhões e as importações US\$ 23,3 trilhões, resultando em uma movimentação de US\$ 38,4 trilhões e um *déficit* de US\$ 8,2 trilhões. Os vinte maiores parceiros comerciais do país durante os quinze anos analisados estão expostos no Quadro 22.

Quadro 22 – Os principais parceiros comerciais da China.

(continua)

Ranking	País	Exportação US\$ (trilhões/bilhões)	Importação US\$ (trilhões/bilhões)	Saldo Comercial	Corrente Comercial
1	Estados Unidos	3.554.672.444.981	1.292.519.022.688	2.262.153.422.293	4.847.191.467.669
2	Japão	1.574.386.184.492	1.913.613.232.525	-339.227.048.033	3.487.999.417.017
3	Coreia do Sul	871.968.079.604	1.659.819.438.093	-787.851.358.489	2.531.787.517.697
4	Alemanha	715.957.692.081	856.125.752.529	-140.168.060.448	1.572.083.444.610
5	Austrália	324.777.727.627	667.162.627.911	-342.384.900.284	991.940.355.538
6	Malásia	330.089.145.332	524.419.117.785	-194.329.972.453	854.508.263.117
7	Rússia	380.170.641.251	361.387.975.438	18.782.665.813	741.558.616.689
8	Singapura	423.013.002.373	296.190.132.550	126.822.869.823	719.203.134.923
9	Brasil	253.079.094.388	412.334.747.604	-159.255.653.216	665.413.841.992
10	Holanda	582.142.901.701	81.667.381.305	500.475.520.396	663.810.283.006
11	Reino Unido	479.723.489.714	156.689.258.521	323.034.231.193	636.412.748.235
12	Índia	422.707.744.424	194.277.189.874	228.430.554.550	616.984.934.298
13	Tailândia	255.438.139.871	360.709.096.509	-105.270.956.638	616.147.236.380



O saldo superavitário se deu nas relações chinesas com Estados Unidos, Rússia, Singapura, Holanda, Reino Unido, Índia, Indonésia, França, Canadá, Itália e Vietnã. Em contrapartida, a integração comercial com nove países se mostrou deficitária, sendo Japão, Coreia do Sul, Alemanha, Austrália, Malásia, Brasil, Tailândia, Arábia Saudita e África do Sul.

Durante o período, a integração chinesa com estes 20 países apresentou uma soma de US\$ 11.9 trilhões no volume das exportações do país e de US\$ 10,3 trilhões nas importações. Como resultado de cálculo, houve um saldo superavitário de US\$ 1,6 trilhão.

Já a corrente com o BRICS representou 10,8% - US\$ 2,4 trilhões, sendo US\$ 1.184 trilhão na área exportadora e US\$ 1.222 trilhão na importadora. O *déficit* de US\$ 38 bilhões foi resultado do grande volume das importações originadas do Brasil e da África do Sul.

A partir dessas análises, há o entendimento de que o volume das relações comerciais da China ocorreu de forma majoritária com países extra-BRICS, com estes abrangendo 89,2% do total. Entretanto, é importante destacar a presença de Brasil, Rússia, Índia e África do Sul na lista, apontando uma proximidade das atividades comerciais da China com todos os membros do grupo.

Os principais produtos exportados pelo país asiático com destino aos BRICS são caracterizados por equipamento eletrônicos, maquinários para indústria, produtos químicos e peças de vestuário. As importações, por sua vez, são compostas por minérios, combustíveis, equipamentos fotográficos e cinematográficos, grãos e pedras preciosas (ITC, 2017).

#### **4.2.5 África do Sul**

A África do Sul desempenha um papel de destaque no continente africano pelo notável avanço nas áreas financeiras, jurídica, de comunicações, energia e transporte (CIA, 2017b). Se por um lado o país é detentor de abundantes recursos naturais que auxiliam as exportações, por outro sofre com o baixo valor de sua moeda – o Rand – frente a outras unidades monetárias internacionais, o que impacta negativamente em seu poder importador (SANTANDER TRADE, 2017c).

Dentro do comércio intrarregional africano, se sobressai como o maior exportador e o maior importador, possuindo uma atuação em dezesseis das vinte e cinco maiores correntes comerciais (RIBEIRO, 2015).

No cenário internacional, porém, a representatividade comercial do país é significativamente baixa. Durante os anos de 2001 a 2015, as atividades de importação e exportação efetuadas pela África do Sul representaram apenas 0,7% do volume mundial, com o valor da corrente comercial totalizando US\$ 2,7 trilhões – o menor entre os BRICS – e o saldo comercial apresentando um *déficit* de US\$ 300 milhões.

O saldo referente à relação sul-africana com os 20 principais parceiros comerciais do país também se mostrou deficitária. No período analisado, as exportações totalizaram US\$ 590 bilhões e as importações US\$ 785 bilhões, gerando assim um *déficit* de US\$ 195 bilhões. A corrente do comércio somou US\$ 1,3 trilhão. Comparando esse índice com os US\$ 2,7 trilhões apresentados no volume comercial da África do Sul com o mundo, evidencia-se que 48,1% da atividade de comércio do país foi direcionada a apenas 20 países. O quadro 23 destaca quais foram os principais parceiros sul-africanos entre 2001 e 2015.

Quadro 23 – Os principais parceiros comerciais da África do Sul.

(continua)

Ranking	País	Exportação (US\$ bilhões)	Importação (US\$ bilhões)	Saldo Comercial	Corrente Comercial
1	China	77.940.023.166	133.176.011.480	-55.235.988.314	211.116.034.646
2	Alemanha	58.869.911.335	122.761.511.906	-63.891.600.571	181.631.423.241
3	Estados Unidos	87.662.019.281	81.267.154.679	6.394.864.602	168.929.173.960
4	Japão	75.519.999.623	55.123.855.345	20.396.144.278	130.643.854.968
5	Reino Unido	55.935.962.957	46.908.222.464	9.027.740.493	102.844.185.421
6	Índia	29.395.562.077	35.534.976.317	-6.139.414.240	64.930.538.394
7	Arábia Saudita	4.286.745.509	59.644.827.936	-55.358.082.427	63.931.573.445
8	Holanda	34.971.013.338	16.702.992.591	18.268.020.747	51.674.005.929
9	França	14.267.161.146	32.921.932.121	-18.654.770.975	47.189.093.267
10	Itália	18.027.187.184	28.708.695.786	-10.681.508.602	46.735.882.970
11	Nigéria	9.291.425.382	31.687.067.411	-22.395.642.029	40.978.492.793
12	Coréia do Sul	16.616.888.378	20.852.151.761	-4.235.263.383	37.469.040.139
13	Bélgica	24.238.872.444	13.202.820.229	11.036.052.215	37.441.692.673
14	Suíça	22.002.904.616	10.997.337.381	11.005.567.235	33.000.241.997
15	Espanha	16.643.673.417	15.368.431.272	1.275.242.145	32.012.104.689
16	Austrália	13.752.226.036	17.673.256.698	-3.921.030.662	31.425.482.734





nível de integração intra-BRICS entre os cinco países que compõem o grupo – atrás apenas do Brasil que apresentou uma integração de 22,3%.

A classificação das mercadorias envolvidas nas atividades comerciais entre a África do Sul e os BRICS é composta, basicamente, pela exportação de minérios, combustíveis, ferro e produtos químicos inorgânicos e pela importação de maquinário para indústrias, aparelhos eletrônicos, automóveis e calçados (ITC, 2017).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre o final do século XX e o início do século XXI, as principais potências econômicas mundiais foram consideravelmente impactadas por transformações geopolíticas, períodos de crise e recessões financeiras. O desgaste causado por estes fatores e pela reestruturação destes países criou oportunidades para que novos agentes fossem impulsionados e emergissem no cenário internacional.

Nesse contexto, um grupo formado por quatro economias emergentes, o BRIC, começou a ganhar destaque no ano de 2001 em função das otimistas perspectivas acerca de seu desenvolvimento econômico para as próximas décadas e da significativa participação territorial e populacional apresentada por cada um dos países membros.

Tendo em vista o aumento da relevância comercial e econômica apresentada pelo grupo nos anos seguintes e pelo acréscimo em seus níveis de integração e cooperação – por meios de cúpulas anuais e da adição de um quinto membro – este estudo teve como principal objetivo analisar o processo de integração histórica e comercial dos países membros do BRICS considerando a variável temporal de 2001 a 2015.

Para tal finalidade, a pesquisa foi dividida em quatro objetivos específicos que visaram caracterizar historicamente a composição do BRICS, identificar a evolução do grupo no cenário internacional, apresentar os principais parceiros comerciais de cada país membro a partir da corrente de comércio internacional e, por fim, destacar os principais produtos comercializados no contexto intra-BRICS.

Quanto ao primeiro objetivo específico, verificou-se um hiato de cinco anos entre o surgimento do acrônimo e o início dos diálogos coletivos do grupo. Dada a notoriedade internacional adquirida pelo conjunto de países e visando avanços em áreas de interesses mútuos, os líderes dos cinco países passaram a realizar cúpulas anuais a partir de 2009, totalizando oito até o momento. Os principais resultados oriundos desses encontros foram a inclusão da África do Sul – expandindo a abrangência comercial e cooperativa do grupo –, a criação de um banco próprio – adquirindo certa independência frente aos principais órgãos financeiros internacionais – e, por fim, maiores níveis de integração em trinta áreas setoriais.

No que se refere ao segundo objetivo específico, constatou-se um amplo crescimento representacional do BRICS no cenário da economia e do comércio internacional. O PIB do grupo apresentou um crescimento de 489,9% no intervalo de quinze anos, passando a representar 22,4% do volume mundial – frente aos 8,5% de 2001. As exportações e as importações que antes abrangiam 10,9% e 7% do volume mundial, passaram aos patamares de 20,6% e 12,9%, respectivamente. O problema a ser destacado é o monopólio chinês dentro dos índices apresentados. No crescimento do PIB, por exemplo, a China representou 213,70% do crescimento total, ou seja, 43,6% de todo o grupo.

A análise do terceiro objetivo específico aponta que entre as vinte principais parcerias comerciais de cada país membro, a média apresentada nas relações intra-BRICS foi de apenas 17,5%, ou seja, as atividades importadoras e exportadoras de seus membros foram direcionadas majoritariamente para países que não compõem o grupo. O maior nível de integração intra-BRICS foi apresentado pelo Brasil, com um índice de 22,3%.

Quanto ao quarto e último objetivo específico, a lista dos principais produtos comercializados entre o grupo foi composta por manufaturados – como equipamentos eletrônicos, combustíveis e fertilizantes oriundos da China e da Rússia – e por produtos básicos – como metais e minerais, grãos, carnes e algodão bruto oriundos da Rússia, do Brasil e da Índia.

Em suma, concluiu-se que apesar dos desiguais índices de representatividade comercial e econômica apresentados por cada um dos países membros dentro do grupo, o BRICS alavancou sua participação e relevância dentro do cenário internacional, superando as projeções apresentadas em 2001. Além disso, a agenda de cooperação proporcionada pelas cúpulas e pela implementação do NBD impulsionou a integração intra grupo e a busca por maior visibilidade frente às principais instituições internacionais.

Com base nos resultados alcançados, recomenda-se ao BRICS a busca por uma abordagem direcionada ao aumento da parceria comercial entre os seus países, visto que, os índices apresentados entre 2001 e 2015 se mostraram baixos para países que juntos almejam atingir a liderança global.

As limitações do presente trabalho se deram em função da complexidade de informações econômicas e comerciais de cada um dos países envolvidos no

cenário pesquisado, em relação ao tempo disponível para a realização de tal exercício.

Sugere-se como temas para futuros trabalhos diagnosticar os índices de investimento direto estrangeiro presentes entre os países do grupo; o detalhamento da cadeia dos produtos comercializados intra-BRICS; e uma atualização desta pesquisa, com o objetivo de verificar o progresso econômico e comercial dos cinco países após 2015.

A realização do presente trabalho proporcionou ao pesquisador a ampliação de seus conhecimentos relacionados ao cenário internacional, aos atores que nele estão inseridos e na forma como estes se relacionam econômica e comercialmente. Além disso, caracterizou uma experiência única em sua vida acadêmica, até então.

## REFERÊNCIAS

- ACCA. Association of chartered certified accountants. **The rise of capital markets in emerging and frontier economies**, 2012. Disponível em: <<http://www.accaglobal.com/content/dam/acca/global/PDF-technical/global-economy/pol-tp-rcm.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2016
- ALMEIDA, J.G.; REIS, C.F.B. **A maior relevância brasileira nas importações mundiais**. 2012. 17 p. Instituto de Economia, UNICAMP. São Paulo. Disponível em: <[www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3244&tp=a](http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3244&tp=a)>. Acesso em: 15 maio 2017.
- ALMEIDA, P.R., **O Papel dos BRICs na Econômica Mundial**. In: Cebri-Icône/Embaixada Britânica Brasília: Comércio e Negociações Internacionais para Jornalistas, Rio de Janeiro, 2009.
- ANDRADE, M.M.D. **Introdução a metodologia do trabalho científico**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- APPOLINÁRIO, F. **Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa**. São Paulo: Thomson, 2006.
- AQUINO, L.C. **China: políticas de comércio internacional e desenvolvimento econômico**, 2004. 61 p. Centro Universitário de Brasília, 2004. Disponível em: <<http://repositorio.uniceub.br/bitstream/235/9285/1/9966977.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2017.
- ARRIGHI, G. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- AZAMBUJA, R.S. **Novos arranjos institucionais e a crise do subprime: Os BRICS**. Universidade Federal de Santa Catarina, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/124741>>. Acesso em: 09 set. 2016.
- BALDWIN, R.E.; SEGHEZZA, E. **Testing for trade-induced investment-led growth**. Massachusetts: NBER Working Paper Series, 1996.
- BALL, L. M. **The performance of alternative monetary regimes**. Massachusetts: NBER Working Paper Series, 2010.
- BANCO MUNDIAL. **World Bank Open Data**. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/>>. Acesso em: jan. – maio. 2017.
- BARRAL, W.O. **O comércio internacional**. São Paulo: Editora Del Rey, 2007.
- BARROS, A.S.; LEHFELD, N.A.S.. **Fundamentos de metodologia: um guia para iniciação científica**. 2.ed. São Paulo: Makron Books, 2000.
- BATISTA, Marcos. A EVOLUÇÃO DA ECONOMIA: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA SOBRE OS PRINCIPAIS MODELOS, TEORIAS E PENSADORES. **RENEFARA**, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 286-302, abr. 2012. ISSN 2236-8779. Disponível em:

<<http://www.fara.edu.br/sipe/index.php/renefara/article/view/68/58>>. Acesso em: 04 out. 2016.

BATISTA JR., P.N. **Brics** - Novo Banco de Desenvolvimento. Estud. av., São Paulo, v. 30, n. 88, p. 179-184, Dez. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v30n88/0103-4014-ea-30-88-0179.pdf>>. Acesso em 25. Abr. 2017.

BAUMANN, R.; GONÇALVES, R. **Economia internacional**: teoria e experiência brasileira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

BHAGWATI, J., KRISHNA, P., PANAGARIYA, A. (Ed). **Trading Blocs**: Alternative Approaches to Analyzing Preferential Trade Agreements. London: The MIT Press. 1999.

BIF, J.M. **Estudo sobre as proposições do Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS**. 2015. 68 páginas. Monografia do Curso de Administração – Linha de Formação Específica em Comércio Exterior, da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/3886/1/JULIA%20MARIANO%20BIF.pdf>>. Acesso em 07 maio. 2017.

BUSNARDO, F. D. **Crise do subprime**: como a bolha imobiliária e o mercado financeiro derrubaram a economia americana em 2008, e os reflexos da crise para o Brasil. 2012. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Ciências Econômicas) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/118439>>. Acesso em: 02 maio 2017.

BUSS, P. M. Globalização, pobreza e saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, p. 1575-1589, Dec. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v12n6/v12n6a17.pdf>>. Acesso em 21. Out. 2016.

CALLEN, J. **Gross domestic product**: an economy's all, 2012. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/basics/gdp.htm>>. Acesso em 11 abr. 2017.

CANO, W. **Introdução à economia**: uma abordagem crítica. São Paulo: UNESP, 1998.

CAREGNATO, R.C.A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso *versus* análise de conteúdo. **Texto contexto - enferm.** Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-684, Dec. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-07072006000400017&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072006000400017&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 15 abr. 2017.

CARVALHO, L.A.D. **Geopolítica & relações internacionais**. Curitiba, PR: Juruá, 2002.

CASTELLO BRANCO, R. **Os BRICS**: oportunidades e desafios. FGV Crescimento, jan. 2015. Disponível em: <<http://crescimento.fgv.br/publicacao/brics-oportunidades>>.

desafios >. Acesso em: 06 set. 2016.

CAVUSGIL, S.T.; KNIGHT, G.; RIESENBERGER J.R.; **Negócios internacionais: estratégia, gestão e novas realidades**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

CIA. Central Intelligence Agency. **China**, 2017a. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/geos/ch.html>>. Acesso em: 28 maio 2017.

CIA. Central Intelligence Agency. **South Africa**, 2017b. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/geos/sf.html>>. Acesso em: 28 maio 2017.

CERVO, A.L.; BERVIAN, P.A.; SILVA, R.D. **Metodologia científica**. 6. ed São Paulo: Prentice Hall, 2007.

COSTAS, R.. **BRICS**: Quatro conquistas e um fracasso do grupo dos emergentes, 2015. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/07/150706\\_avancos\\_brics\\_ru](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/07/150706_avancos_brics_ru)>. Acesso em: 31 ago. 2016.

COOPER, A.F.; FAROOQ, A.B. Testando a cultura de clube dos BRICS: a evolução de um novo banco de desenvolvimento. **Contexto int.**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, p. 13-56, Abr. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v37n1/0102-8529-cint-37-01-00013.pdf>>. Acesso em 25 abr. 2017.

DA SILVA, R.C.M. Os BRICS: Considerações sobre os novos atores globais no Século XXI. **RARI – Revista Acadêmica de Relações Internacionais** n3, v1. Julho 2013. Disponível em: <<http://rari.ufsc.br/files/2013/07/RARI-Completa1.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2016.

DE GRAUWE, P. **Economics of monetary union**. Ed 7. New York: Oxford University Press, 2007.

DIAS, R. (org); RODRIGUES, W. (org.); **Comércio exterior: teoria e gestão**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2004.

DONNAN, S.; LEAHY, J. **World trade records biggest reversal since crisis**, 2016. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/9e2533d6-dbd8-11e5-9ba8-3abc1e7247e4#axzz41Q4NIwQP>>. Acesso em 24 out. 2016.

EICHENGREEN, B.J. **A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional**. Tradução de Sergio Blum; Apresentação de Alkimar R. Moura. Ed 2. São Paulo: Editora 34, 2012.

FMI. Fundo Monetário Internacional. **World Economic Outlook Database**, 2016. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2016/02/weodata/index.aspx>>. Acesso em: 23 out. 2016

FONSECA, J.J.S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FTSE Russell. **Frontier markets: accessing the next frontier**, 2014. Disponível em: <[http://www.ftse.com/products/downloads/FTSE\\_Frontier\\_Markets\\_Overview.pdf](http://www.ftse.com/products/downloads/FTSE_Frontier_Markets_Overview.pdf)>. Acesso em: 24 out. 2016

GEREFFI, G. **Promessa e desafios do desenvolvimento**. Tempo soc., São Paulo, v. 19, n. 1, p. 223-248, Junho 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v19n1/a12v19n1.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2016.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed São Paulo: Atlas, 2007.

GODINHO, D. **Exportações brasileiras em 2013 têm terceiro melhor resultado da história**, 2014. Disponível em: <<http://portal.siscomex.gov.br/informativos/noticias-orgaos/secex/exportacoes-brasileiras-em-2013-tem-terceiro-melhor-resultado-da-historia>>. Acesso em: 20 maio 2017.

GOMES, E.B. **Blocos econômicos solução de controvérsias: uma análise comparativa a partir da União Européia e Mercosul**. Curitiba, PR: Juruá, 2001.

HILLBRECHT, R. **Economia Monetária**. São Paulo: Atlas, 1999.

ITC. International Trade Centre. **Trade map – international trade statistics**, 2017. Disponível em: <<http://www.trademap.org/tradestat/Index.aspx>>. Acesso em abr – maio 2017.

KEEDI, S. **ABC do comércio exterior: abrindo as primeiras páginas**. 5. Ed. São Paulo: Aduaneiras, 2015.

KRUGMAN, P.R.; OBSTFELD, M. **Economia internacional: teoria e política**. Ed 4. São Paulo: Makron Books, 1999.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LANZANA, A.E.T.; VASCONCELLOS, M.A.; LIMA, M.; SILBER, S.D. **Gestão de negócios internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2006. 374 p.

LOPES, J. C; ROSSETTI, J. P. **Economia monetária**. 9. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 2005.

LUDOVICO, Nelson. **Mercados e negócios internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2012.

MACHADO, L; DA SILVA, L.V. **A Pesquisa Acadêmica no Contexto Internacional – Uma Análise Exploratória dos Trabalhos de Conclusão de Curso, desenvolvidos na Graduação em Administração com Habilitação em Comércio Exterior, em uma Universidade do Sul do País**. EnANPAD, set. de 2007. Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad\\_2007/EPQ/2007\\_E](http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2007/EPQ/2007_E)>



PQA571.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2016.

MAGALHÃES, G. **Introdução à metodologia da pesquisa**: caminhos da ciência e tecnologia. 1.ed São Paulo: Ática, 2005.

MAIA, J.M. **Economia internacional e comércio exterior**. Ed 7. São Paulo: Atlas, 2001.

MAIA, J.M. **Economia internacional e comércio exterior**. 15.ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MARTINS JUNIOR, J. **Como escrever trabalhos de conclusão de curso**: instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MENENDEZ, J.R.G. Globalización de la economia internacional. **Revista de Estudos Sociais**, [S.l], v. 5, n. 9, p. 155-183, maio 2011. Disponível em <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/192/182>>. Acesso em: 27 ago. 2016.

MENEZES, A.M.; FILHO, P.P. **Integração regional**: os blocos econômicos nas relações internacionais. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

MICHEL, M.H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MRE. Ministérios das Relações Exteriores. **BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul**, 2017. Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3672-brics>>. Acesso em 15 abr. 2017.

MRE. Ministério das Relações Exteriores. **Dados econômicos e estatísticos de comércio**, 2016. Disponível em: < [http://brics.itamaraty.gov.br/pt\\_br/sobre-o-brics/dados-economicos](http://brics.itamaraty.gov.br/pt_br/sobre-o-brics/dados-economicos) >. Acesso em: 06 set. 2016.

MSCI. Morgan Stanley Capital International. **Market Classification**. Disponível em: <<https://www.msci.com/market-classification>>. Acesso em: 23 out. 2016.

NBD. Novo Banco de Desenvolvimento. **Governança**, 2017c. Disponível em: <<http://www.ndb.int/about-us/organisation/governance/>>. Acesso em: 05 maio 2017.

NBD. Novo Banco de Desenvolvimento. **História**, 2017b. Disponível em: <<http://www.ndb.int/about-us/essence/history/>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

NBD. Novo Banco de Desenvolvimento. **Lista de todos os projetos**, 2017e. Disponível em: <<http://www.ndb.int/projects/list-of-all-projects/>>. Acesso em: 12 maio 2017.

NBD. Novo Banco de Desenvolvimento. **Membros**, 2017a. Disponível em: <<http://www.ndb.int/about-us/organisation/members/>>. Acesso em 10 abr. 2017.

NBD. Novo Banco de Desenvolvimento. **Termos de funcionamento**, 2017d. Disponível em: < <http://www.ndb.int/wp-content/themes/ndb/pdf/Agreement-on-the-New-Development-Bank.pdf>>. Acesso em: 07 maio 2017.

O'NEILL, J. Building better global economic BRICS. **Global Economics Paper No: 66**. Nova Iorque, nov. 2001. Disponível em: < <http://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/archive-pdfs/build-better-brics.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

OLIVEIRA, Gabriela de Souza. **BRICS rumo a contestação sistêmica?** Cooperação financeira para desenvolvimento e perspectivas do Novo Banco de Desenvolvimento. 2015. 55 f., il. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

OMC. Organização Mundial do Comércio. **World Trade Statistical Review 2015**. Disponível em: <[https://www.wto.org/english/res\\_e/statis\\_e/its2015\\_e/its2015\\_e.pdf](https://www.wto.org/english/res_e/statis_e/its2015_e/its2015_e.pdf)>. Acesso em: 04 out. 2016.

OMC. Organização Mundial do Comércio. **World Trade Statistical Review 2016**. Disponível em: < [https://www.wto.org/english/res\\_e/statis\\_e/wts2016\\_e/wts2016\\_e.pdf](https://www.wto.org/english/res_e/statis_e/wts2016_e/wts2016_e.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2017.

ONU. Organização das Nações Unidas. **World Investment Report 2016**. Disponível em: <[http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/wir2016\\_en.pdf](http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/wir2016_en.pdf)>. Acesso em: 13 out. 2016.

PERNOUD, R. **Luz sobre a idade média**. Portugal: Editora Europa-América, 1997.

PINHEIRO, J.M. **Da iniciação científica ao TCC**: uma abordagem para os cursos de tecnologia. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2010.

PNUMA. Programas das Nações Unidas para o Meio Ambiente. **Tendências no investimento em energia renovável**, 2016. Disponível em: [http://fs-unep-centre.org/sites/default/files/publications/globaltrendsrenewableenergyinvestment2016lowres\\_0.pdf](http://fs-unep-centre.org/sites/default/files/publications/globaltrendsrenewableenergyinvestment2016lowres_0.pdf) Acesso em: 12 maio 2017.

RIBEIRO, E. J. J.; MORAES, R. F. De BRIC a BRICS: como a África do Sul ingressou em um Clube de Gigantes. **Contexto int.**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, p. 255-287, Abr. 2015. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cint/v37n1/0102-8529-cint-37-01-00255.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

ROJAS, J. El Mercantilismo: teoria, política e historia. **Revista Economía**, v. 30, n. 59-60, p. 75-96, junho-dezembro 2007. Disponível em <<http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/economia/article/view/1822/1760>>. Acesso em: 07 out. 2016.

ROESCH, S.M.A.; BECKER, G.V.; MELLO, M.I. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. 3. ed São Paulo: Atlas, 2009.

RUDZIT, G.; NOGAMI, O. A Reforma do Sistema Financeiro Internacional: uma questão de política internacional. **Meridiano 47** [S.l.], v. 10, n. 103, p. 21-23, ago. 2009. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/756/470>>. Acesso em: 04 out. 2016.

SÁ, N.W. Atração de investimentos diretos estrangeiros nos países emergentes – Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC): marcos regulatórios. **UCB**, ago, 2011. Disponível em: <<https://bdt.d.uceb.br:8443/jspui/bitstream/123456789/269/1/Natacha%20Ward%20Sa.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2016.

SALVO, M. **A inserção das economias emergentes e a distribuição de poder no cenário político internacional**. UFRGS, mar. 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/35444/000789385.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 19 out. 2016.

SANTANDER TRADE. **Economia da Rússia**, 2017a. Disponível em: <<https://pt.portal.santandertrade.com/analise-os-mercados/russia/economia>>. Acesso em: 25 maio 2017.

SANTANDER TRADE. **Valores de comércio na África do Sul**, 2017c. Disponível em: <<https://pt.portal.santandertrade.com/analise-os-mercados/africa-do-sul/valores-do-comercio>>. Acesso em: 29 maio 2017.

SANTANDER TRADE. **Valores de comércio na China**, 2017b. Disponível em: <<https://pt.portal.santandertrade.com/analise-os-mercados/china/valores-do-comercio-2>>. Acesso em: 28 maio 2017.

SANTOS, T.S. Globalização e exclusão: a dialética da mundialização do capital. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 6, p. 170-198, dec. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n6/a08n6.pdf>>. Acesso em 21 out. 2016.

SILVA, K.D; **Organizações internacionais de integração regional**: União Europeia, Mercosul e Unasul. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.

THORSTENSEN, V. **O Brasil frente a um mundo dividido em blocos**. São Paulo: Ed. Nobel, 1994.

UN COMTRADE. **UN Comtrade data**, 2017. Disponível em: <<https://comtrade.un.org/labs/BIS-trade-in-goods/?reporter=826&year=2016&flow=2>>. Acesso em abr – maio 2017.

VERGARA, S.C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2009.

VESENTINI, J. W. **Novas geopolíticas**: as representações do século XXI. São

Paulo: Contexto, 2003.

VISENTINI, P.; ADAM, G.; VIEIRA, M.; SILVA A.; PEREIRA A. **BRICS**: as potências emergentes. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

WILSON, D.; PURUSHOTHAMAN, R. Dreaming with BRICs: the patch to 2050. **Global Economics Paper No: 99**. Nova Iorque, out. 2003. Disponível em: <<http://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/archive-pdfs/brics-dream.pdf>>. Acesso em 11 abr. 2017.

WITS. World Integrated Trade Solution. **Trade Statistics**, 2017. Disponível em: <<http://wits.worldbank.org/Default.aspx?lang=en>>. Acesso em: abr – maio 2017.